

Universidades Lusíada

Cláudio, Fábio André Agostinho, 1994-

O dilema chinês : assertividade para um mundo harmonioso?

<http://hdl.handle.net/11067/6744>
<https://doi.org/10.34628/0et8-3k94>

Metadados

Data de Publicação	2022
Resumo	<p>“O dilema chinês: assertividade para um mundo harmonioso?” teve como objetivo demonstrar de que maneira a China atua interna e externamente de modo a almejar o seu objetivo principal, ser uma superpotência com paridade internacional relativamente aos EUA. A atitude assertiva da China tem sido um meio para atingir um fim – uma ordem mundial harmoniosa para os interesses chineses. Por isso, neste trabalho é demonstrada a dicotomia que existe entre a retórica chinesa de uma ascensão pacífica e a as...</p> <p>“The chinese dilemma: assertiveness for a harmonious world?” it aimed to demonstrate how China acts internally and externally in order to pursue its main objective, to be a superpower with international parity along with the US. China’s assertive attitude has been a means to an end - a harmonious world order for the Chinese interests. Therefore, this work demonstrates the dichotomy that exists between the Chinese rhetoric of peaceful rise and the hidden assertiveness in the form of cooperation. ...</p>
Palavras Chave	Grandes Potências, Relações internacionais - Século 21, China - Política e governo - Século 21, China - Relações económicas externas - Século 21, China - Relações externas - Século 21
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 06 (Julho-Dezembro 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T03:36:04Z com informação proveniente do Repositório

O dilema chinês: assertividade para um mundo harmonioso?

The Chinese dilemma: assertiveness for a harmonious world?

Fábio André Agostinho Cláudio

Mestre em Relações Internacionais

Email: fagclaudio@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/Oet8-3k94>

Sumário

1. Introdução

1.1. Enquadramento da Temática

1.2. Metodologia

1.3. Revisão da Literatura

2. Conceptualização Teórica

2.1. Breve Introdução à Teoria das Relações Internacionais

2.2. Império do Meio

2.3. Como a China vê o Mundo?

2.4. Pacífica, mas não Pacifista

3. Política Interna Chinesa

3.1. Socialismo com Características Chinesas

3.2. A Revolução de Xi Jinping

3.2.1. China Orwelliana

3.2.2. Nacionalismo Han

3.3. Consequências da Política Interna Chinesa

4. Política Externa Chinesa

4.1. Potencialidades Hegemónicas

4.2. Gigante Económico

4.2.1. Expansão Económica Chinesa

4.2.2. Inovação Tecnológica

4.2.3. Belt and Road Initiative

4.2.3.1. O Modelo Assertivo da BRI

4.3. Capacidade Militar

4.4. Soft Power

4.4.1. Propaganda

5. Uma Ordem Mundial Chinesa?

5.1. Hegemonia Regional Chinesa

6. Conclusão

Referências

Bibliografia

Resumo: “O dilema chinês: assertividade para um mundo harmonioso?” teve como objetivo demonstrar de que maneira a China atua interna e externamente de modo a almejar o seu objetivo principal, ser uma superpotência com paridade internacional relativamente aos EUA. A atitude assertiva da China tem sido um meio para atingir um fim – uma ordem mundial harmoniosa para os interesses chineses. Por isso, neste trabalho é demonstrada a dicotomia que existe entre a retórica chinesa de uma ascensão pacífica e a assertividade mascarada em forma de cooperação. A retórica chinesa revelou-se eficaz numa primeira fase de ascensão, no entanto, atualmente, as ações chinesas são diametralmente opostas ao seu discurso, pelo que têm criado cada vez mais percepções negativas e reações defensivas dos demais atores relativamente a esta. A ascensão de um ator como Pequim vem trazer novas mudanças estruturais que tornam a compleição do sistema internacional e a sua distribuição de poder bastante diferentes, deste modo torna-se relevante analisar a ascensão de uma superpotência como a China. **Palavras-chave:** China; Ascensão “Pacífica”; Ordem Mundial; Hard power; Soft power.

Abstract: “The chinese dilemma: assertiveness for a harmonious world?” it aimed to demonstrate how China acts internally and externally in order to pursue its main objective, to be a superpower with international parity along with the US. China’s assertive attitude has been a means to an end - a har-

monious world order for the Chinese interests. Therefore, this work demonstrates the dichotomy that exists between the Chinese rhetoric of peaceful rise and the hidden assertiveness in the form of cooperation. Chinese rhetoric proved to be effective in the first phase during ascension, however, nowadays, Chinese actions are diametrically opposed to his speech, which is why they have increasingly created negative perceptions and defensive reactions from the other actors. The rise of an actor like Beijing brings new structural changes that make the arrangement of the international system and its distribution of power quite different, because of this it is relevant to analyze the rise of a superpower like China.

Keywords: China; “Peaceful” Rising; World Order; Hard power; Soft power.

1. Introdução

1.1. Enquadramento da temática

Na área das ciências sociais e, mais precisamente, nas Relações Internacionais sabemos que as mutações dos sujeitos e do contexto/meio envolvente onde estão inseridos são sistêmicas e, por isso, torna-se pertinente e, até, fascinante abordar essas temáticas. Nesta dissertação, analisamos o caso específico da China e a sua emergência como superpotência no sistema internacional. A escolha deste tema tem em si três justificações. Primeiro, é um tema com o qual me identifico, tendo investigado temas relacionados durante o primeiro ano de mestrado. Segundo, porque o tema escolhido e, mais propriamente o objeto de estudo (país) escolhido, é e será o grande agitador internacional nas próximas décadas. Isto leva-nos à terceira razão que é a pertinên-

cia do tema, pois os acontecimentos na esfera internacional demarcam a China como um importante ator mundial que tem e terá, ainda mais, influência sobre cada um de nós, direta ou indiretamente, a médio e longo prazo. A China, neste momento, é a segunda maior economia em termos de Produto Interno Bruto (PIB), com um valor superior a 17,7 bilhões de dólares, só ultrapassada pelos Estados Unidos da América (EUA) (The World Bank, 2022a), sendo o seu PIB *per capita* 31 vezes (Lipton e Winkleman, 2018) maior do que aquele aquando do início das reformas estruturais de Deng Xiaoping¹. No entanto, se falarmos no PIB em termos de paridade do poder de compra (PPC), a China é já a primeira economia mundial com uns impressionantes 27,3 bilhões de dólares (The World Bank, 2022b), o que para muitos faz já da mesma a maior economia mundial. No âmbito militar, segundo o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), a China despendeu cerca de 293 mil milhões de dólares no setor em 2021 (Silva, et al., 2021, p. 2), fazendo do Estado chinês o segundo que mais gasta na sua militarização. Em termos populacionais, a demografia chinesa cifra-se nuns estrondosos 1,4 mil milhões de habitantes tendo a maior população do mundo. Posto isto, com apenas alguns dados podemos constatar a dimensão e potencial da China num mundo globalizado e numa ordem mundial em mudança, pelo que se torna, no nosso entender, interessante analisar os fatores que fazem da China a futura rival dos EUA no lote de superpotências. Como já foi referido, a China é e será um grande foco de atenção nas próximas décadas e sabemos que existe e, cada vez mais, existirá uma considerável bibliografia acerca da mesma, por isso, a China por si só pode ser considerada um tema imensamente vasto. Nesse sentido, decidiu-se delimitar o assunto “China” e abordar a sua ascensão, no sistema internacional, sob o ponto de vista do “Desenvolvimento Pacífico” promulgado pelo Partido Comunista Chinês (PCC). Ora, tal como o título indica, – “o dilema chinês” – o trabalho abordará a dicotomia que para nós existe en-

tre a suposta ascensão pacífica e a assertividade de cada vez mais patente no comportamento chinês. Iremos elencar várias razões que determinam a apetência chinesa para uma hegemonia partilhada com os EUA, mas, também, mostraremos fatores negativos que prejudicam ou podem vir a prejudicar a China. Este trabalho será um complemento à bibliografia já existente nesta temática, pelo que esperamos que contribua para fazer pensar mais e melhor sobre a China e aumentar o interesse pelas temáticas da região asiática, pois, nomeadamente em Portugal, ainda se pensa relativamente pouco sobre as mesmas.

No cômputo geral, a dissertação trará conteúdo e contribuições originais para a comunidade científica, com novas perguntas e tentando fornecer novas respostas, nomeadamente se a emergência chinesa é ou não pacífica e em que moldes é que se está a edificar. Tendo em conta as alegações do Estado chinês ao longo dos anos, esta ascensão no sistema internacional é de cariz pacífico, sob a visão de um “mundo harmonioso” a alcançar, logo, segundo isto a China não quer alterar nem tão pouco implementar os seus princípios e ditames naquilo que seria uma nova ordem mundial. No nosso entender, podemos considerar que existiu, numa primeira fase de crescimento económico e de adaptação às novas reformas estruturais aplicadas no tempo de Deng Xiaoping, uma ascensão alheada de qualquer intenção que não o melhoramento das condições internas do próprio país alavancadas por essa tal recuperação económica. Pode dizer-se que a China adotou uma atitude *low profile*, concentrando-se nos seus níveis de crescimento e fortalecendo a sua posição dentro da própria ordem liberal. No entanto, hoje em dia, isso já não se verifica nos mesmos moldes. A China já não se limita ao papel de um mero Estado dentro do sistema internacional. Ao invés, tem adotado tanto interna como externamente políticas que demonstram a sua ambição de querer ditar as regras do jogo².

Partindo da premissa do título, podemos elencar os principais objetivos e respostas a que

esta investigação se propõe. O caminho que queremos traçar nesta investigação é o de caracterizar a China como uma potência cada vez mais assertiva nos seus intentos. Esta assertividade por parte dos chineses começou desde a chegada de Xi Jinping ao poder. No título fazemos ainda referência a uma “assertividade para um mundo harmonioso”, ou seja, uma atitude assertiva como meio para atingir uma ordem mundial harmoniosa para os interesses chineses, fazendo uma analogia à retórica chinesa de uma “ascensão pacífica numa visão de mundo harmonioso”. Ora, esse será o buslís da questão: a dicotomia, que a nosso ver existe, entre a retórica chinesa de uma ascensão pacífica e a assertividade mascarada em forma de cooperação, que na realidade se tem verificado.

Posto isto, explicaremos quais são os fatores que têm permitido esta ascensão e crescente poderio internacional, ou seja, fatores possibilitadores para a edificação de uma posição influente no sistema internacional. Por outro lado, em contraponto, demonstraremos que existem fatores que podem vir a prejudicar a posição chinesa, fatores esses que tornam a aceitação de uma “ascensão pacífica” cada vez mais difícil. Não obstante, a China é apontada, aos dias de hoje, como a grande oponente à superpotência atual, os EUA, e à ordem mundial liberal estabelecida desde o século passado, por isso, perspetiva-se uma disputa pela influência dos ditames de uma futura ordem mundial entre ambas.

A China, para além de ser uma potência económica e militar, também se tem tornado tecnologicamente desenvolvida, tendo um vasto território e a maior população do mundo. A China tem, também, feito uso do seu *soft power* de modo a ganhar influência em vários pontos do globo. O seu maior projeto, que é de cariz económico³ e alcance global, chama-se *Belt and Road Initiative (BRI)*⁴. A BRI é um projeto que replica a antiga rota da seda chinesa, que consiste em rotas de oleodutos, gasodutos, redes elétricas, portos e outros

1 Para transliteração de nomes e palavras chinesas usaremos o método *pinyin* que é atualmente o mais utilizado na romanização dos caracteres chineses. No entanto, para nomes, como o de Deng Xiaoping ou Mao Tsé-Tung, que a forma mais comum seja a do método Wade-Giles optaremos por essa forma.

2 Obviamente que, neste momento, devido às capacidades da China por si só, já é um Estado que detém relativa influência internacional, no entanto, essa influência não tem um espectro alargado e muito menos pode ser comparada com a dos EUA, ou se quisermos até com a Rússia em alguns pontos do mundo (e.g. Médio Oriente).

3 De facto, é de cariz económico, no entanto, levanta outro tipo de questões que serão relevantes abordar, como por exemplo, a influência chinesa em vários setores estratégicos desses países que firmam acordos comerciais com a China.

4 Optaremos pela denominação inglesa, no entanto em português é conhecida por Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”.

projetos de infraestruturas. Um projeto bastante ambicioso e que espelha bem o interesse chinês pela influência e ganho de poder internacional. No âmbito militar, os chineses têm o maior exército ativo do mundo e têm feito cada vez mais esforços, nomeadamente, com investimento na Defesa, para reduzirem a diferença relativamente aos EUA, a grande potência militar global. Um fator a relevar é o facto de os chineses estarem empenhados cada vez mais em dominar a região asiática, e, isso tem-se verificado especialmente no Mar do Sul da China, região onde os EUA funcionam como fiel da balança, situação que a China pretende alterar. Fora isto, a China beneficia do facto de ter conseguido integrar as múltiplas instituições liberais estabelecidas desde o século passado e poder com isso tirar proveito próprio. Muitos autores argumentam que esta posição chinesa provocará uma mudança no *status quo* mundial a longo prazo, sendo essa também a nossa visão.

Não obstante tudo isto, a China tem aspetos negativos que poderão atrasar ou até diminuir a sua capacidade de afirmação como uma superpotência. Um deles é a previsão de envelhecimento da população como consequência da política de “um filho” adotada desde 1979 e só terminada em 2015. Isto fará com que a demografia decaia e que seja ultrapassada pela da Índia dentro de algumas décadas. Obviamente, esta situação trará problemas no crescimento económico e nas políticas sociais internas e, por sua vez, afetará a visão estratégica chinesa também a nível internacional, pois o meio interno está indissociavelmente relacionado com o externo. Outro aspeto negativo é o da sua conduta em termos de política interna, nomeadamente, a falta de liberdade de expressão dos seus cidadãos e o controlo permanente de tudo o que seja dito contra o governo central, o mesmo é dizer, o PCC.

Em síntese, nesta dissertação pretender-se-á demonstrar de que maneira a China atua interna e externamente de modo a almejar o seu objetivo principal, ser uma superpotência com paridade internacional relativamente aos EUA. Elencamos várias questões às quais iremos responder, desenvolvendo as respostas ao longo da investigação. Essas questões servirão de fio condutor para o resultado pretendido que será corroborar a tese de que a China está a adotar uma posição assertiva (não pacífica) no contexto internacional.

Por tudo isto, podemos dizer e é amplamente aceite que a China é uma das grandes agitadoras nas Relações Internacionais. A ordem mundial que conhecemos desde o fim da Guerra Fria estará no seu fim e, hoje em dia, verificamos já uma multiplicidade de atores que se digladiam nas mais variadas regiões do mundo em prol dos seus interesses. Pensamos que, nas condições atuais, apenas será possível para uma potência estabelecer efetivo poder numa dada região, e que uma hegemonia global tal como a que se verificou durante a *pax americana* já não se verificará atualmente, por variadas razões. Uma delas é a emergência de diversos novos Estados com capacidades efetivas de defenderem os seus interesses, estando à cabeça a China, a Índia, nunca esquecendo a Rússia, o Irão, ou até mesmo a Turquia num futuro mais distante. Logo, a nosso ver, o futuro da ordem mundial passará pela multipolaridade, sendo que a China poderá ter um papel importante a desempenhar na região asiática e, até mesmo, no espaço geográfico mais alargado da Eurásia.

1.2. Metodologia

A metodologia escolhida para a investigação estará assente na análise de conteúdo de fontes primárias, nomeadamente, livros, publicações em série, relatórios científicos, complementando com a leitura de artigos que são fontes atualizadas e, por isso, importantes para análise. Tratando-se de uma ciência social onde os acontecimentos que envolvem o objeto de estudo estão sempre em constante mudança, optar-se-á pelo método descritivo, ou seja, um método de análise que implica a observação direta dos factos para depois os descrever de forma qualitativa. Por outro lado, utilizaremos também o método dedutivo, pois achamos que partir de ideias gerais será adequado para obtermos uma conclusão em particular. Isto quer dizer que ter a China como tema permite-nos abordar vários conceitos enraizados na teoria das Relações Internacionais e, posteriormente, alcançarmos verdades e respostas objetivas consoante a nossa problemática. Nas Relações Internacionais existe uma interligação dos fatores internos com os externos e entre os fatores externos de cada sujeito (Estados), por isso achamos ser esta a melhor abordagem metodológica para conseguir obter os melhores resultados na investigação a que nos propomos.

1.3. Revisão da Literatura

De um modo geral a literatura nacional e internacional acerca da China é relativamente vasta estando, também, a ganhar cada vez maior interesse por parte da academia e, por isso, oferece-nos uma enorme variedade de visões e opiniões pertinentes para o desenvolvimento desta dissertação.

Muita da literatura mais acessível é, sem surpresa, baseada no ponto de vista ocidental ou, se quisermos, feita por fazedores de opinião ditos ocidentais. A nosso ver, analisar as visões de ambos os lados torna-se imprescindível, pelo que analisaremos, também, posições chinesas relativamente ao tema, que certamente nos darão outras perspetivas tendencialmente diferentes das dos ocidentais. Pensamos ser de extrema importância o conhecimento daquilo que é a visão da China sob o seu próprio ponto de vista e não sob o ponto de vista apenas de terceiros.

Para uma eficaz revisão da literatura optámos, por um lado, assentar a procura de bibliografia que descrevesse a recente estratégia chinesa com o intuito de observar a dicotomia que existe entre a retórica propalada à mais de uma década pela China⁵ (o desenvolvimento harmonioso através de uma [re]emergência pacífica), e a crescente atitude assertiva chinesa desde que Xi Jinping chegou ao poder. Quer isto dizer que nos debruçaremos sobre o facto de a China estar numa contínua expansão económica, militar⁶ e de procura de influência no sistema internacional. Sobre assuntos relacionados com a expansão chinesa no sistema internacional destacamos os autores: Alexandre Carriço, Bruno Mações, Elizabeth Economy, Odd Arne Westad ou Cho Hyun-Binn.

Por outro lado, é premente analisar e de destacar a visão que a China perspetiva para a ordem mundial, na medida em que precisamos de perceber qual o papel que os chineses querem ter numa ordem mundial cada vez mais multipolar. É relevante entender como a China pensa e sob que princípios apoia as suas convicções para podermos determinar o rumo que quer seguir. Neste âmbito destacamos os

5 Corria o ano de 2005 e Hu Jintao anunciava um programa estratégico (“O caminho de desenvolvimento da ascensão pacífica da China”).

6 Não uma expansão territorial, mas sim uma expansão na sua capacidade militar.

trabalhos de François Godement, Mark Leonard e Wang Jisi, entre outros.

O contexto externo de um Estado encontra-se permanentemente ligado ao seu contexto interno. Num mundo cada vez mais especializado/globalizado e interdependente, os aspetos internos influenciam sobremaneira os aspetos externos e vice-versa. Por isso, para falarmos do contexto internacional chinês, teremos também, no sentido de fornecer uma análise mais completa, de abordar o seu contexto político, social e económico interno. Oferecem uma literatura diversa a esse respeito autores como: Wang Hui, Zheng Qian, Michael Anti ou Sun Liping, entre outros.

2. Conceptualização Teórica

2.1. Breve introdução à Teoria das Relações Internacionais

Vivemos num mundo em constante mudança e a ordem mundial, como caracterização do sistema internacional (SI), também muda, consoante as interações e organização dos seus atores principais. Existe uma multiplicidade de atores, a sua importância no sistema internacional pode variar dependendo da teoria que se privilegie. Diferentes teorias significam diferentes lentes de observação do mundo, pelo que de acordo com cada uma delas uns atores são mais importantes do que outros ou, por outras palavras, desempenham um papel mais relevante na esfera internacional do que outros de acordo com os pressupostos de cada teoria de Relações Internacionais. Todavia, são atores do sistema internacional todo e qualquer interveniente do mesmo, como: os Estados, soberanos, não soberanos, falhados ou párias; as Organizações Internacionais, sejam elas de cariz universal ou regional; as Organizações Não-Governamentais (ONGs); as Multinacionais; e, até, grupos terroristas⁷. O entendimento das abordagens teóricas no contexto das Relações Internacionais afigura-se de elevada importância, pelo simples facto que é através da subjetividade dos conceitos teóricos que conseguimos caracterizar e ordenar o mundo real, leia-se o SI. A teoria em Relações Internacionais desempenha um papel importante para a compreensão dos acontecimentos, pelo que, como em tudo na

vida, existem pontos de vista diferentes e, por isso, conclusões e análises necessariamente diferentes de acordo com a lente pela qual se olha para a ordem mundial. Stephen Walt no seu artigo “*International Relations: One World, Many Theories*” (1998), refere exatamente essa importância que as teorias desempenham para quem tem de tomar decisões atinentes à política internacional: “it is hard to make good policy if one’s basic principles are flawed, just as it is hard to construct good theories without knowing a lot about the real world”⁸ (Walt, 1998, p. 29).

Como se trata de uma breve introdução à teoria das Relações Internacionais apenas nos centraremos nas suas duas principais correntes teóricas⁹ – o Realismo e o Liberalismo –, que retratam duas perspetivas diametralmente opostas no que toca ao modo como o poder é visto e tratado dentro do SI.

O Liberalismo tem em Immanuel Kant, Woodrow Wilson e, mais recentemente John Ikenberry ou Michael Doyle, alguns dos seus proponentes. Em termos gerais o Liberalismo vê o Homem como um ser benevolente capaz de viver em harmonia e cooperação mútua com os seus pares. Transpondo isto para o SI, os defensores desta teoria dizem que é possível manter um certo nível de estabilidade global assente no poder das instituições, das normas e dos valores liberais. Tal como o indivíduo, os Estados têm interesses que podem ser alcançados no quadro das instituições multilaterais, da cooperação económica ou da democratização das sociedades. Os argumentos diferem dependendo da vertente de pensamento que falemos. Uma das vertentes do pensamento liberal diz que a interdependência económica desencoraja os Estados de usarem a força entre si (Walt, 1998, p. 32), em nome da prosperidade. Outra vertente, associada a Woodrow Wilson, vê o alargamento da democracia a mais Estados como a chave para a paz mundial, baseada na premissa de que Estados democráticos são inerentemente mais pacíficos que Estados autoritários (Walt, 1998, p. 32). E, ainda, uma terceira vertente diz que as instituições internacionais servem

de travão a algum egoísmo “estatocêntrico” que possa existir, ao desincentivarem os Estados a perseguirem ganhos imediatos em prol de uma cooperação duradoura (Walt, 1998, p. 32) ou, por outras palavras as instituições servem como acordos fundacionais ou contratos constitucionais para os Estados (Ikenberry, 2001, p. 14). No geral, “liberal theories see institutions as having a variety of international functions and impacts that serve in various ways to facilitate cooperation, modify state power, and alter the ways in which states identify and pursue their interests”¹⁰ (Ikenberry, 2001, p. 14). Esta teoria pode ser sumariada em termos simples aos olhos da ideia de Kant, pensador do século XVIII, de que os Estados democráticos não se guerreiam entre si, ou seja, quanto mais forem os Estados democratizados maior será a tendência para a paz e harmonia mundial. É por isso que, aos olhos do Realismo, esta teoria é muitas vezes apelidada de ser “utópica” incapaz de espelhar em teoria o mundo real. No fundo, o Liberalismo descreve um mundo que os seus proponentes desejariam criar, enquanto que o pensamento realista tenta descrever o mundo que supostamente existe.

É precisamente sobre esse mundo real que Thomas Hobbes, no seu livro “*Leviatã*”, preconizou¹¹ que o Homem no seu “estado natural” é um ser tendencialmente mau, procurando alcançar os seus interesses de forma egoísta e nunca cooperativa. Para minorizar essa característica propôs a aplicação de um “contrato social” entre o governante e o seu povo de modo a suprimir as intenções mais malévolas do ser-humano. Este “contrato social” encontra-se ainda nos dias de hoje, na medida em que o sistema interno de cada Estado estabelece uma panóplia de regras e medidas tendo em conta as quais se um indivíduo as infringir é punido.

Se olharmos para a política interna de um Estado ela organiza-se segundo o princípio da hierarquia, havendo uma autoridade central que regula todas as outras. Na política

7 Apesar de não terem legitimidade política exercem, de facto, uma ação preponderante na esfera internacional.

8 Tradução nossa: “é difícil fazer uma boa política se os princípios básicos não estão bem presentes, assim como é difícil construir boas teorias sem saber muito sobre o mundo real”.

9 Apesar de haver cada vez mais correntes a emergir fora destes dois polos.

10 Tradução nossa: “as teorias liberais veem as instituições como tendo uma variedade de funções internacionais e impacto que de várias formas facilitam a cooperação, modificam o poder do Estado, e alteram as maneiras pelas quais os Estados identificam e perseguem os seus interesses”.

11 Enquanto decorria a Guerra Civil inglesa (1642-1649).

internacional, as várias partes estabelecem relações de coordenação onde não existe uma autoridade central sendo, portanto, o sistema internacional descentralizado e anárquico (Waltz, 1979, p. 88).

É com base nesta ideia negativa da sociedade e do indivíduo em particular que o Realismo¹², por seu lado, vê o Homem no seu estado natural como mau, tendo interesses egoístas e não cooperativos. Consequentemente, a teoria realista advoga que os Estados, enquanto unidades feitas à medida do Homem, são os atores principais¹³ do sistema internacional e têm um desejo intrínseco de domínio (Walt, 1998, p. 31), desenvolvendo uma relação horizontal uns com os outros e privilegiando sempre a sua segurança e soberania. A integridade de cada Estado enquanto ator é a prioridade, pois a sobrevivência é um pré-requisito para alcançar quaisquer objetivos que os Estados possam ter (Waltz, 1979, p. 92). Na mesma linha de pensamento, John Mearsheimer (2014) diz que sobreviver é o objetivo mais importante de um Estado, porque um Estado não pode perseguir nenhum outro objetivo se não sobreviver. Mearsheimer (2014), diz ainda que existem três características que definem o SI:

- i) os atores principais são os Estados que operam em anarquia, não havendo uma autoridade superior a eles;
- ii) todas as grandes potências têm capacidade militar, querendo isto dizer que têm a capacidade para se atingir mutuamente;
- iii) e, nenhum Estado sabe as intenções dos seus pares com clareza, agindo de forma a precaverem-se de possíveis ameaças.

Posto isto, em teoria nas Relações Internacionais uma estrutura é definida pelos arranjos entre as suas partes, sendo que ocorrem mudanças estruturais quando existem mudanças nesses mesmos arranjos (Waltz, 1979, p. 80). Ou seja, um sistema é composto por uma estrutura e por partes interativas entre si.

Por outras palavras, o sistema internacional caracteriza-se consoante a sua distribuição de poder, leia-se, o modo como os seus atores se organizam; consoante o modo de relacionamento entre os atores intervenientes; e segundo os princípios pelos quais se regula. Existem opiniões diferentes quanto à estrutura que fornece maior estabilidade dentro deste sistema anárquico. Existindo aqueles que alvitram uma maior estabilidade no sistema internacional quando há um equilíbrio entre as grandes potências – balança de poderes –, podendo esse equilíbrio ser partilhado por duas (bipolar) ou mais potências (multipolar). E, existem aqueles que dizem que o sistema internacional mais estável é aquele que tem na sua estrutura uma potência dominante sobre todas as outras – hegemonia.

Os que defendem a balança de poderes como a estrutura mais estável alegam que grandes concentrações de poder levam a que potências insatisfeitas se insurjam contra a potência dominante, levando à guerra. Para eles o princípio organizador da balança de poderes promove então uma estabilidade mais duradoura, na medida em que evita que um Estado tenha intenções hegemónicas sob pena de enfrentar coligações de bloqueio. A balança de poderes mantém a ordem estável não porque os Estados estão satisfeitos com o *status quo*, mas porque os custos absolutos de um confronto podem ser bem maiores que os seus relativos benefícios (Kluger e Organski, 1989, p. 176). Pelo contrário, os defensores da “tese hegemónica” dizem que uma potência, ao atingir o estatuto de hegemonia, cria condições favoráveis para a estabilidade no SI, pois impede qualquer tipo de tentativa revisionista por parte das outras potências¹⁴. Essa tentativa revisionista apenas poderá ocorrer se uma outra grande potência insatisfeita com o seu *status* tiver intenções de alterá-lo (Kluger e Organski, 1989, p. 174)¹⁵. Esta alteração na estrutura do

poder pode ocorrer segundo duas variáveis: o poder relativo de ambas as potências e o grau de satisfação da potência emergente. Quanto menor for a diferença de poder relativo entre ambas e maior o grau de insatisfação da potência emergente, maior será a probabilidade de conflito¹⁶. Com isto, podemos olhar para as últimas três décadas e verificar que os EUA mantiveram um considerável poder relativamente às outras grandes potências¹⁷, sendo que algumas dessas mesmas potências consideraram a hegemonia norte-americana como satisfatória para os seus interesses, enquanto que outras apesar de laivos revisionistas¹⁸ não tiveram nem têm capacidade para reverter esta hegemonia. Como disse John Ikenberry, os EUA têm exercido aquilo que se chama de hegemonia benevolente. Como foi dito, essa hegemonia foi aceite por todas as demais grandes potências umas por serem aliadas e, por isso, estarem satisfeitas com a ordem construída pelos norte-americanos apesar do seu largo domínio, e, outras, apesar de não se reverem nessa ordem global, não têm meios nem capacidade para contrapô-la, ou seja, o seu poder relativo é bastante inferior. Aliás, como Ikenberry ressalva, esta aceitação hegemónica por parte das restantes potências tem menos que ver com a capacidade ou não dessas potências em reverter o *status quo*, do que na sua confiança nas restrições de poder que as normas e princípios institucionais impõem à potência dominante (Ikenberry, 2001, p. 28). Uma espécie de ordem constitucional que o autor chama de “constitucionalismo fraco”.

Ora, nos dias de hoje, essa hegemonia norte-americana encontra-se em declínio por várias razões e, em sentido contrário, temos a China num crescente papel de intervenção dentro do SI. A China ao longo da última década aumentou o seu poder absoluto sobremaneira, chegando ao ponto de a diferença entre o seu poder e o dos EUA ser cada vez menor.

12 Abordaremos o conceito de Realismo sem entrar pelas minudências comparativas das suas variantes teóricas, apenas enfatizaremos o seu conceito geral – o sistema internacional caracterizado pela luta pelo poder entre Estados.

13 Os realistas não negam a existência de outros atores no SI, no entanto, dizem que os Estados são os mais importantes por isso caracterizam-nos como as principais unidades do sistema (Waltz, 1979, p. 93).

14 Esta estabilidade só é possível se a capacidade de poder da potência dita dominante for maior que qualquer outra potência e se ultrapassar a capacidade de todas as outras grandes potências em conjunto (Kluger e Organski, 1989, p. 174).

15 Kluger e Organski apoiam-se numa pirâmide invertida para caracterizar o estatuto dos Estados dentro de uma ordem mundial unipolar. Sendo que no topo está a potência hegemónica, a seguir estão as grandes potências, depois mais abaixo as potências médias seguidas das potências pequenas (Kluger e Organski, 1989, p. 174).

16 Uma potência que seja inferior em termos de poder mesmo que esteja insatisfeita não vai ter capacidade para enfrentar a potência dominante; uma potência equiparada em termos de poder, mas que se acomodou e se encontra satisfeita no SI, também não se insurdirá.

17 Chamaremos de superpotência uma potência acima das grandes potências.

18 Falamos obviamente da Rússia, pois a China encontra-se no lote das potências que se acomodaram (até aos dias de hoje) dentro desta *pax americana*.

No entanto, existe um fator que a China não pode descurar, se quiser alcançar uma paridade de poder relativamente aos EUA, que é o fator marítimo. Ora, se olharmos em retrospectiva para os séculos passados podemos dizer que a supremacia na vertente marítima revelou-se essencial para um certo domínio global em determinadas épocas. Foi assim com advento dos descobrimentos quando Portugal e Espanha “dividiram” o mundo em dois, explorando a seu bel-prazer continentes inexplorados até ao momento; foi assim enquanto o Império Britânico¹⁹ dominou os mares fazendo colónias em sítios tão diversos como a América do Norte ou a Índia; e, tem sido assim com a supremacia marítima norte-americana com esquadras navais um pouco por todo o mundo. Ou seja, só uma potência que seja capaz de alocar recursos além-fronteiras é que poderá almejar a controlar e/ou exercer efetiva influência dentro do SI.

Não obstante, para se ser uma potência marítima não basta querer tem de se ter condições para tal. Essas condições são sobremaneira influenciadas pelas condições naturais ou físicas de cada Estado – geografia, morfologia, configuração, e, número e caráter populacional (Mahan, 1890, p. 28) –, por isso, alguns Estados nunca conseguirão ter uma efetiva capacidade marítima devido à ausência de algumas destas características²⁰.

No seu livro “*The Influence of Seapower on History*”, Alfred Mahan identificou que, ao longo do período histórico analisado (1660 a 1783), existiram três pontos chave característicos das potências que tinham o mar como fronteira, foram eles: a produção de bens com o intuito de proceder à sua comercialização; o fornecimento de transporte para esses produtos; e um espólio colonial que facilitasse e ampliasse as operações de comercialização, na medida em que multiplicavam os pontos de segurança para as rotas comerciais (Mahan, 1890, p. 28), para além dos recursos naturais existentes nessas colónias. A necessidade de uma frota marinha nasce, na sua essência, da necessidade dos Estados em procurarem novas fontes de rendimento e recursos e só depois como motivo militar (Mahan, 1890, p. 26). Ora, para Mahan, as principais condições que afetam o poder marítimo são:

- i) a posição geográfica;
- ii) a conformação física do território (incluindo os recursos naturais e o clima);
- iii) a extensão territorial;
- iv) o tamanho populacional;
- v) o caráter nacional; vi) e o modo de governação (Mahan, 1890, pp. 28-29).

Uma fronteira marítima torna-se desde logo vantajosa pelo simples facto de um ataque à mesma ser à partida mais difícil de prosseguir do que se fosse através de uma fronteira terrestre (Mahan, 1890, p. 29). Mais, uma boa posição geográfica no que respeita aos pontos de passagem das vias marítimas significa um aumento do valor estratégico dessa posição e, também, um acesso mais facilitado ao mar, quer seja através de ilhas ou não. Por exemplo, a posição dos EUA em relação ao (naquela altura, futuro) canal do Panamá, tal como a do Reino Unido relativamente ao canal da Mancha ou mesmo a dos países mediterrânicos com o canal do Suez, são posições privilegiadas que permitiram ganhos estratégicos. Nesse âmbito, nos dias de hoje, a China encontra-se relativamente bem localizada no contexto regional²¹ do mar do Sul e Oriental da China tendo até tomado posse de algumas ilhas adjacentes de forma estratégica.

Se a posição geográfica é importante, a conformação física do território não o é menos importante, na medida em que o contorno da costa de um Estado irá ditar a facilidade ou não de acesso ao mar por parte dessa nação. Quanto mais fácil é o acesso dado por essa fronteira (costa) à zona circundante, maior será a tendência para o relacionamento com o resto do mundo (Mahan, 1890, p. 35). Para além disto, os recursos naturais ou o próprio clima foram questões influentes na determinação e predisposição marítima de cada população²². Ou seja, segundo Mahan a maior

ou menor projeção marítima de cada potência deveu-se, também, às necessidades intrínsecas de cada uma. Levando as que tinham menos recursos internos, consequentemente incapazes de sustentar a sua população, a expandir horizontes e a fazerem uso do mar. Também aqui o exemplo chinês pode ser retratado, os recursos chineses parecem ser cada vez menos tendo em conta o nível de consumo e desenvolvimento da sua população; o mar, nomeadamente a sua exploração, surge como necessidade na procura de mais recursos naturais. A última das condições ditas físicas que se tem de ter em conta no poder marítimo é a extensão territorial. Extensão territorial não de acordo com os quilómetros quadrados que dado Estado tenha, mas sim o comprimento da sua costa. Se as condições geográficas e físicas de determinados Estados forem semelhantes, a extensão das suas costas territoriais serão tanto mais uma fonte de poder quanto maior for a quantidade populacional instalada naquele sítio (Mahan, 1890, p. 43). Existe, por isso, uma correlação entre estes dois fatores: a extensão territorial e o tamanho da população. Tal como é mais importante o comprimento da costa ao longo desse território, também se torna mais relevante a concentração de população junto da costa do que propriamente o total da população desse país (Mahan, 1890, p. 45).

Ainda sobre as características da população, subjaz no caráter nacional de uma potência marítima a “tendência para o comércio, envolvendo necessariamente a produção de algo com o qual negociar”, sendo esta a característica nacional mais importante para o desenvolvimento do poder marítimo (Mahan, 1890, p. 53).

Por último, as características do governo,

tinha pouco para exportar. Com esta necessidade por recursos que satisfizessem a sua população, os ingleses lançaram-se no exterior encontrando terras mais agradáveis e ricas que a sua. No caso holandês, estima-se que no seu período áureo, o seu solo teria capacidade para suportar um oitavo da sua população. A fraca capacidade do seu solo e a exposição da sua costa fizeram com que os holandeses, primeiramente, comessem a pescar. Depois com a descoberta da prática da cura do peixe deu-lhes a oportunidade de começarem a exportar esse produto, tendo sido isto a sua grande fonte de riqueza (Mahan, 1890, pp. 36-37). Já os EUA na sua essência tiveram precisamente o bom dos dois mundos, instalados numa terra fértil e com abundância de recursos (como a França) ao mesmo tempo que herdaram da cultura anglófona o “apetite” pelo mar (Mahan, 1890, p. 38).

19 Sem esquecer França ou Holanda que também elas foram potências colonizadoras.

20 O caso russo é sintomático disto.

21 Pese embora a China tenha acesso limitado às chamadas *blue waters*, águas profundas/mar aberto, devido ao cordão insular que vai desde o Japão à Indonésia, não dispondo, nem previsivelmente disponha no futuro, de bases na Ásia oriental banhada pelo Pacífico por não ter nenhum aliado na zona (Vasconcelos, 2009, p. 189).

22 França, por exemplo, no séc. XVII não foi para o mar com a mesma predisposição e sucesso que ingleses e holandeses. Isto deveu-se às condições físicas do seu território: um território agradável com um clima ótimo, produzindo mais do que aquilo que a sua população necessitava; pelo contrário a Inglaterra, “recebia” pouco da natureza e até à sua industrialização

nomeadamente o seu modo de governação²³ contribuem também eles para o sucesso (ou não) do desenvolvimento do poder marítimo. De maneira que, “the most brilliant successes have followed where there has been intelligent direction by a government fully imbued with the spirit of the people and conscious of its true general bent”²⁴ (Mahan, 1890, p. 58).

Concluindo, apesar de alguns exemplos se encaixarem na postura que a China tem nos dias hoje, as características social e cultural chinesas não se coadunam com os preceitos aqui referidos: carácter nacional de propensão marítima. Não obstante, temos de ter em conta o contexto em que foi aplicada esta doutrina e transportá-la para a atualidade. A China desenvolve-se cada vez mais no âmbito marítimo ao mesmo tempo que prossegue o seu pendor continental.

Esta postura pode ser caracterizada pela teoria “dualista”²⁵ de Nicholas Spykman. Para o geopolítico norte-americano, que pôs em confronto os trabalhos realizados por Alfred Mahan (poder marítimo) e por Halford Mackinder (poder continental), a potência mundial seria aquela que conseguisse controlar a região a que chamou de *rimland* (Correia, 2005, p. 181). Desta região fazem parte as zonas costeiras da Eurásia que vão desde a “Europa marítima ocidental até ao extremo oriente asiático, incluindo o Médio Oriente, o subcontinente indiano e o sudeste asiático” (Correia, 2015, p. 183), tornando esta a zona pivot do mundo. O *rimland* abrange a zona mais povoada do mundo tendo, também, uma abundância de recursos naturais. No fundo, quem controlasse esta região tinha a capacidade de controlar a região mais alargada da Eurásia e, consequentemente, ter o controlo da maior parte do globo: “quem controla o *rimland* governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo”²⁶ (Correia, 2015, p. 183).

A potência marítima, segundo Spykman, teria melhores capacidades para concretizar este objetivo e o seu país, os EUA, conseguiu

corroborar esta teoria desde o final da II Guerra Mundial. “A ocupação do *rimland* não era total, interrompia-se no subcontinente indiano e na costa da República Popular da China” (Correia, 2015, p. 186), para isso os EUA juntaram à sua capacidade de projeção de forças no exterior, através das suas esquadras navais, a concretização de alianças de segurança e pactos de assistência mútua nas zonas envolventes desse *rimland*.

A China tem hoje poder suficiente para contrabalançar esta influência norte-americana na região asiática, mas, mais que isso, a China tem uma visão mais ampla e a instalação da sua primeira base naval exterior no Djibouti indicia isso mesmo. A China concentra uma influência sobre a zona a que chamámos de *rimland* como nunca concentrou. Contando com a sua posição geográfica vantajosa²⁷, isto é, sem dúvida, um desafio à ordem global onde vivemos. É por isso que na nossa perspectiva, uma futura ordem mundial centrar-se-á na dicotomia EUA-China, no entanto, não sendo necessariamente uma bipolaridade, mas uma ordem multipolar com o poder a concentrar-se regionalmente. Como nota Mearsheimer, é tremendamente difícil para um Estado prosseguir uma hegemonia global, pois é impossível projetar o seu poder continuamente durante um longo período. A melhor opção será obter uma hegemonia regional e prevenir que outras potências o façam nas suas regiões (Mearsheimer, 2014). Na sua visão, da qual nós partilhamos, os EUA têm conseguido essa hegemonia do lado ocidental, tendo ao mesmo tempo contrabalançado as intenções hegemónicas noutras regiões ao longo da história. O próximo desafio afigura-se de maior envergadura e sem fim à vista, pois a China tem avançado a sua preponderância regional e o retraimento norte-americano contribuiu para isso. Contudo, só o tempo dirá como as relações de força irão dar forma à futura ordem mundial.

2.2. Império do Meio

Quando falamos da civilização chinesa, de imediato, pensamos em antiguidade, no entanto, por estarmos a centenas de milhares de quilómetros de distância, não tivemos um contacto contínuo com esta civilização desde

a sua fundação. A civilização chinesa é das mais antigas do mundo e das que têm uma “história contínua de desenvolvimento mais longa do que qualquer outra” (Haw, 2016, p. 51), apesar de pouco se conhecer sobre os seus primórdios.

Nós, ocidentais, apenas começámos a contactar com os chineses a partir das primeiras viagens às Índias que, mais tarde, dariam oportunidade de alcançar as costas meridionais da China, no século XVI, portanto, muitos séculos depois do aparecimento dos chineses como civilização que se cifra, mais ou menos, em 2000 a.C.²⁸, sendo, no entanto, imprecisa qualquer data que se tente alvitrar para o seu real começo.

A cultura chinesa foi muito influenciada por três culturas anteriores a ela dentro do território que hoje conhecemos como China. São elas a cultura do Sudeste (na área daquilo que são hoje as províncias de Fujian, Guangdong e Guangxi e, talvez, Taiwan), a cultura Longshan (aproximadamente na atual zona litoral de Zhejiang até Shandong) e a cultura Yangshao na região central norte (situada na zona que corresponde hoje às províncias de Shaanxi, Shanxi e Henan) (Haw, 2016, p. 62). A área cultural chinesa (i.e., civilização chinesa) foi ao longo da sua história governada por várias dinastias que se digladiaram entre si para tomar o poder. Dinastias essas que controlavam zonas territoriais (Estados) distintas, ou seja, quando o governo mudava de mãos o centro de poder também mudava. Todas as dinastias tiveram as suas ambições expansionistas como qualquer Estado, pelo que o processo de expansão da cultura chinesa derivou muito disso também. Por exemplo, na dinastia Han (206 d.C.) ocorreram sucessivas ondas expansionistas que levariam as fronteiras cada vez mais longe, chegando por fim a uma província então chamada Xiyu (ou “regiões ocidentais”) e hoje conhecida como Xinjiang (“nova terra de fronteira”). A expansão chinesa fez unir a Ásia (Frankopen, 2018, p. 29).

Chang'an foi durante muitos séculos a cidade preferida para ser a capital das várias dinastias, cidade que corresponde ao que é hoje a cidade de Xian, na província de Shaanxi. O soberano/imperador mudaria com frequência

23 Para exemplos de modos de governação, em paz ou em guerra, ver Mahan, 1890, p. 82.

24 Tradução nossa: “os sucessos mais brilhantes deram-se onde houve uma direção inteligente imbuída no espírito do povo e na consciência da sua verdadeira inclinação geral”.

25 Nas palavras de Pezarat Correia (2015, p. 179).

26 Isto depois de Halford Mackinder ter dito que quem detivesse o controlo da “Ilha Mundo” (Eurásia) comandaria o mundo.

27 No conceito de Spykman.

28 As datas da pré-história chinesa são um ponto onde não existe consenso, mas “o primeiro Estado chinês não terá aparecido muito antes de 2000 a.C.” (Haw, 2016, p. 53).

ao longo dos vários séculos, no entanto, os traços culturais e identitários que viriam a moldar os valores e princípios chineses foram-se cimentando.

Durante as dinastias Shang e Zhou inicial, as pessoas acreditavam dever apenas fidelidade à respetiva dinastia, ou seja, ao seu rei e aos sucessores deste. Eram os povos de Shang ou de Zhou. Mas no Período dos Estados Guerreiros passou a haver um forte sentimento de pertença a uma entidade cultural mais vasta que não estava limitada pelas fronteiras de um Estado, partilhando a cultura chinesa superior dos “Estados Centrais”. Emergiu, assim, um sentimento de pertença a uma mesma nação, a China (Haw, 2016, p. 103).

Apesar disto, não se podia considerar a existência de uma entidade nacional chinesa, pois, cada Estado continuava a zelar pelos seus interesses e, se possível, aniquilando os restantes.

Um dos fatores que contribuíram para que a cultura e identidade chinesas prevalecessem foi precisamente a língua: “o desenvolvimento de um sistema de escrita para o Chinês, numa altura em que não existia qualquer outra tradição de literacia na Ásia Oriental, terá certamente contribuído para a predominância desta língua” (Haw, 2016, p. 71), sendo que viria a ser o cimento aglutinador entre os vários povos naquela região da Ásia. Isto possibilitou, certamente, um maior entendimento entre esses povos de diferentes zonas, aumentando com isso as suas relações sociais, comerciais e, até, políticas. Não obstante isto, a língua Chinesa conhece hoje uma imensidão de dialetos, devendo-se isto ao facto de existir ainda uma enorme diversidade entre regiões chinesas.

Outro fator importante foi o aparecimento de várias correntes filosóficas/ideológicas a par das questões religiosas²⁹. Uma das que teve maior impacto no seio da cultura chinesa foi o Confucionismo, criado por Kong Qiu ou Kong Zhongni, mais conhecido por Kong Fuzi (“Mestre Kong”), do qual deriva a forma ocidental Confúcio. O conceito fundamental desta filosofia é a benevolência, sendo que o ditado “não faças aos outros aquilo que não gostas que te façam a ti” aplica-se na perfeição a esta ideia de pensamento. “A sua ênfase na virtude moral, na suprema importância do governo nos assuntos humanos e na im-

portância predominante da estabilidade e da unidade, foi moldada pela sua experiência da turbulência e instabilidade de um país dividido” (Jacques, 2012, p. 309). Nas palavras de Henry Kissinger (2015, p. 32) era uma filosofia que procurava “a redenção do Estado através de um comportamento individual correto. Orientado para este mundo, o seu pensamento afirmava um código de conduta social e não um caminho para o além”.

Ora, esta filosofia “conseguiu impor-se como a principal ideologia de governo na China (dinastia Han) e manter-se-ia nesta posição de modo mais ou menos contínuo até ao declínio da última dinastia imperial, por um período de mais de 2000 anos” (Haw, 2016, pp. 108-109). Esta é a filosofia que caracteriza a China desde então, sendo por isso uma grande aposta de Xi Jinping expandi-la internacionalmente de modo a aproximar o resto do mundo dos valores e princípios que guiam a China.

A criação destes laços em torno de uma identidade comum levou àquilo a que conhecemos hoje como China. No entanto, nem toda a China atual tem a cultura e os princípios derivados da cultura Han. Ao longo da sua história, como já foi dito, a civilização chinesa foi governada por diferentes personalidades de diferentes dinastias³⁰, o que implicou a variação do seu próprio território consoante se uma dinastia tinha mais ou menos poder e controlo sobre o território que administrava. Ora, isso fez com que a área cultural e política dominada pelos Han variasse circunstancialmente ao longo dos séculos. No entanto, podemos dizer que “com a exceção do Tibete, de Qinghai, de Xinjiang, da Mongólia Interior, de Taiwan e da maior parte da Manchúria” (Haw, 2016, pp. 21-22), todo o resto pertence à área cultural dos Han, ou seja, à civilização chinesa propriamente dita.

É curioso notar, se atentarmos na disposição territorial do mapa dos dias de hoje, que esta zona cultural Han, ao contrário das restantes províncias chinesas, encontra-se muito fragmentada territorialmente. Isto pode ser sintomático das lutas que ocorreram ali pela posse do poder chinês desde há milhares de anos. Foi, também, dos próprios territórios que saiu o nome China. *Zhongguo* é o termo chinês para a denominação de “Estados Centrais”,

ou seja, para o núcleo da origem da identidade chinesa. Esta passou, então, a ser a palavra usada para “China”, mas como na língua chinesa não se usa normalmente o plural, este termo foi mais tarde interpretado como “Império ou Reino do Meio”. (Haw, 2016, p. 84). Este era então designado um Império do Meio dentro da região do extremo oriente asiático, diferente da centralidade internacional que hoje lhe concedemos. No entanto, para aquilo que se conhecia do mundo de então, a China era para todos os efeitos o centro do mundo para os seus habitantes. Era o Império do Meio que pedia tributo às nações estrangeiras que com ele quisessem estabelecer relações, quer fossem sociais ou comerciais, pois acreditavam na superioridade cultural, moral e material da civilização chinesa, por outras palavras, acreditavam no sinocentrismo (Zhang, 2011, p. 308). “A língua, a cultura e as instituições políticas chinesas foram marcos de civilização, de tal modo que até os rivais regionais e os conquistadores estrangeiros as adotaram em vários graus como sinal da sua própria legitimidade” (Kissinger, 2015, p. 19), como foi o caso dos mongóis e dos manchus enquanto governaram a China, sob as dinastias Yuan e Qing respetivamente.

A China chegou a ter uma certa relevância internacional com grandes fluxos comerciais que vinham e iam para Ocidente, na chamada Rota da Seda. Quando pensamos e falamos da Rota da Seda, associamos ser um fluxo existente somente de oriente para Ocidente, no entanto, o contrário também se verificava (Frankopen, 2018, p. 84). É, por isso, incorreto dizer-se que a civilização chinesa viveu afastada do resto do mundo durante o seu percurso imperial. Pelo contrário, a partir de um certo ponto, as relações com o exterior foram essenciais para o florescer e prosperar da cultura chinesa.

Mas, mais que tudo isso, a China foi durante um largo período e até à Revolução Industrial mais rica do que os seus pares europeus, e “as outras regiões apenas tinham uma compreensão periférica da sua vastidão e da sua riqueza” (Kissinger, 2015, p. 28), sem contar que também era já mais populosa e territorialmente maior.

Unida por um vasto sistema de canais que ligavam os grandes rios e os centros populacionais, a China foi durante séculos a economia mais produtiva do mundo e a área de co-

29 Como o budismo importado da Índia ou o taoísmo.

30 Algumas até estrangeiras, como foi o caso dos mongóis e dos manchus.

mércio mais produtiva. [...] De facto, a China produziu uma parte maior do PIB [mundial] do que qualquer sociedade ocidental em dezoito dos últimos vinte séculos³¹. (Kissinger, 2015, p. 28).

A China era autossuficiente, daí não ter, talvez, a necessidade de se lançar além-mar, resultando, por isso, durante largos séculos numa parca relação com outros Estados que não os povos que se situavam na sua periferia. No final do século XVIII ocorreu uma viragem nas Relações Internacionais da época. Observou-se o começo do declínio do império chinês e o aumento da influência europeia na região asiática, alavancada pela revolução industrial. Muito depois de Macau, território administrado por portugueses desde o século XVI, servir de porta de entrada dos ocidentais na China, este território portuário viria a perder importância com o aumento da pressão dos ingleses sobre a China. “Inicialmente, os europeus aceitaram o papel de suplicantes na ordem tributária chinesa, em que eram rotulados como «bárbaros» e o seu comércio como «tributo»” (Kissinger, 2015, p. 53), mas, com o aumento do fluxo de embarcações ocidentais na costa chinesa, essa toada viria a mudar. As pretensões europeias, neste caso britânicas, para um reconhecimento de igualdade soberana com o estabelecimento de postos diplomáticos na China e a possibilidade de comércio em toda a costa chinesa³² foram-se tornando cada vez maiores. Em sentido contrário, para os chineses “a Grã-Bretanha não tinha nada para oferecer que a China quisesse e a China já tinha dado à Grã-Bretanha tudo o que os seus divinos regulamentos permitiam” (Kissinger, 2015, p. 60), denotando uma clara condescendência perante os ocidentais. Tínhamos, então, duas ordens mundiais distintas: a chinesa com base nos princípios confucionistas e da *tianxia*³³; e a dos europeus, preconizadores do sistema internacional moderno em que as relações políticas, sociais e

económicas interestaduais implicavam um certo nível de reciprocidade.

Com a entrada no novo século, o XIX, a comercialização do ópio a partir da Índia britânica crescia e os chineses eram, cada vez mais, consumidores ávidos deste produto, embora ele fosse proibido. Os britânicos viam isto como mais uma oportunidade de lucro, enquanto que a elite chinesa tendia a recriminar este tipo de prática comercial contrária à vontade imperial.

Para combater isso, os chineses impuseram o fim da comercialização do ópio na cidade de Cantão e sugeriram, até, o fim da produção da papoila opiácea na Índia, em jeito de pressão. Esta falta de percepção da realidade por parte da China nas demandas sucessivas para com os britânicos levou ao estalar do conflito – a Guerra do Ópio. Como Kissinger disse, “séculos de supremacia tinham distorcido o sentido da realidade da Corte Celeste. A pretensão de superioridade só acentuava a humilhação inevitável. Os navios britânicos ultrapassavam rapidamente as defesas costeiras chinesas e bloqueavam os principais portos chineses” (Kissinger, 2015, p. 67).

Depois de alguns avanços e recuos nas negociações³⁴, seria alcançado um acordo, em 1842, onde seriam impostas altas indemnizações aos chineses.

O Tratado de Nanquim concedeu a ilha de Hong Kong aos ingleses e estabeleceu melhoramentos em estruturas de comércio, incluindo a abertura dos portos de Xiamen, Fuzhou, Ningbo e Xangai, para além de Cantão, bem como a igualdade na correspondência entre funcionários. Fixou-se a indemnização a pagar aos britânicos pelos chineses de 21 milhões de dólares (Haw, 2016, p. 189).

De salientar que o ópio nem sequer foi mencionado neste tratado, evidenciando bem a causa do conflito: a diferença no sistema mundial idealizado por ambos os Estados. Os ocidentais não aceitavam a pretensão de superioridade chinesa, insistindo na igualdade soberana, ao passo que a China continuava

com a sua percepção milenar de ser o centro do mundo e do seu imperador ser a autoridade maior de “tudo o que existe sob o Céu”.

Este conflito seria o propulsor de outros acontecimentos que viriam a marcar este século como o século da humilhação para a civilização chinesa e o princípio do fim deste império com milhares de anos. O declínio chinês estava à vista de todos e parece ter havido um aproveitamento geral tanto a Ocidente, como a Norte e a Leste, para tirar concessões neste momento de particular fragilidade. Ao contrário do que os chineses pensavam, os acordos com os ocidentais seriam para durar e a relutância chinesa relativamente aos mesmos levou a novo conflito e a novas concessões dadas quer a britânicos quer a franceses. Mais a Norte, a Rússia via na fraqueza chinesa uma oportunidade para abraçar os seus “domínios exteriores”, tendo conseguido “uma larga faixa de território na chamada Manchúria Exterior ao longo da costa do Pacífico, incluindo a cidade portuária atualmente chamada de Vladivostok” (Kissinger, 2015, p. 87). Por sua vez, o Japão tinha pretensões de destituir a centralidade Han no leste-asiático, tendo reivindicações na península da Coreia. De realçar que não só do exterior vinham os problemas, pois internamente surgiram várias rebeliões, das quais a mais significativa foi a Taiping que provocou a morte de milhões de pessoas.

O Império do Meio estava a viver os seus piores anos da sua milenar História. Sentimentos xenófobos e nacionalistas brotaram no seguimento desta “ingerência” estrangeira, muita dessa revolta também era um sentimento anti-manchu³⁵, ou seja, contra a própria dinastia Qing. Depois de alguma instabilidade na instauração da república, Sun Yat-sen tornou-se o primeiro presidente da República chinesa, em 1912. No entanto, isto não significava que a China estava já unificada, muito pelo contrário, existiu novamente uma espécie de guerra civil pelo poder, nomeadamente, entre o partido nacionalista que detinha o controlo nominal do território e o partido comunista que viria a ser criado, em 1921, na onda do movimento comunista mundial. Os comunistas liderados por Mao Tsé-Tung viriam a sair vencedores e os nacionalistas de Chiang Kai-

31 Facto realmente notório e o mais interessante é que, depois de uma fase de menor fulgor económico durante o denominado século da humilhação, a China está novamente a contribuir com uma grande fatia para a riqueza mundial. A tendência é para que a sua riqueza seja cada vez maior em percentagem do PIB mundial.

32 Até então só era permitido até Cantão.

33 Por *tianxia* os chineses queriam dizer “tudo o que existe sob o céu”, simbolizando todo o poder que o imperador detinha mesmo aquele além-fronteiras.

34 Existiu um primeiro acordo que foi rejeitado por ambos os governos, nomeadamente, indemnizações (concessões territoriais e atribuições pecuniárias) pedidas pelos britânicos firmadas na Convenção de Chuan-pi (Kissinger, 2015, p. 68). Eram elas: direitos especiais britânicos sobre Hong Kong, seis milhões de dólares e promessa de relações diplomáticas sem a tradicional condescendência imperial chinesa.

35 Afinal de contas a dinastia no poder também era governada por estrangeiros relativamente à China propriamente dita.

-shek refugiar-se-iam em Taiwan, até aos dias de hoje.

Posto isto, a China só se voltaria a reerguer, em 1949, com a chegada dos comunistas ao poder e com a fundação da RPC que era “em estrutura, uma nova dinastia; em substância, uma nova ideologia pela primeira vez na história chinesa” (Kissinger, 2015, p.109). Sob a batuta de Mao, a China lançou-se “numa jornada que quase destroçou a sua sociedade civil”³⁶ (Kissinger, 2015, p. 112), mas que viria a colocar a China como uma das principais potências mundiais e dos poucos países comunistas que sobreviveriam ao colapso da ideologia comunista no mundo. Este foi o ponto de partida para uma civilização que em tempos se autointitulava como o centro do mundo e que nos dias de hoje, caminha a passos largos para fazer parte desse centro.

2.3. Como a China vê o mundo?

Como todas as civilizações, a civilização chinesa, com o seu passado histórico, cultural, de tradições e valores, marcou uma identidade que hoje se reflete no modo como se vê no mundo e como quer que o mundo a veja a si. Cada cultura e tradição civilizacional teve o seu trajeto e os seus acontecimentos que a tornaram única e diferente de cada uma das outras. Para Feng Zhang (2011), isto pode ser designado de exceccionalidade cultural/civilizacional, ou seja, as características do passado traçaram um dado perfil que moldou e, conseqüentemente, caracterizou a visão e princípios de cada Estado/civilização nas Relações Internacionais.

Falando da China, esse passado foi muito caracterizado pela percepção que os chineses sempre tiveram da sua localização no mundo, ou seja, para eles a China era o centro dos acontecimentos. “O esplêndido isolamento da China alimentou uma particular percepção dos chineses em relação a si próprios. As elites chinesas acostumaram-se à noção de que a China era única – não só uma «grande civilização» entre outras, mas a própria civilização” (Kissinger, 2015, p. 26). Como diz Martin Jacques (2012), a civilização chinesa é “o tijolo básico para a compreensão do país e serviu para o

moldar de muitas formas profundas e diversas: a identidade chinesa deriva em grande parte de elementos civilizacionais como a língua, as normas familiares, a estrutura das relações sociais, etc.; a unidade da civilização é a prioridade definidora da política chinesa; a manutenção e a preservação dessa unidade é vista como a sagrada responsabilidade e o dever do Estado” (Jacques, 2012, p. 314).

Por outro lado, os chineses foram moldados sob o pensamento de Confúcio, querendo isto dizer que germinou no pensamento chinês uma atitude de benevolência perante os outros, apesar de ao longo dos séculos as várias dinastias obrigarem os povos estrangeiros a prestarem tributos aos seus imperadores. Essa própria vassalagem pode ser interpretada do ponto de vista da inclusão chinesa para com esses mesmos povos, no sentido em que haveria da parte chinesa uma tentativa de promover o desenvolvimento e prosperidade sob a influência e restrições da civilização chinesa de modo a alcançar a paz e o bem-estar mútuo entre povos vizinhos. Mais, a China durante a dinastia Ming começou a empregar a sua própria exploração marítima, entre 1405 e 1433, ou seja, antes dos europeus começarem a trilhar o seu caminho nesse campo. Ao contrário do que se possa pensar, a China não tinha objetivos territoriais expansionistas, apenas “proclamava a magnificência do novo imperador da China, dava luxuosos presentes aos governantes [...] e convidava-os a viajar pessoalmente até à China ou a mandar lá enviados” (Kissinger, 2015, p. 25). Isto era não mais do que uma tentativa de inclusão dos outros povos no sinocentrismo chinês e, com isso, o alargamento dos limites da *tianxia* do seu imperador.

Mesmo depois do fim da China imperial e já depois do século da humilhação, com a fundação da RPC, através de Mao Tsé-Tung, houve a tentativa de recolocar a China como ponto central no mundo, derivado acima de tudo do destino histórico e percepção de superioridade moral chineses. Esta exceccionalidade deriva, mais uma vez, de assunções profundamente enraizadas numa percepção da cultura e história chinesas. Estas assunções estão de tal modo enraizadas que até líderes contemporâneos recorreram a acontecimentos que se passaram há milénios para justificarem posições políticas do presente, como foi o caso de Mao Tsé-Tung. Num conflito territorial entre

a China e a Índia, a Índia invocava as fronteiras traçadas durante o Império Britânico, enquanto que a China recorria a fronteiras do tempo imperial. Ora, a invocação por parte de Mao de acontecimentos passados há milhares de anos para empregar uma estratégia presente, só é possível devido ao pensamento civilizacional chinês, provando que existe “uma ligação tão íntima ao passado distante e a princípios clássicos de estratégia e habilidade política” (Kissinger, 2015, p. 18). No entanto, Mao aplicou esta exceccionalidade juntando-lhe a sua perspetiva comunista, caracterizando então a China como o centro da revolução mundial e ele como o líder dessa revolução (Zhang, 2011, pp. 309-310), muito embora a prossecução da sua política externa ser menos baseada na doutrina marxista do que na estratégia tradicional chinesa, como por exemplo em textos de Sun Tzu.

Nos dias de hoje, essa exceccionalidade exprime-se de forma diferente, mas o conteúdo em parte continua a ser o mesmo. Para Zhang (2011, p. 310), podem encontrar-se três características distintivas da exceccionalidade contemporânea chinesa: reformismo de grande potência, benevolência pacífica e inclusão harmoniosa.

Segundo o autor a China pode e tenderá a tornar-se uma grande potência, mas num novo tipo de potência. Uma potência que não seja apenas uma força material violenta na senda das potências ocidentais, mas uma que potencie as suas capacidades na construção de um mundo pacífico e harmonioso característico da sua superioridade civilizacional (Zhang, 2011, p. 311).

Na época imperial, a China era vista como pacífica e defensiva, utilizando a guerra apenas como último recurso, daí a cultura chinesa ser associada à tranquilidade e paz. Em boa verdade, a característica defensiva advém do facto da China ter ao seu redor vários povos bárbaros³⁷ que, embora menores em termos populacionais, tinham uma efetiva superioridade beligerante relativamente aos chineses. Para contrariar essa falta de capacidade militar em todas as frentes, a China recorria “a uma rica diversidade de instrumentos diplomáticos e económicos para atrair estrangeiros potencialmente hostis para relações que os

36 O Grande Salto em Frente, em 1958, e a Revolução Cultural, em 1966, revelaram-se projetos catastróficos para a população chinesa, provocando milhões de mortes.

37 Existiam vários povos com capacidade para tal, como: os manchus, os tibetanos, os uigures e os mongóis (Kissinger, 2015, pp. 36-37).

chineses conseguissem gerir” (Kissinger, 2015, p. 37). Era uma forma de dissuadir potenciais perigos para a unidade chinesa, incapacitando qualquer tentativa de formação de coligações nas fronteiras chinesas. Isto promovia a integração de diferentes povos e culturas. A retórica da política externa chinesa do desenvolvimento pacífico deriva em boa parte destas assunções da época imperial – paz e benevolência.

Por outro lado, os chineses adotam a inclusão harmoniosa como forma de cooperação e acomodação internacional ao promoverem uma atitude aberta, tolerante e inclusiva, em direção a uma multiplicidade e diversidade de tradições políticas e culturais no mundo (Zhang, 2011, p. 312). Inclusão não se refere só ao facto do reconhecimento da legitimidade de diferentes tradições políticas e culturais e a necessidade de as incorporar no espectro global, mas ao facto de que todos os países precisam de ser incluídos no processo de segurança comum, desenvolvimento e prosperidade baseados no multilateralismo e na cooperação mútua (Zhang, 2011, p. 312). Quer isto dizer que, apesar de pontos de vista diferentes, os vários atores devem agir para encontrarem um ponto comum nas suas divergências promovendo um consenso, um multilateralismo, a reciprocidade e a harmonia para alcançar o progresso dentro daquilo que é a sociedade internacional. Isto é o significado de “harmonia na diferença”, expressão que tem vindo a ser usada nas últimas décadas por vários dirigentes chineses (Zhang, 2011, p. 313).

Este discurso pacifista tem uma função política e ideológica importante para os dirigentes do presente, na medida em que dissipa um possível receio e suspeita de que uma China emergente e forte possa ser ameaçadora para os restantes Estados, criando assim um ambiente favorável para a sua ascensão, quer no âmbito regional quer a nível internacional. No período que vai desde as reformas de Deng Xiaoping até à crise económica de 2008, a China optou por subordinar-se à ordem estabelecida pelos EUA, tentando com isso tirar proveito próprio através da integração na economia de mercado livre e nas instituições liberais. Por outras palavras, privilegiou uma posição pacífica e discreta em benefício do seu desenvolvimento económico. Isto seria verdade há uma década, mas, com o agigantamento económico bem-sucedido, a China é hoje

propalada como a futura maior economia do mundo, com gastos enormes no setor militar, com investimentos em todos os cantos do mundo e com uma capacidade de alcance cada vez maior através do seu *soft* e *hard power*, tendo por isso deixado em alerta os principais atores das Relações Internacionais.

Ora, isto trouxe para o debate interno chinês a pergunta de qual seria a melhor maneira de a China abordar a política internacional dentro destas circunstâncias. De um lado estão aqueles que referem a importância da China continuar a sua acomodação à ordem estabelecida pelos norte-americanos, sendo agora preciso mais do que nunca “prudência e modéstia” (Leonard, 2013, p. 34), de modo a que essa percepção de ameaça por parte dos outros Estados seja minorizada. São os casos de Wang Yizhou e Wang Jisi, que enaltecem a importância de a China seguir uma política de não confrontação com a potência hegemónica. Para Wang Yizhou, a China precisa de acautelar o seu constante crescimento internacional, optando por se envolver mais na comunidade internacional – quer seja através das instituições já estabelecidas ou de relações bilaterais. Wang diz que é preciso pôr em prática a diplomacia do “envolvimento criativo”. Por outras palavras, deve implementar o seu estilo nas Relações Internacionais. Esse “envolvimento criativo”, segundo ele, pode ser feito através do aumento das relações comerciais pelo mundo: “a China deve aumentar significativamente a ajuda externa e os bens públicos que oferece, para poder usá-los como moeda de troca nos seus esforços de exercer mais influência na tomada de decisão mundial” (Leonard, 2013, p. 157). De modo a cimentar esta influência, a China terá de passar de ser uma potência continental para ser uma potência marítima, com o objetivo de conseguir preservar os seus interesses cada vez maiores além-fronteiras, através “de uma forma sensata e cumpridora, consistente [...] com as normas internacionais, sob o enquadramento da coordenação internacional” (Leonard, 2013, p. 155). No fundo, a ideia é tentar que a emergência chinesa não provoque um confronto direto com a potência liderante³⁸ e, ao mesmo tempo, trilhe

o seu próprio caminho dentro do panorama internacional atual.

Já Wang Jisi, apesar de concordar na prudência que a China deve ter nas Relações Internacionais, realça um fator diferente para concretizar essa ideia. Segundo ele, as condições internacionais estão mais favoráveis para a China devido à política externa mais proativa dos últimos anos. No entanto, o ambiente internacional não está melhor devido à percepção mundial de uma assertividade e ameaça crescentes da China. Esta percepção tem criado um dilema de segurança para vários Estados regionais e não regionais que, por sua vez, criam insegurança para a própria população chinesa. Então, para Wang Jisi, “embora seja importante fortalecer a diplomacia, a defesa nacional, a propaganda no estrangeiro e as atividades económicas externas”, a principal mudança que permitirá alavancar a China na esfera internacional é “o país conseguir acelerar o ritmo das reformas nacionais³⁹ e lidar devidamente com os problemas políticos, económicos e sociais internos” (Leonard, 2013, pp. 173-174). Por outras palavras, a reforma do sistema interno chinês alterará a percepção e os juízos de valor que a comunidade internacional tem relativamente aos chineses enquanto sociedade.

Por outro lado, existem aqueles que afirmam a ideia de que, com a crescente força internacional chinesa, é preciso agora reverter a ordem internacional vigente, devendo a China apostar numa política externa mais assertiva. A China deverá criar um sistema de alianças que consiga fazer frente ao sistema dos EUA, nomeadamente através de uma aliança formal com a Rússia. Esta é a opinião de Yan Xuetong, que diz que, apesar da China se equiparar economicamente aos EUA, o seu poder nas relações estratégicas continua débil quando comparado com o dos norte-americanos. Por isso, será importante estabelecer um conjunto de relações que permita à China efetivar a mudança da ordem mundial – não lhe bastando ser um gigante económico. Yan Xuetong afirma, também, que o sistema internacional está por si só em mudança, trazendo isso à China valiosas oportunidades. As

38 Apesar de já termos abordado o tema do confronto entre potência liderante e potência emergente, com Kluger e Organski, (1989), abordá-lo-emos novamente no capítulo 5, pois é um tema deveras interessante e, também, pelo facto da China se enquadrar como

potência emergente no *status quo* vigente.

39 Aumentar a eficácia e transparência do governo, estabelecer um sistema de responsabilização mais capaz, punir a corrupção e ampliar os conhecimentos culturais dos cidadãos (Leonard, 2013, pp. 173-174).

organizações internacionais tornaram-se cada vez mais obsoletas, “as declarações saídas dessas cimeiras são cada vez mais compridas e rebuscadas. [...] depois de se chegar a um consenso, não se avança com nenhuma ação para implementar o consenso ou promover a cooperação” (Leonard, 2013, pp. 164-165). Com a crescente incapacidade para as instituições vincularem as suas opiniões, as disputas entre Estados serão cada vez mais dirimidas entre os próprios Estados. No fundo, Yan Xuetong diz que a China tem de lutar pelo seu espaço na esfera internacional, lutando pela equidade e justiça social⁴⁰ relativamente ao Ocidente.

Como podemos ver, com o crescimento chinês na esfera internacional começaram a existir diferentes visões no seio do pensamento contemporâneo chinês. Relativamente à política externa esta pode dividir-se em três correntes: os liberais internacionalistas, os conservadores e os pragmáticos. Os mais liberais promulgam uma ascensão modesta da China, preferindo a integração chinesa dentro do sistema existente. Por outro lado, os mais conservadores veem nisso uma fraqueza, na medida em que esse apaziguamento poderá levar a autodeterminações indesejadas (e.g. caso de Taiwan). Em contraponto propõem uma espécie de contenção (*containment*) com o objetivo da criação a longo-prazo de um sistema que tenha a China como o seu centro. Já os pragmáticos falam numa lógica de adaptação de acordo com aquilo que são os interesses da China (Leonard, 2008, p. 92).

Obviamente que estas divergências não se cingiram só à política externa, pois, num espectro mais alargado, essas divisões consubstanciaram-se entre uma nova esquerda que enfatizava a igualdade e a democracia política a expensas das consequências do mercado livre, e uma nova direita que via o mercado livre como o objetivo mais importante aceitando até um autoritarismo político (Leonard, 2008, p. 29).

40 O autor dá o exemplo das emissões de carbono. Alegando que uma pequena parte da população mundial – os países desenvolvidos –, emitiram a maior parte das emissões de carbono nos últimos 60 anos e, por isso, a China, apesar de ter a maior população do mundo, poluiu substancialmente menos tendo por isso o direito a ter uma maior “margem de manobra” relativamente à emissão de carbono do que esses países já industrializados há décadas (Leonard 2013, pp. 164-165).

A atual política externa chinesa está alicerçada em fundamentos e perspetivas bastante diferentes dos do Ocidente. A China, apesar de ter optado por integrar o sistema internacional económico e institucional vigente, com o motivo de fortalecer o seu desenvolvimento num ambiente seguro e próspero, fê-lo com o objetivo de a longo-prazo conseguir produzir um sistema à sua imagem, seja este ou outro qualquer (Leonard, 2008, p. 113). A Organização para Cooperação de Shangai (OCS) ou a Comunidade do Leste Asiático são exemplos disso. Superficialmente parecem-se como as instituições ocidentais de integração multilateral – como a UE. Contudo, na realidade podem ser vistas como projetos à imagem de uma ordem mundial chinesa, na medida em que os aspetos a realçar das mesmas continuam a ser a soberania dos Estados e o direito dos mesmos em operar sem intervenção externa, descurando o direito dos cidadãos que neles habitam (Leonard, 2008, pp. 113-114). Esta é a ideia de “«Walled world» where nation states can trade with each other on global markets but maintain their control over their economic future, their political system and their foreign policy [...]” (Leonard, 2008, p. 133)⁴¹. É uma ideologia que desafia a filosofia norte-americana do estado de democratização 3.0 ou “mundo plano”, de Thomas Friedman, e o multilateralismo liberal europeu (Leonard, 2008, p. 133). Os chineses adaptaram três conceitos ocidentais – *soft power*, multilateralismo e guerra assimétrica – à sua imagem, transformando-os em ferramentas para aumentar o seu poder nacional (Leonard, 2008, p. 92). Este tem de ser o caminho, diz Yan Xuetong, pois a China não poderá ancorar-se para sempre no seu poderio económico se quer um dia ser um modelo político e social atrativo.

Começamos este subcapítulo por dizer que a China, como todos os outros Estados, tem uma cultura e história próprias que a fazem diferente dos seus pares. É com base nisso que não podemos esperar que a sua visão para o mundo seja a mesma que a do Ocidente, que o nosso modo de vida poderá influenciar ou alterar o deles. Uma coisa será inevitável, o modelo social, político e económico ocidental terá outro rival neste século: o modelo chinês.

41 Tradução nossa: “«Walled world», onde os Estados podem comercializar entre eles e manterem a sua soberania económica, o seu sistema político interno e deliberar como queiram a sua política externa [...]”.

2.4. Pacífica, mas não pacifista

Para se perceber melhor a retórica chinesa é importante saber definir-se o conceito de pacífico e, mais propriamente, o que é o pacifismo. Será apenas a não-violência? Ou, por outro lado, terá de se verificar a abstinência a qualquer tipo de ato que promova a beligerância? A palavra pacifismo deriva da palavra pacífico que em latim significa *pacificus*, onde “*paci*” provém da palavra *pax* (paz) e “*fi-cus*” significa “fazer”, ou seja, “fazer a paz” ou mais usualmente na língua inglesa *peace making*. Então podemos dizer, em sentido geral, que o pacifismo é o compromisso pela paz em contraposição à violência ou guerra. Segundo Andrew Fiala (2018), o pacifismo pode abarcar um alargado espectro de perspetivas relativamente ao que é ou não “fazer a paz”. A perspetiva pode ir da total rejeição de qualquer ato belicoso até à aceitação de determinadas ações que, embora violentas são justificadas, para a obtenção de fins pacíficos. Conceptualmente, podem ser atribuídos diversos significados, “some pacifists decry all coercive force; others oppose warfare, but accept a police force; others support defensive but not offensive war; still others oppose international war but endorse revolution for oppressed peoples”⁴² (Shaohua, 2006, p. 257). Temos então, de um lado, aqueles que perfilham a perspetiva do pacifismo absoluto – que deriva do absolutismo moral – onde a violência e a guerra são atos sempre errados, pois os princípios morais não admitem exceções e, com isso, algo que seja errado será sempre errado independentemente da sua justificação. Do outro lado, estão aqueles que admitem a ocorrência e, até, a necessidade da violência e da guerra em certas circunstâncias – pacifismo condicional. Para estes o uso da violência, por vezes, é necessário quando apoiado por padrões de ética rigorosos, ou seja, quando é usado em legítima defesa ou necessidade imperiosa. Trata-se, portanto, de um pacifismo pragmático que em certa medida se identifica

42 Tradução nossa: “Uns condenam toda a força coerciva; outros opõem-se à guerra, mas aceitam a força policial (coerção interna); outros, apesar de serem contra a guerra ofensiva, apoiam a guerra defensiva ou em legítima defesa; ainda há aqueles que rejeitam guerras internacionais, mas que aprovam revoluções para os povos oprimidos”.

com o sentido de “guerra justa”⁴³.

Estas duas perspectivas também podem ser analisadas à luz da intensidade do seu compromisso para com a não-violência. Para Fiala (2018), esta diferença pode ser explicada pela maneira como se define violência e guerra e, consequentemente, que tipo de ações são ou não legítimas.

There are a variety of actions that can be described as “war”: terrorism, insurgency, civil war, humanitarian intervention, full-fledged inter-state conflict, and world war that includes the possible employment of nuclear weapons. Most pacifists will reject nuclear war and full-fledged inter-state conflict. But there are differences about whether, for example, civil war or humanitarian intervention can be justified⁴⁴ (Fiala, 2018, cap. 2.2).

Por outras palavras, esta diferença caracteriza-se pela maneira como os pacifistas veem a rejeição da violência e quem é o seu propulsor e o seu destinatário. Temos então como postura mais radical o pacifismo maximal que rejeita qualquer tipo de guerra e, até, condena qualquer atentado à vida (seja ela qual for). Rejeita qualquer uso da força, mesmo aquele que decorre da contraposição a uma ditadura, por exemplo. Por sua vez, o pacifismo minimal diferencia o culpado do inocente, pelo que se justifica, em certos casos, o uso da violência em prol de um bem maior. Esta perspectiva aceita casos de violência como aqueles que derivam de situações em legítima defesa,

em defesa da violação dos direitos humanos, as intervenções humanitárias no âmbito da Responsabilidade de Proteger (*responsibility to protect* ou R2P, em inglês), ou, mesmo em casos de guerra civil⁴⁵.

Podemos ainda olhar para esta polarização sob a questão de o pacifismo se aplicar a todos e a qualquer um de nós ou se deverá ser uma escolha moral apenas de alguns em particular, centrando assim a diferença em quem tem ou não a obrigatoriedade de ser ou adotar uma postura pacifista. Para o pacifismo universal a violência é errada independentemente de quem a pratique e com que justificação o faça, ou seja, segundo esta perspectiva tanto são culpados os militares que dão corpo à guerra como aqueles que as arquitetam e promovem (Fiala, 2018, cap. 2.3). Pelo contrário, o pacifismo particular diz que certas posições sociais devem obedecer à abstenção da violência (e.g., a igreja), enquanto que outras são compreendidas como não tendo opção se não a praticar (é o caso dos militares que cumprem o seu dever e propósito), ou seja, o pacifismo é visto como obrigatório ou não consoante a posição social de cada indivíduo.

One way that this distinction between universal and particular pacifism has been enacted in history is through the idea of vocational pacifism. Vocational pacifism holds that pacifism is a special obligation of a particular vocational service. Religious clerics may thus be required to renounce violence, while ordinary members of their congregations may not be so obliged⁴⁶ (Fiala, 2018, cap. 2.3).

Assim, entende-se por pacifismo absoluto a rejeição maximal e universal da violência e da guerra, ao passo que o pacifismo condicional aceita atos violentos e bélicos em certas circunstâncias, tornando-o minimal e particular na abordagem à não-violência.

Posto isto, interessa-nos aferir se a China é realmente uma potência pacífica. Como já foi

supramencionado a retórica chinesa aponta para o crescimento e subsequente desenvolvimento harmonioso através de uma postura pacífica e de não confrontação.

A China foi influenciada, para além do Confucionismo, por mais quatro ideologias/religiões ao longo da sua história: Budismo, Taoísmo, Moísmo e Legalismo. Todas elas, à exceção do Legalismo, renunciavam à guerra. No entanto, importa perceber a razão dessas influências e escolhas. Segundo Shaohua (2006), a passagem por períodos de sucessivas guerras⁴⁷ dentro do império chinês fez com que a civilização chinesa ganhasse uma certa aversão à beligerância, sendo isso transversal a todas as suas classes. Nenhuma classe via como benéfica para si uma guerra e esse sentimento geral foi-se instalando dentro do império chinês. Para a classe governante as guerras eram vistas como dispensáveis e contrárias ao pensamento confucionista⁴⁸, pois a China, sendo o centro do mundo, não tinha qualquer interesse em lutar por algo que não fosse importante. Mais, a falta de uma fé religiosa⁴⁹ e de um fervor nacionalista que potenciasse essa veia expansionista e/ou beligerante revelaram-se também fundamentais para esta pacificação. Com a unificação do império foi-se desencorajando qualquer tipo de ato violento e, gradualmente, a China tornou-se menos propensa a estados de guerra.

Chinese aversion to foreign wars resulted both from Confucian ideal and from cost-benefit calculations. [...] Foreign wars were costly at best, and fatal at worst. Since international constraints far outstripped international stimuli, Chinese emperors tended to assume a defensive posture both when the country was strong and when it was weak⁵⁰ (Shaohua, 2006, pp. 265-266).

Não obstante esta deriva pacífica, Shaohua

43 Encontra-se literatura diversa acerca deste tema, mas destacamos Santo Agostinho, que foi um dos primeiros a escrever sobre o mesmo. Para Santo Agostinho, não incorriam em violação de algum tipo de crime aqueles que “movidos por Deus, levaram a cabo guerras, ou os que, investidos de pública autoridade e respeitando a sua lei, isto é, por imperativo de uma razão justíssima, puniram com a morte os criminosos” (Agostinho, 1996, p. 161). Aqueles que “a quem é dada a ordem de matar, quer de uma forma geral por uma lei justa, quer de um modo particular pela própria fonte da justiça que é Deus – (...) um homem [que matar], quer se trate de si mesmo, quer se trate de qualquer outro, é arguido do crime de homicídio” (Agostinho, 1996, pp. 161-162).

44 Tradução nossa: “Existe uma variedade de ações que podem ser descritas como «guerra»: terrorismo, insurgência, guerra civil, intervenção humanitária, conflito entre Estados e guerras mundiais que incluem a possibilidade do uso de armas nucleares. A maioria dos pacifistas rejeitarão a guerra nuclear e um conflito entre Estados. Mas existem diferenças sobre se, por exemplo, a guerra civil ou a intervenção humanitária podem ser justificadas”.

45 “For example, some who could be described as pacifists supported the use of military force during the American Civil War” (Fiala, 2018, cap. 2.2).

46 Tradução nossa: “Uma maneira pela qual ao longo da história se distinguiu o pacifismo universal e o particular foi através da ideia de pacifismo vocacional. O pacifismo vocacional sustenta que o pacifismo é uma obrigação especial para um particular serviço vocacional. Clérigos religiosos podem assim ser requeridos a renunciarem à violência, enquanto que membros comuns das suas congregações podem não ser tão obrigados”.

47 Períodos da Primavera e Outono, e dos Reinos Combatentes.

48 Pensamento dominador no seio da elite chinesa.

49 A única religião que realmente se propagou pela China foi o budismo que era completamente a desfavor da guerra.

50 Tradução nossa: “A aversão chinesa às guerras internacionais nasceu quer pelo ideal confucionista quer pelo cálculo do custo-benefício. [...] Guerras internacionais eram dispendiosas na melhor das hipóteses, e fatais na pior. Como as restrições internacionais ultrapassavam em larga medida os estímulos internacionais, os imperadores chineses tendiam a assumir uma postura defensiva tanto quando o país era forte como quando era fraco”.

(2006) diz que muitos são aqueles que argumentam que a China nem é pacífica nem beligerante e, outros dizem até que a própria cultura chinesa não é pacífica. Obviamente que atuar sempre consoante os parâmetros pacifistas certamente não levaria o império chinês a durar os anos que durou, mas diferentemente dos ocidentais, a classe militar chinesa influenciada que foi por ideologias pacifistas sempre preferiu soluções não-violentas, enfatizando o caráter defensivo sobre o ofensivo.

Por tudo isto, consideramos a China uma potência pacífica na medida em que as vicissitudes da sua história lhe traçaram um perfil defensivo em relação à abordagem bélica e, com isso, fez nascer na sociedade uma cultura pacífica. Como diz Alexandre Carriço, esta cultura pacífica tem origem no “ordenamento moral confucionista, daoísta e moísta, que enfatizam um ethos «pacífico, mas não pacifista», que na sua essência determina a “prossecução de uma doutrina não-ofensiva como forma de evitar o germinar de sementes potenciadoras de conflitos mais amplos e graves” (Carriço, 2016a, p. 70). Segundo Shaohua (2006), o pacifismo chinês consubstancia-se em quatro dimensões: ideológica; sociológica; histórica; e causal⁵¹. A nível ideológico, todas as escolas de pensamento se opunham à guerra. Sociologicamente, a sociedade chinesa estava “virada para dentro” e as classes governantes tinham pouco interesse em guerras além-fronteiras considerando-as dispendiosas, ineficazes e perigosas. Do ponto de vista histórico, a China, como foi dito, teve as suas disputas territoriais, mas, no geral, a sua abordagem à guerra foi sempre defensiva. E, por último, esta postura defensiva deveu-se em parte ao equilíbrio militar entre a sociedade chinesa, maioritariamente agrícola, e as sociedades nômadas limítrofes. Com o advento das armas de fogo esse equilíbrio desvaneceu-se.

Não obstante tudo isto, dizer que a China é uma potência pacífica não é o mesmo que dizer que é pacifista, pois, desse ponto de vista a China nunca pode ser considerada pacifista, na medida em que se envolveu em inúmeras disputas violentas desde a fundação do seu império até à idade contemporânea, entre 2070 a.C. e 1912 d.C. foram travadas na e pela China 3806 batalhas e guerras (uma média de

1,4 ao ano) e entre 250 d.C. e 1911 assinados 4221 tratados militares (Carriço, 2016a, p. 72).

Atualmente os comportamentos da China são de tal modo assertivos que nos levam precisamente a concluir que do ponto vista prático a postura chinesa caracteriza-se pela pacificidade enquanto os seus interesses e objetivos não estiverem ameaçados, o mesmo é dizer, enquanto as outras potências não se insurgirem diretamente contra a própria China. Com esta postura a pautar-se pela assertividade em variados campos, desde o tecnológico passando pelo militar e diplomático, e até ao energético (onde englobamos a procura por recursos), podemos também ser levados a pensar até que ponto esta doutrina defensiva e cultura estratégica chinesa de não beligerância será levada a cabo e se com o agigantamento chinês não sofrerá uma mutação para uma postura mais agressiva no sentido bélico e não somente nas ações políticas ou diplomáticas.

3. Política Interna Chinesa

No primeiro capítulo pudemos constatar a especificidade chinesa no que respeita aos seus princípios e valores fundadores que forjaram a cultura e civilização que hoje são. Podemos até dizer que a China, em vez de um Estado-nação é, mais que tudo, um Estado-civilização⁵². Essa ideia de especificidade materializa-se, também, na sua política interna. Como veremos neste capítulo, ao longo do seu processo de modernização a política interna chinesa tem mantido traços culturais confucianos, ao mesmo tempo que tem integrado aspetos comunistas e, mais recentemente, adaptou alguns processos ocidentais nas suas políticas. Obviamente que não explanaremos aprofundadamente o substrato interno chinês, na medida em que o nosso foco serão as suas ações na esfera internacional. No entanto, entendemos que, nos dias de hoje, o meio externo encontra-se, por via da interdependência e da globalização, indissociavelmente dependente do meio interno e vice-versa, por via disso, a perceção da política interna de um Estado como a China ajuda-nos a entender as suas atitudes no exterior.

3.1. Socialismo com Características Chinesas

Se pararmos por um instante e pensarmos em cidades modernas, a nossa mente leva-nos imediatamente para cidades com arranha-céus, dotadas de uma tecnologia vanguardista, cidades de quem se espera inovação primeiro que todas as outras e que servem de modelo para as que se encontram em desenvolvimento. Estas cidades que outrora foram espólio apenas do Ocidente (inclusive do Japão e da Coreia do Sul), têm hoje em muitas das mais avançadas cidades chinesas uma equivalência assombrosa. Já não são só a Europa, os EUA ou Japão que fazem jus à caracterização de moderno, na China também já há lugar para a modernidade. A modernização na China, tal como no resto da Ásia, ocorreu a velocidades e com proporções bastante diferentes das do Ocidente. Embora a modernidade possa ser medida pela tecnologia de ponta, a inovação ou a velocidade do crescimento económico, a sua compreensão “não reside no *hardware* (edifícios, centros comerciais, produtos de consumo, etc.), mas no *software* – as formas de relacionamento, os valores e as crenças, os costumes, as instituições, a língua, os rituais e os festejos, o papel da família” (Jacques, 2012, p. 147). Quer isto dizer que o objetivo alcançado pode ser o mesmo, no entanto, o modo ou caminho que foi percorrido torna-se o ponto diferenciador de qualquer modernidade. Como já vimos, a China tem características sociais diferentes de qualquer outra potência moderna, em especial do Ocidente, por isso, obteve e perspetivou a sua modernidade sob um prisma totalmente diferente dos restantes.

A China, desde a modernização ocidental, foi confrontada com um conjunto de opções estratégicas acerca de como se modernizar:

- i) a reforma das instituições imperiais tradicionais, tentado sem êxito antes de 1911;
- ii) a emulação do modelo ocidental, experiência malograda entre 1911 e 1949; e,
- iii) o desenvolvimento de novas instituições inspirando-se nos modelos estrangeiros, nomeadamente da URSS, bem como no seu passado”⁵³ (Jacques, 2012, p. 132).

51 Causal é o nome dado por nós à quarta e última dimensão de Shaohua.

52 Pegando nas palavras de Martin Jacques (2012).

53 Antes de 1911, a corrente reformista ganhou ímpeto devido à inércia de quem governava a China. O objetivo era fazer frente às intervenções estrangeiras durante um período de grande humilhação para os chineses. No entanto, foram essas mesmas interven-

Foi esta última opção estratégica que logrou maiores êxitos. Apesar de ser inspirada num modelo ocidental teve as suas particularidades, tendo o Maoísmo se afastado consideravelmente do comunismo soviético. Neste período revolucionário da era Mao, o principal pensamento estava assente nas premissas de como reerguer o Estado e na construção de um aparelho governativo robusto, leia-se o PCC, que conseguisse dar resposta aos profundos desafios da sociedade chinesa, entre os quais a unidade do Estado. Tal como o nome indica, uma revolução consiste numa rutura abrupta com algo que antes existira. Foi essa a ideia de revolução socialista levada por Mao: romper com as tradições imperiais confucionistas. Não obstante o Maoísmo ser declaradamente contra a tradição confucionista, o povo chinês estava consuetudinariamente apegado ao confucionismo. Apesar de algumas diferenças relativamente às tradições dinásticas, onde se realça o sistema de igualdade de classes ao contrário do sistema hierárquico imperial, foram muitas as semelhanças entre as duas formas de governação⁵⁴.

ções estrangeiras que fizeram com que esse reformismo não fosse avante, ao criarem um sentimento anti-Ocidente. A segunda tentativa veio com a queda do império dinástico em 1911 e a tomada do poder por parte do Kuomintang. A China tentou o caminho da soberania limitada com o governo republicano, isto levou à divisão do país e às guerras interna e externa constantes. Por fim, em 1949 a China optou pela via comunista, tendo sido este o garante de estabilidade que procuravam (Jacques, 2012, pp. 126-132).

- 54 “Tal como no período maoísta, a tradição confuciana também enfatizava a necessidade de reduzir a desigualdade, de limitar a dimensão das propriedades agrícolas e de redistribuir as terras. De modo semelhante, a responsabilidade do Estado em moldar o comportamento do povo é uma velha tradição chinesa, que os comunistas se limitaram a perpetuar sob uma forma distinta. O contrato implícito entre o Estado e o povo também tinha as suas parecências: se o Estado falhasse o povo poderia revoltar-se. Na era imperial, isto tomou a forma do mandato do Céu; na era comunista, em nome da luta de classes, no direito do proletariado a resistir e a derrotar a burguesia. Enquanto a tradição confuciana recrutava através do sistema de exames imperial uma elite governamental que consistia nos altamente educados e nos eruditos, os comunistas usaram o partido como meio de recrutamento para o Estado. Em ambas as tradições, as elites eram vistas como apêndices do Estado e não como grupos independentes com as suas próprias formas de organização e poder. A ausência de uma sociedade civil e de um domínio público autónomo na China não é um fenómeno novo” (Jacques, 2012, pp. 134-136).

A natureza da política chinesa foi imperativa na formação desta modernidade. Uma natureza assente no poder do Estado e na sua responsabilidade para preservar a unidade chinesa.

O Estado tem sido entendido, desde Confúcio, se não desde antes, como a encarnação e o guardião da civilização chinesa, razão pela qual, tanto na era dinástica como na comunista, desfrutou de tamanha autoridade e legitimidade. Entre a sua constelação de responsabilidades, o Estado, antes de tudo o mais, tem a sagrada tarefa de manter a unidade da civilização chinesa (Jacques, 2012, p. 310).

Este empenhamento na unidade tem três dimensões: “a prioridade fundamental concedida à unidade tanto pelo Estado como pelo povo; o papel central esperado do Estado na certificação que esta unidade seja mantida; e um poderoso sentido de uma identidade chinesa comum que sustenta este abrangente empenho popular na unidade” (Jacques, 2012, p. 116). A centralidade do Estado relegou outras fontes de poder que pudessem existir para uma relação de subordinação, ao contrário “das sociedades europeias [onde] o poder do governo tem estado historicamente sujeito a fontes de poder concorrentes, como a Igreja, a nobreza e interesses comerciais emergentes” (Jacques, 2012, p. 323).

Devido a isto, os povos europeu e chinês veem o Estado e a sua envolvimento na sociedade de maneira totalmente diferente e, consequentemente, têm prioridades sociais talvez também elas totalmente diferentes. Ao contrário da soberania popular no Ocidente, na China tem-se uma soberania estatal⁵⁵ de autorresponsabilização, tendo o Estado como maior prioridade a sua legitimação perante o povo. Com Deng Xiaoping⁵⁶, depois da inicial construção do partido, optou-se pelo seu fortalecimento e pela transposição da sua matriz (marxista) para a sociedade, enquanto se levou a cabo a promoção de um desenvolvimento social através de reformas de abertura económica (Su, 2019, p. 94). O ónus passou a estar mais no desenvolvimento geral da vida das pessoas e menos na conduta ideológica do partido (Jacques, 2012, p. 343). A China

com Deng entrou numa nova era: a era do desenvolvimento. A cooperação económica com outros países seria expandida, inclusive a entrada de investimento estrangeiro no país; seria promovida uma modernização em tecnologia e equipamento avançados, na ciência e na educação; seria dada ênfase ao desenvolvimento de quatro sectores, “as quatro modernizações”: a agricultura, a indústria, a defesa nacional, as ciências e tecnologias (Tisdell, 2008, pp. 3-4). Apesar do Estado permanecer a força dominante em alguns setores da economia, como a energia, as matérias primas e a defesa, Deng Xiaoping privilegiou a abordagem que permitisse o empreendedorismo da sua população, bem como tirar partido dos benefícios do investimento internacional (Economy, 2018, p. 102-103).

O processo de reforma começou a nível local, com “a criação de zonas económicas especiais⁵⁷, ao longo da costa marítima do Sudoeste, incluindo a província de Guangdong, em que as comunas rurais eram desmanteladas e o controlo das terras era dado aos camponeses, através de alugueres de longa duração, sendo estes encorajados a comercializar a sua própria produção” (Jacques, 2012, p. 218), só depois de verificada a sua eficácia se alargou o seu âmbito. Em Guangdong foram estabelecidas três das quatro primeiras zonas económicas especiais, sendo que duas delas – Shenzhen e Zuhai – adjacentes a Hong Kong e Macau, viriam a servir de ímpeto para mais tarde se consagrar estas duas regiões como zonas administrativas especiais sob o princípio “um país, dois sistemas” (Vasconcelos, 2009, p. 116).

Esta mudança de paradigma na política interna chinesa veio com o objetivo de rejuvenescer a liderança do PCC dentro da China depois das políticas desastrosas durante a era Mao⁵⁸, ou seja, a inflexibilidade das teorias políticas foi substituída pelo pragmatismo de uma certa descentralização estatal e de uma economia de mercado. O objetivo da reforma económica nunca foi a ocidentalização, pelo contrário, o desejo era o de restaurar a legitimidade do partido depois de Mao, através do crescimento económico e, desse modo, cons-

55 Para uma breve explicação da raiz desta interpretação ver Jacques, 2012, p. 326.

56 Apesar de nunca ter ocupado o cargo de secretário-geral do PCC, Deng Xiaoping foi de facto o líder chinês durante mais de uma década.

57 Em 1984, nestas zonas económicas especiais o governo abriu ao investimento estrangeiro catorze cidades ao longo da costa chinesa (Economy, 2018, p. 6).

58 Nomeadamente, o “Grande Salto em Frente” e a “Revolução Cultural”.

truir uma nação e um Estado fortes (Jacques, 2012, p. 223).

No final dos anos 80, a China, que tinha iniciado os seus esforços económicos nas zonas rurais, passaria agora a adjudicá-los às cidades, nomeadamente para a economia industrial (Jacques, 2012, p.224). A sucessão de Jiang Zemin a Deng Xiaoping trouxe ainda mais liberalização económica para as políticas emanadas de Pequim: um regime comercial ainda mais aberto, redução de taxas alfandegárias com a atração de cada vez mais investimento estrangeiro e uma comercialização internacional crescente com o nível de exportações a subir bastante. Mais, “o número total de empresas do Estado foi consideravelmente reduzido, mas as proporções de ativos no setor estatal mantiveram-se muito consideráveis e concentrados num número relativamente pequeno de muito grandes empresas públicas” (Jacques, 2012, p. 228), permitindo isto uma melhor transição económica. O processo de desestatização da economia foi acompanhado pela descentralização política, havendo um maior poder atribuído aos dirigentes locais e o processo de sucessão passou, também ele, a ser mais institucionalizado (Economy, 2018, p. 7). Com Jiang Zemin, o PCC centrar-se-ia em continuar a melhorar as condições de vida dos chineses, ao mesmo tempo que aprofundaria cada vez mais a economia chinesa no sistema económico internacional, “incentivando a iniciativa privada na providência de serviços que outrora pertenciam ao Estado, em áreas como a educação, a saúde ou o ambiente”⁵⁹ (Economy, 2018, p. 7). O principal motor de transformação da China foi a migração rural para os centros urbanos⁶⁰, permitindo que os custos do trabalho se tornassem notavelmente baixos, traduzindo o país num destino atrativo para grandes empresas estrangeiras e para o investimento estrangeiro. Em boa parte, isto foi o que permitiu que as exportações fabris chinesas fossem altamente competitivas no mercado global (Jacques, 2012, p. 232).

59 A inexistente sociedade civil chinesa parecia agora estar a tomar corpo. Verificou-se, também, a aceitação do registo de ONGs que faziam crescer ainda mais o espetro de instituições extra governo (Economy, 2018, p. 7).

60 Entre 1952 e 2003 a contribuição da agricultura para o PIB chinês decaiu dos 60% para os 16% e a quantidade de trabalhadores agrícolas também desceu de uns estrondosos 83% para cerca de metade (51%) da população daquela altura (Jacques, 2012, p. 226).

Com a chegada de Hu Jintao ao poder a China manteve grosso modo a sua política interna. Em adição foi atribuída maior importância à especialização dos recursos humanos através do aumento do salário mínimo, encorajando o retorno de chineses no estrangeiro com elevados graus académicos, investindo em universidades e aumentando o investimento na I&D (Jacques, 2012, p. 233). Com a crescente competição de preços de mercado mais baixos vindos de outras partes da Ásia, como Vietname e Indonésia, os custos de produção chineses passaram a ser menos competitivos, pelo que algumas empresas realocaram os seus investimentos para outras regiões chinesas onde a mão de obra era abundante e a preço inferior às regiões já desenvolvidas como Guangdong ou Xangai. Em contrapartida, estas começaram a desenvolver um tipo de indústria mais especializado ao subirem a sua escala tecnológica para média-alta nas suas áreas de produção (Jacques, 2012, pp. 232-233). Não obstante tudo isto, o crescimento económico baseado no investimento fez disparar os níveis de dívida pública e privada e a produção com baixo valor acrescentado estava aquém da inovação e tecnologia pretendidas pelo mercado internacional (Economy, 2018, p. 9). Talvez por isso os mandatos de Hu Jintao tenham ficado conhecidos como a “década perdida”. É de referir também o esforço diplomático que a China começou a desenvolver neste período, tendo em conta o seu crescimento como ator no sistema internacional, o presidente Hu Jintao e o primeiro ministro Wen Jiabao reuniram esforços para criar a imagem de uma China pacífica, onde o seu crescimento na esfera internacional seria uma *win-win situation* para si e para os seus vizinhos e demais Estados (Economy, 2018, p. 8).

Posto isto, este desenvolvimento (económico, social, tecnológico, etc.) inigualável por parte da China ocorreu devido à visão dos seus governantes para uma necessária mudança de paradigma na sua ação governativa. A intervenção chinesa na economia, setor impulsionador deste desenvolvimento, passou de planificada para uma economia com uma intervenção estatal muito menos vinculada. Apesar de se aproximar dos modelos ocidentais em relação à anterior, teve as suas particularidades. O termo “socialismo com características chinesas” advém precisamente desta especificidade na ação governativa chinesa

durante o seu período de desenvolvimento económico. Como Clement Tisdell (2008) fez notar, ao contrário do socialismo de mercado puro onde existem mecanismos estatais para ajustarem os preços de mercado, na China o preço de determinados produtos e serviços era determinado pelo mercado, correspondendo, portanto, a uma liberalização da economia. No entanto, nem todos os setores do mercado ficariam fora da intervenção estatal como na maioria dos países capitalistas (Tisdell, 2008, p. 13). O investimento na China, acrescenta Tisdell, continuou a ser maioritariamente delegado pelo governo chinês, nomeadamente em infraestruturas e na criteriosa seleção dos setores a desenvolver, bem como em formação de capital humano e na pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (Tisdell, 2008, p. 13).

Although the CCP has significantly reduced its interference with microeconomic decision-making since beginning its reforms of China's economy, major patterns of China's economic development are still subject to central direction, either directly or indirectly, in accordance with the policies of the CCP. It is this approach that appears to be the kernel of socialism with Chinese characteristics⁶¹ (Tisdell, 2008, p. 14).

O papel do PCC continuou a estar bastante vincado na economia chinesa, no entanto, os níveis de descentralização política foram notórios quando comparados com a centralização burocrática verificada em meados do século passado.

A 15 de novembro de 2012, como passou a ser hábito na transição de poder chinês, era eleito Xi Jinping no cargo de secretário-geral do PCC como sucessor de Hu Jintao. Uns meses mais tarde viria, consequentemente, a suceder-lhe também como presidente⁶² da RPC, a 15 de março de 2013. Xi Jinping desde cedo mos-

61 Tradução nossa: “Apesar do PCC ter reduzido significativamente a sua interferência na tomada de decisão a nível microeconómico desde o início das suas reformas, os principais passos de desenvolvimento económico da China ainda estão sujeitos à direção central, quer direta ou indiretamente, de acordo com as políticas do PCC. É esta abordagem que parece ser o núcleo do «socialismo com características chinesas»”.

62 O nome presidente deve-se à ocidentalização do cargo, pois na realidade na China Xi Jinping é denominado de secretário-geral do PCC, chairman ou líder. A RPC não confere o cargo de presidente no seu sistema político tal como ele é concebido no Ocidente.

trou quais eram as suas intenções imediatas com a sua chegada ao poder, o 11.º secretário-geral do PCC teve como prioridades a construção do “sonho chinês”, o rejuvenescimento da nação chinesa e ao mesmo tempo o combate à corrupção que, segundo ele, minava os alicerces do partido e os objetivos da China. Não que a tentativa de rejuvenescimento chinês não estivesse já patente nas políticas dos seus antecessores, mas o modelo enveredado por Xi tornou-se sobejamente diferente dos seus compatriotas. Ao contrário dos mais recentes anteriores líderes chineses, Xi assumiu o controlo de todos os comités e comissões, tornando a sua liderança onnipresente⁶³; adotou, também, a denominação de líder “central”, fazendo lembrar o culto de personalidade criado por Mao Tsé-Tung; pediu juras de fidelidade aos militares do Exército Popular de Libertação (EPL) e aos militantes do PCC, ao mesmo tempo que eliminou os seus rivais políticos mais proeminentes (Economy, 2018, p. 11). Do tempo de Mao para Deng houve uma reversão progressiva da opacidade e centralismo para uma suavização do Estado na vida da população. Nas palavras de Elizabeth Economy, o atual líder chinês voltou a trazer essa “dramática centralização da autoridade sob a sua liderança pessoal e a penetração do Estado em praticamente todos os aspetos da vida do seu povo” (Economy, 2018, p. 10). Mais, promoveu restrições apertadas ao fluxo de ideias, da cultura e de capitais que entram e saem do país, simbolizando isto o recentrar do papel do Estado dentro e fora do mesmo. A China com Xi Jinping, acrescenta Economy, estabeleceu a primeira base de apoio militar fora do país, estabeleceu controlo de importantes zonas estratégicas na Europa e Ásia (e.g., portos), e passou a desempenhar um papel mais preponderante nos desafios à escala global enquanto iniciou a promoção de novas instituições multilaterais (Economy, 2018, p. 12).

Atualmente, Xi Jinping encontra-se no seu terceiro mandato depois de ter sido reeleito no mês de Outubro de 2022, algo inédito mas possível desde 2018 aquando da abolição do limite de mandatos para o secretário-geral do partido chinês que vigorava desde Mao. A doutrina política de Xi parece ser categórica,

tanto que como Mao ou Deng, o seu pensamento político constitui nos dias de hoje uma verdadeira lei fundamental na medida em que passou a estar inscrito na Constituição – “O pensamento de Xi Jinping no socialismo com características chinesas para uma nova era”. Esta nova era simboliza a preponderância que o Estado chinês está a conseguir alcançar. Com isto, podemos dizer que a modernidade chinesa foi edificada ao longo destes últimos quarenta anos de maneira totalmente diferente da modernidade ocidental. Torna-se por isso, nas palavras de Martin Jacques, uma modernidade contestada, pois aquilo que se julgava ser o único caminho (modelo ocidental) possível para atingir essa modernidade deixou de ser o caminho universal, contando hoje com outro modelo concorrente. Também podemos observar que as vicissitudes da sociedade chinesa provaram ser possível este tipo de modernidade, pois enquanto no Ocidente a “consistência é vista como uma característica desejável num líder, acontece o oposto na China: a flexibilidade é vista como uma virtude positiva e a capacidade de reagir à lógica de uma situação particular é um sinal de sabedoria e uma demonstração de poder” (Jacques, 2012, p. 322). Ou seja, a ação dos seus líderes ao longo dos anos sempre foi avaliada segundo os resultados práticos da sua governação, e estes sempre governaram com o intuito de legitimar o PCC na esfera política. Por outras palavras, os europeus idealizam um plano que posteriormente tentam alcançar, adaptando a realidade de modo a que se pareça ao modelo planeado. No pensamento tradicional chinês, “em vez de estabelecerem um plano para a ação, os chineses inclinam-se a considerar o curso dos acontecimentos de que fazem parte, deixando-se levar pela propensão das coisas e retirando o máximo das suas consequências” (Mações, 2018b, pp.179-180). “A China moderna está a desenvolver uma nova constelação de valores políticos centrados na capacidade e na eficiência do Estado: uma vez que os objetivos políticos são obtidos a partir da situação prática e não de uma imagem idealizada” (Mações, 2018b, pp. 179-180). Como afirma Luís Cunha, “Estado, Governo, Exército Popular de Libertação e Constituição devem obediência ao pai-fundador, o PCC” (Cunha, 2016, p. 36). A China, para além de ser um Estado-Civilização, tem também a característica de ter nela um Partido-Estado.

3.2. A Revolução de Xi Jinping

3.2.1. China Orwelliana

A RPC com Xi Jinping entrou numa nova fase do seu famoso “socialismo com características chinesas”. Podemos dizer que até agora tivemos três lideranças impactantes em termos político-sociais na China. Não quer isto dizer que outros não tivessem tido um papel importante neste percurso, mas Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping e, agora, Xi Jinping são os três líderes chineses que provocaram maiores ondas enquanto comandantes supremos da nação chinesa. Adotando as palavras de Elizabeth Economy para denominar o percurso chinês desde a chegada de Xi Jinping ao poder, a “Terceira Revolução” está em curso. Uma revolução que nos remete para o novo estado de desenvolvimento interno e externo em que a China se encontra neste momento.

A afirmação de que as autocracias têm maiores probabilidades de êxito na prossecução das suas políticas do que as democracias é o ponto de partida para a compreensão da China de Xi Jinping. O PCC é a prova disso mesmo. A centralização de poder na China e, ainda mais acutadamente, a concentração de poder de Xi Jinping, permitiram uma maior estabilidade na delineação das suas políticas. Por outro lado, como veremos, essa mesma centralização de poder também traz repercussões político-sociais que poderão enfraquecer a legitimidade do PCC.

Como já referimos, uma das primeiras prioridades de Xi Jinping foi o combate à corrupção no seio do PCC. A corrupção que ao longo dos últimos anos tinha vindo a aumentar a descrença da população no partido e, por isso, diminuído a legitimidade dos seus líderes. Para Xi Jinping a lealdade ao partido e tudo o que o envolve é o atributo primordial na sua visão ideológica, “aos olhos de Xi um líder chinês deve estar acima de tudo, significando isso lealdade ao PCC, ao seu líder e às suas raízes ideológicas, nos bons e maus momentos” (Mcgregor, 2019, p. 20). Para isso, o secretário-geral do PCC encetou uma série de investigações e campanhas que levariam a inúmeros julgamentos que aumentaram de ano para ano.

Between the start of the campaign and the end of 2014, over 400,000 officials were disciplined and more than 200,000 prosecuted

63 Como o jornal *New York Times* disse, em 2017, Xi Jinping tornou-se o “presidente de tudo” (“Chairman of everything”, em inglês).

in courts. In 2015, the anticorruption campaign disciplined more than 300,000 officials, 200,000 of whom were given ‘light punishment’ and an additional 80,000 who received harsher punishment. In 2016, the number of cadres disciplined for graft exceeded 400,000⁶⁴ (Economy, 2018, p. 31).

Estas campanhas não se cingiram apenas ao território chinês, pois muitas foram as missões destacadas no estrangeiro com o intuito de recuperar dinheiros desviados e julgar possíveis atos de corrupção. No total, estima-se que desde o início destas campanhas se tenham investigado mais de 2,7 milhões e julgado mais de 1,5 milhões de pessoas (McGregor, 2019, p. 24). Consequentemente, a área judicial também sofreu uma reestruturação. Na 4.^a sessão plenária do 18.º Comité Central ficaram decididas três importantes reformas: seriam enfraquecidos os poderes jurídicos dos quadros partidários locais através da instituição de tribunais regionais, promovendo a separação de poder entre o poder judicial e os interesses políticos locais; qualquer intervenção jurídica de um membro do partido seria registada; e o sistema judicial seria profissionalizado, ao contrário do sistema anterior que era composto por membros aposentados do partido ou oficiais militares (Economy, 2018, p. 44). No entanto, esta reestruturação apesar de contribuir para uma maior profissionalização do sistema judicial chinês e impedir atos corruptivos dentro do mesmo, pautou-se pela concentração de poder em Pequim. Como diz Elizabeth Economy, a interpretação do Estado de Direito na China não é igual ao do Ocidente. Enquanto que por cá se caracteriza pela premissa de que ninguém está acima da lei, na visão chinesa a lei é vista como um instrumento do PCC (Economy, 2018, p. 46) e não como um meio de restrição de poder do partido ou dos seus líderes. Essa interpretação está intrinsecamente associada à sua história, pois já na era dinástica o imperador não tinha qualquer restrição legal e o legalismo servia de instrumento para a eficiência governamental (Yongnian, 2017). Ou

seja, em boa verdade a realidade encontra-se demasiadamente desfasada da suposta ideia de maior independência jurídica. Xi Jinping assinalou a importância de todos os departamentos judiciais, procuratórios e de segurança pública defenderem a liderança do partido e reivindicarem a autoridade das políticas do partido e das leis do Estado (Economy, 2018, p. 46). Em vez de um Estado de Direito – *Rule of Law* – temos, algo como um Direito do Estado – *Rule by Law* (Varrall, 2014).

A par destas medidas e com o objetivo de edificar um poder central sob a sua própria chefia, Xi Jinping reformulou por completo os cargos e processos dentro do PCC. A estabilidade é um pilar nos alicerces do partido, por isso Xi encetou uma eliminação eficaz dos seus rivais políticos dentro do partido e nomeou os seus aliados para os altos-cargos. Vários foram os líderes provinciais e outros aliados dentro do partido que Xi fez chegar a papéis de poder de modo a cimentar a sua posição e afastar qualquer voz discordante com a sua. Também o EPL e a Liga Comunista da Juventude (LCJ) tiveram a sua dose de reformas e/ou medidas. Xi Jinping alterou consideravelmente a estrutura de organização do EPL, transformando os quatro departamentos gerais em quinze (incluindo os quatro que existiam). O departamento geral da Comissão Militar Central – comissão que Xi preside – é o mais proeminente deles todos e dá ao secretário-geral do PCC um controlo direto sobre o setor militar chinês. Adicionalmente, Xi elevou a Força Aérea e a Marinha ao mesmo estatuto que o Exército, confirmando a importante mais valia que conferem para o papel assertivo chinês na esfera internacional (Economy, 2018, p. 26). Mais, criou uma série de grupos dentro do seu núcleo de poder para supervisionar e coordenar os vários setores chineses. Grupos esses que servem de canal direto para a transmissão de informação, em vez da habitual cadeia burocrática de transmissão de informação – princípio da liderança coletiva –, por vezes até contornando o poder de outros oficiais dentro desses setores. No final de tudo isto, a posição de Xi saiu reforçada ao ponto de passar a ser denominado como o núcleo da liderança chinesa (Economy, 2018, p. 23). O seu papel passou a ser o de líder incontestável, sem vozes discordantes e opiniões contrárias. As campanhas anticorrupção serviram como cimento agregador para a ligação do povo

com os governantes. O restabelecimento da confiança dos cidadãos chineses com os seus líderes, consequentemente com o PCC, constituiu um fator importante na prossecução de políticas cada vez mais intrusivas e controladoras. Um desses exemplos foi a censura e controlo nesta nova era digital.

A *internet* veio revolucionar as nossas vidas e o modo como nos relacionamos uns com os outros. Do mesmo modo esse impacto foi sentido na vida política e na interação dos governantes com os governados. Estabelecida na China em 1987, a *internet* ficou disponível na sua fase inicial apenas para investigadores académicos e funcionários. Em 1995 foi aberta ao público em geral e o ano de 1996 foi assinalado como o “Ano da *internet*”, dando-se o verdadeiro *boom* cibernético na sociedade chinesa (Economy, 2018, p. 62).

A manipulação e controlo do fluxo de informação que pudesse denegrir a imagem da China ou do seu líder sempre foi uma preocupação dos governantes chineses. Fosse através do banimento e queima de livros, e mesmo pessoas, que atentassem às ideias imperiais, fosse através da instituição de códigos de conduta para impedir certos comportamentos e ideias, tais como outras crenças religiosas ou, mais recentemente, através da censura de ideias estrangeiras (Economy, 2018, p. 60). Sabemos das potencialidades que a *internet* nos amplia e da sua facilidade para fazer do mundo um lugar mais “pequeno”, ao facilitar significativamente as interações e mecanismos de sociabilização entre todos os cidadãos do mundo.

Por isso, com a progressiva massificação da *internet* na China, não seria de esperar uma possível liberdade digital. O regime chinês cedo percebeu que era imperativo o controlo da *internet* através de leis, criminalizando publicações que pudessem denegrir a segurança nacional, os interesses do Estado ou revelar segredos do Estado (Economy, 2018, p. 63). Sintomático de um regime autocrático, o mundo cibernético passou, também ele, a estar sob olhar atento do PCC. Os preceitos do mundo real transitaram para o mundo virtual, nas palavras de Elizabeth Economy (Economy, 2018, pp. 58-59). Do mesmo modo que a literatura e as notícias ocidentais eram alvo de censura nos tempos de Mao, atualmente na era digital os fluxos de informação vindos do Ocidente também são controlados.

64 Tradução nossa: “Entre o começo da campanha e o fim de 2014, mais de 400.000 funcionários [ou agentes do Estado] foram disciplinados e mais 200.000 processados em tribunal. Em 2015, a campanha anticorrupção disciplinou mais de 300.000 funcionários, 200.000 dos quais foram dadas “punições suaves” e 80.000 receberam punições mais severas. Em 2016, o número de quadros disciplinados excedeu os 400.000”.

A massificação da informação permitida com a *internet* veio, por outro lado, consciencializar mais a população chinesa. No entanto, o combate à massificação desses novos horizontes tem sido uma constante dentro do sistema político chinês. A *internet* foi apropriada pelo Estado, mas também mudou a forma como os cidadãos se passaram a manifestar contra essa apropriação. Apesar da repressão, a *internet* veio dar espaço a uma nova forma de responsabilização dos governantes na China, uma nova forma de contacto com o mundo exterior e de ativismo contra as injustiças do quotidiano chinês.

Não obstante, também aqui Xi Jinping privilegiou uma posição de maior controlo ao assumir em 2014 a liderança do Grupo Líder Central de Segurança e Informação da *internet*, que anteriormente era chefiado pelo primeiro-ministro (Economy, 2018, p. 72).

De acordo com o relatório da Freedom House sobre a liberdade nas tecnologias de informação (Shahbaz *et al.*, 2022, p. 9), a China encontra-se pelo oitavo ano consecutivo como o país que mais censura a liberdade na esfera digital. Noutra perspetiva, se analisarmos os dados de acordo com o nível de liberdade⁶⁵, onde 100 corresponde a completamente livre e 0 correspondendo a nenhuma liberdade, a China encontra-se na última posição com 10 pontos numa amostra de 67 países. Uma das causas é o *software* “Great Firewall”, levado a cabo desde o início do milénio, que, por exemplo, bloqueia o acesso a sítios da *internet* de *media* internacionais que ameaçam a segurança e o interesse nacional chinês (Carriço, 2015, p. 268). Consiste no controlo do fluxo de informação que sai e entra no ciberespaço chinês, derivando de um projeto criado por Fang Binxing que elaborou um *software* que permitia ao governo inspecionar quaisquer dados recebidos ou enviados e bloquear o IP de des-

tino e os nomes de domínio – “Golden Shield” (Economy, 2018, p. 63). Nesta matéria, com Xi Jinping, a China apertou ainda mais o controlo desse fluxo de informação desenvolvendo outro mecanismo que é capaz de ajustar e substituir o conteúdo que circula e é publicado na *internet* – “Great Cannon” (Economy, 2018, p. 75). Estes tipos de mecanismos⁶⁶ fazem parte de “uma complexa rede de regulações que impõem às grandes tecnológicas chinesas o dever de adequarem os seus parâmetros com a doutrina de pensamento de Xi Jinping. Por sua vez, o Estado chinês salvaguardou o direito ao acesso a conteúdo e meta dados dos utilizadores (Shahbaz *et al.*, 2022, p. 9), permitindo às autoridades mais facilmente identificar e reprimir aqueles que partilharem conteúdo sensível. Em 2017, a Administração do Ciberespaço da China avançou com regras com o intuito de acabar com o anonimato no ciberespaço. Todos os utilizadores que se queiram registar ou publicar algo *online* têm de se registar com o seu nome real, número de identificação ou número de telemóvel. Mais, a informação e dados gerados por empresas estrangeiras que operam dentro da China terão de ficar alojadas em servidores chineses. O Estado chinês ficou assim provido das informações necessárias para a identificação imediata de qualquer caso de comportamento inadequado dentro do seu ciberespaço. Com o surgimento do novo coronavírus⁶⁷, para além das medidas de confinamento obrigatório⁶⁸ que se verificaram, a China também recorreu à tecnologia digital para minorizar a sua propagação. Na tentativa de impedir a sua, ainda maior, disseminação pela população, a China desenvolveu um mecanismo de rastreamento que possibilita às autoridades e aos governos locais recolherem informação dos seus cidadãos através de uma aplicação para telemóveis. Esta aplicação permite identificar o histórico individual de viagens, de contacto interpessoal e de dados biométricos (como, a temperatura corporal), tudo através de um telemóvel (Tan, 2020)⁶⁹. Apesar de

poder trazer benefícios a nível sanitário e de contenção do vírus, exacerba um dos grandes problemas que temos vindo a falar: o controlo do Estado e falta de privacidade que os chineses têm. Mais, podemos dizer que o avanço tecnológico chinês é proporcionalmente igual à sua invasão e controlo da privacidade de cada pessoa.

Para além destas sofisticadas tecnologias de censura, Xi Jinping tem ainda ao seu dispor trabalhadores com a única tarefa de inspecionar o ciberespaço com o objetivo de verificar possíveis perigos à retórica chinesa. São oficialmente chamados de analistas da opinião pública da *internet* e estima-se que sejam milhões apenas com o intuito de publicar ou partilhar conteúdo pró-governo e monitorizar, para se preciso apagar, conteúdo que seja prejudicial a Pequim⁷⁰ (Economy, 2018, p. 82).

A proficiência chinesa nestas matérias já se encontra tão elevada que a China se assume como líder no desenvolvimento e exportação de sistemas de vigilância digitais (Shahbaz e Funk, 2019, p. 13). Sendo esta uma realidade que, para além de ameaçar as liberdades individuais de cada um, põe em causa a privacidade de cada pessoa enquanto utilizadora da *internet*.

Em conjunto com o acesso ilimitado às bases de dados, o Estado chinês capacitou-se de sistemas de reconhecimento facial para inovar no modo de controlo societário. Em Fevereiro de 2020, foi introduzido um novo sistema de reconhecimento facial que permite identificação facial mesmo com o uso de máscara (Lee,

cas, de viagens e de histórico de contacto relativamente à Covid-19. Em recorrência disso, obterão um código QR que atribuir-lhes-á uma de três cores (verde, amarelo ou vermelho) consoante o seu nível de risco de saúde. Um código QR verde permitir-lhes-á circular dentro da cidade, um amarelo ao comportar algum risco aplica ao cidadão uma quarentena de 7 a 14 dias em casa, e, um código vermelho impõe uma quarentena de 14 dias em casa ou num local destinado a esse efeito. Passado desse período e depois de se verificarem todos os pressupostos de segurança para a saúde pública, os cidadãos verão novamente ser-lhes atribuído um código verde (Tan, 2020).

70 O *South China Morning Post* teve acesso a um desses locais. O local era as instalações da empresa da maior aplicação digital de transmissão ao vivo (*live streaming*) chinesa – a Inke. Um dos trabalhadores conta que durante um protesto que iria ocorrer contra um governo local chinês, todas as funcionalidades da aplicação Inke naquela zona e num raio de 10 quilómetros seriam desativadas com o objetivo de não se disseminar o protesto (McCarthy, 2019).

65 O estudo teve em conta três parâmetros gerais: obstáculos ao acesso à *internet*; limites no conteúdo; e violação dos direitos do utilizador. Sendo que dentro desses parâmetros gerais foram estudados nove tipos de ocorrência para avaliar o comportamento dos Estados em matéria de liberdade digital. Essas ocorrências incluíam bloqueio de redes sociais ou plataformas de comunicação, bloqueio de conteúdos políticos, sociais ou religiosos, novas leis e diretivas incrementando a censura, aprisionamento de pessoas ou o nível de vigilância, etc. A China verificou ocorrências em todos esses nove pontos mencionados no estudo, estando por isso sem surpresa na última posição desse ranking.

66 Com estes mecanismos, o sistema de rede chinês tem sido apelidado de ser uma *intranet* ou de *Chinanet*, como Michael Anti o denominou, em vez de uma *internet*.

67 Denominado cientificamente por SARS-CoV-2 que provoca a doença apelidada de Covid-19.

68 Não apenas na China, mas por todo o mundo.

69 Os cidadãos têm de registar-se na aplicação com os seus dados pessoais, incluindo informações patológi-

2020), dando isto corpo, juntamente com a pegada digital de cada indivíduo, ao chamado Sistema de Crédito Social.

Este sistema, implementado como teste piloto em algumas cidades desde 2015⁷¹, traz uma nova forma de poder para os governantes chineses, pois consiste em coletar dados e informação, quer de individuais ou empresas, e desenvolver uma classificação de acordo com os seus comportamentos no dia-a-dia (Economy, 2018, p. 79). Se esses comportamentos e ações forem positivos aos olhos de Pequim, a pontuação melhora; se forem negativos, essa pontuação sofre penalizações. De acordo com o seu nível de pontuação, as pessoas tornam-se mais ou menos confiáveis perante a sociedade e as instituições, tendo consequentemente benefícios ou repercussões perante as suas ações⁷².

O nível de vigilância não se comporta apenas ao âmbito nacional, pois a nível local também se verificam iniciativas semelhantes. Vários governos provinciais estão a desenvolver sistemas que agreguem dados de redes sociais, registos de telecomunicações e atividade comercial *online*, bem como dados biométricos e sistemas de videovigilância (Shahbaz e Funk, 2019, p. 14). Do mesmo modo as empresas privadas também foram incentivadas a aderir a estas novas formas de controlo social.

Em síntese, o poder central chinês nos mandatos de Xi Jinping consolidou a sua força e preponderância no quadro político-social chinês. A confiança popular que o PCC adquiriu com Xi Jinping tornou-se imprescindível para a prossecução de medidas que providenciaram ao seu líder maior estabilidade política dentro e fora do partido. Com a exceção do combate à corrupção, não há questão mais importante para o “sonho chinês” de Xi Jinping que a subida do nível de vida através do aumento dos salários. A paulatina concretização desse

objetivo é um fator que contribui para o apoio popular (mais do que o próprio crescimento do PIB) e, consequentemente, para a estabilidade política do PCC (Economy, 2018, p. 95). Esta estabilidade político-social derivada desse progresso económico e da alta taxa de empregabilidade tem possibilitado que questões como as abordadas anteriormente passassem entre os pingos da chuva e permitissem um maior grau de exequibilidade nas suas medidas. Podemos dizer que o desenvolvimento económico chinês era um dado adquirido, perspetivando-se que mais cedo ou mais tarde a economia chinesa fosse equivalente à norte-americana, independentemente do líder que estivesse em Pequim. A componente extra que Xi Jinping trouxe à política de Pequim foi a sua assertividade interna e externa.

Recentemente, com a propagação do novo coronavírus essa estabilidade tem sido abalada, precisamente por pôr em causa dois fatores da estabilidade interna – a economia e o emprego. Mais à frente abordaremos as repercussões que estes tipos de políticas podem sofrer a médio-longo prazo, ainda para mais com o panorama internacional da pandemia como plano de fundo.

3.2.2. Nacionalismo Han

No rejuvenescimento nacional de Xi Jinping existem dois pressupostos a ter em conta. O primeiro é o repúdio perante qualquer ideia ou pensamento liberal ocidental. O segundo situa-se na civilizacional questão cultural chinesa.

Como vimos, o controlo do fluxo de informação que entra e sai na China é para o PCC uma condição *sine qua non* para a prossecução deste rejuvenescimento nacional. Também já vimos que, no passado, a China passou por momentos históricos que até hoje causam distúrbios de personalidade na cultura chinesa. Falamos, obviamente, do século da humilhação. Este momento histórico que se pautou pela submissão chinesa aos povos estrangeiros, é hoje usado por Xi Jinping como combustível para o nacionalismo chinês.

Ao contrário dos seus antecessores, Xi Jinping revelou uma intolerância para com a disseminação dos valores liberais dentro da sociedade chinesa. Essa intolerância e descrédito para com o Ocidente deu corpo, em 2013,

a um comunicado sobre o estado atual da esfera ideológica – o “Documento 9” (ChinaFile, 2013). Nesse comunicado constavam os sete perigos que atentavam ao avanço da China enquanto sociedade ideologicamente socialista, sendo eles: a promoção da democracia constitucional ocidental, dos valores universais, da sociedade civil, do neoliberalismo, da ideia de jornalismo ocidental, do niilismo histórico, e, pôr em causa a reforma, a abertura e o socialismo com características chinesas (ChinaFile, 2013). Este documento veio amplificar aquilo que tinha sido dito, em 2011, por Wu Bangguo, enquanto Secretário do Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo (CNP): não à política multipartidária; não à diversificação ideológica do partido; não à separação de poderes; não à privatização; e não ao sistema de governo federal (Economy, 2018, p. 38).

Posto isto, com Xi Jinping, desde cedo a doutrinação ideológica nas universidades foi posta em execução (Economy, 2018, p. 38). Também, os *think thanks*, como a Academia de Ciências Sociais Chinesa (CASS, na sigla inglesa), juntamente com os órgãos de comunicação social, onde Xi alvitrou que deveriam ser geridos por políticos, passaram a estar sob vigilância (Economy, 2018, pp. 39-40). Em contraponto aos valores ocidentais, Xi Jinping instigou a que se acreditasse no modelo chinês e nas premissas da prosperidade, democracia, civilidade, harmonia, liberdade, igualdade, justiça, Estado de direito, patriotismo, dedicação, integridade e amizade que caracterizavam os valores socialistas⁷³. Juntamente com estas premissas, os chineses teriam de confiar no caminho do socialismo com características chinesas, na teoria, no sistema político e na cultura chinesa (Economy, 2018, p. 43). A criação de uma uniformidade de pensamento entre os membros do PCC e, também, na sociedade em geral, através da doutrinação ideológica é, portanto, um ativo no caminho da legitimação do “sonho chinês”.

O segundo pressuposto de que falámos centra-se numa questão que vem desde o tempo imperial chinês, nomeadamente a China como sendo o centro do mundo e a sua unificação enquanto povo de diferentes nacionalidades e

71 No entanto, a coleta de informação em alguns casos ocorre desde 2013, nomeadamente no que concerne à lista de devedores de longa duração (Economy, 2018, p. 80).

72 Num questionário feito por Elizabeth Economy (2018, p. 80) durante a sua viagem à China, grande parte dos inquiridos achava favorável este sistema de crédito social. Segundo a autora, isso pode dever-se à sua familiaridade com o *dang'an* que todos os chineses são portadores. Nele estão documentadas várias informações pessoais como o percurso educativo, as suas notas, avaliações no local de trabalho, registo de saúde e outras informações políticas que possam ser relevantes.

73 O significado de cada uma destas premissas tem de ser interpretado sob o ponto de vista do socialismo com características chinesas, distanciando-se consideravelmente do significado ocidental.

etnias que, como já vimos, juntamente com os chineses Han perfazem a população chinesa⁷⁴. Xi Jinping declarou, precisamente, a reunificação nacional como essencial para o rejuvenescimento da nação chinesa (Glaser e Funairole, 2020), na antecâmara do 19.º Congresso do PCC em 2017.

Como Alexandre Carriço diz, nacionalismo e secessionismo estão umbilicalmente ligados na RPC (Carriço, 2016b, p. 92). Neste sentido, a unidade nacional tem tido especial atenção qualquer que seja ele o líder chinês. Devido a isso, os governantes chineses sempre tentaram combater a preponderância Han na sociedade chinesa ao promoverem a definição de “cidadão nacional”, que incluía todas as nacionalidades chinesas (Link, 2015)⁷⁵. No entanto, esse desejo de retórica unificada não sortiu tanto efeito no dia-a-dia da população, sendo apenas uma definição usada a nível oficial (Link, 2015).

Esta unidade nacional chinesa tem sido possível devido à permissão do PCC a que haja diferentes níveis de administração territorial dentro da “nação chinesa” (*Zhonghua minzu*), mas sem nunca porem em causa a integridade territorial e a unidade nacional. Para isso, “é feito um combate aos denominados «três demónios» – separatismo, extremismo religioso e terrorismo –, com recurso à força militar, se e quando necessário, e pela implementação e divulgação das políticas de desenvolvimento económico-social em prol das minorias étnicas”⁷⁶ (Carriço, 2016b, p. 92).

Não obstante tudo isto, as tentativas autonómicas e separatistas das regiões autónomas⁷⁷ e das regiões especiais administrativas chinesas têm sido um desafio para os governantes chineses. Os tibetanos, os uigures, a população de Hong Kong e a de Taiwan são os casos mais reivindicativos neste aspeto (Link, 2015).

Nos dois primeiros casos, o desejo de autonomia centra-se nas diferenças étnicas, linguísticas, culturais e religiosas (Link, 2015). No caso tibetano e uigur, a China tem tentado a sua integração através do desenvolvimento económico e social das duas regiões com a “construção de infraestruturas de comunicações, transportes e urbanização” (Carriço, 2016b, p. 92). Assim, segundo Pequim, desde 1999, através do Programa de Desenvolvimento do Oeste (PDO), tem havido uma tentativa de diminuir as assimetrias existentes entre estas regiões e a China desenvolvida (Carriço, 2016b, p. 92). No entanto, é precisamente com este tipo de políticas que estas minorias têm sofrido e visto serem prejudicadas as suas vidas, nomeadamente pela forte migração han que se verificou a partir daí. Ao longo dos últimos anos a população migrante tem vindo a aproximar-se sobremaneira em termos de número da população autóctone, tendo trazido segregação socioeconómica, limitações à prática religiosa e privação de outros rituais ou práticas sociais derivadas da história e cultura destas etnias⁷⁸. Em ambos os casos, “a

estrutura socioeconómica da força de trabalho reflete uma muito marcada divisão étnica, dominando os han as atividades comerciais e a burocracia”, enquanto que as minorias étnicas⁷⁹ vivem nas cidades mais pequenas e em áreas rurais (Jacques, 2012, p. 399). No final de contas, os programas de desenvolvimento económico e social implementados por Pequim vieram exacerbar ainda mais as desigualdades e quezílias entre etnias.

No caso de Xinjiang ainda se torna mais acentuada essa “colonização” han⁸⁰, pois a região é um dos pontos de ligação com o exterior da BRI fazendo a ponte com a Ásia Central. Sem esquecer que a região também é uma zona rica em recursos naturais, como petróleo e gás. O gasoduto que vai do Turquemenistão a Khorgos forneceu cerca de 40 mil milhões de metros cúbicos de gás natural à China, em 2022. Por isso, a soberania chinesa na região comporta um elevado valor estratégico para Xi Jinping (Saltskog e Colin, 2020). Ainda em Xinjiang, tem havido múltiplos atropelos aos direitos humanos nomeadamente com a minoria uigur. Mais de um milhão de pessoas na região foram postas em campos de detenção para fins de reeducação de pensamento⁸¹. Num artigo publicado pelo *New York Times* (Ramzy e Buckley, 2019), encontra-se explicado o nível de organização e comprometimento de Pequim para com esta causa. Uma causa que aponta para a assimilação por par-

ciais de Xinjiang e do Tibete.

74 A população territorial chinesa é composta por 56 nacionalidades chinesas das quais 55 são minoritárias e a nacionalidade Han a maioritária. As minorias étnicas constituem 8% do total da população chinesa, mas as regiões onde vivem ocupam 64% do território nacional (Carriço, 2016b, p. 92).

75 Desde há um século para cá que os sucessivos líderes chineses têm tentado unificar a China e as suas diferentes nacionalidades. “O governo nacionalista de Sun Yat-sen redefiniu a China em termos de uma raça e cinco nacionalidades, nomeadamente os han, os manchus, os mongóis, os tibetanos e os hui: por outras palavras, a China foi reconhecida como um Estado multinacional, apesar de continuar a ser composto por uma raça. [...] [Na era comunista] a China foi descrita como um Estado multinacional unitário [...] [e] encorajou-se as minorias étnicas a candidatarem-se ao reconhecimento do seu estatuto de identidade étnica, acabando cinquenta e seis por ser aceites” (Jacques, 2012, p. 391).

76 Desde 2011 que a China tem vindo a publicar diversos “livros brancos” atinentes às minorias no seu território, mais recorrentemente sobre as áreas territo-

77 As regiões que tinham um sentimento de identidade mais aprofundado acabaram por ver-lhes concedidas o estatuto de regiões autónomas, são elas: Mongólia Interior, Xinjiang Uigur, Guangxi Zhuang, Ningxia Hui e Tibete (Jacques, 2012, p. 392).

78 Como exemplifica Alexandre Carriço (2016b, p. 92), são várias as formas de segregação étnica levadas a cabo pelos chineses han. No caso uigur: a marginalização da sua língua e escrita; as poucas oportunidades de emprego em empresas chinesas (onde o domínio do mandarim é condição determinante); as restrições impostas à construção de mais mesquitas; a proibição de práticas religiosas em edifícios governamentais e escolas públicas, a frequência de madraças nas mesquitas a menores de 18 anos; e o uso da barba por uigures que sejam funcionários públicos (daí o uso do bigode e da doppa como símbolos de identidade). No caso tibetano: a demonização do Dalai Lama, as restrições à liberdade de circulação de monges e freiras para propósitos de estudo e ensino, a incorporação forçada de programas de educação patriótica nos mosteiros, a criação do feriado tibetano de “libertação dos servos”, para além da regulamentação que estipula que todos os lamas que pretendam reencarnar devem obter aprovação governamental prévia, através do

preenchimento de um requerimento.

79 Que nas suas próprias regiões não eram minorias, mas estão a ser suplantadas em termos populacionais pelos chineses han.

80 Historicamente os uigures, que em 1949 perfaziam 90% da população daquela região (Jacques, 2012, p. 398), têm mais em comum com as populações das estepes centrais asiáticas de fé islâmica do que propriamente com os chineses orientais. Atualmente, os números de população quer uigur quer han são quase iguais.

81 Segundo o *Council on Foreign Relations*, especialistas estimam que este esforço de reeducação em Xinjiang começou em 2014, tendo sido expandido em 2017. A informação disponível sobre o que realmente ocorre dentro desses campos é limitada, mas os testemunhos de alguns dos detidos são elucidativos a esse respeito. “Os detidos são forçados a jurar fidelidade ao PCC e a renunciar ao Islão, assim como aprender mandarim e louvar o comunismo. Alguns relataram condições semelhantes às prisões, com câmaras e microfones monitorizando todos os seus movimentos e expressões. Outros disseram que foram torturados e submetidos à privação de sono durante os interrogatórios. As mulheres relataram histórias de abuso sexual” (Mazland, 2020).

te dos uigures, entre outros, da cultura han e da doutrinação ideológica para com o PCC, sendo que “os presos são submetidos a meses ou anos de doutrinação e interrogatório, com o objetivo de transformá-los em apoiantes do partido” (Ramzy e Buckley, 2019). Na retórica de Pequim estes campos são centros de treino vocacional que fornecem mais valias para os seus beneficiados. Estas ações, segundo a China, resultam do combate ao separatismo, ao extremismo religioso e ao terrorismo – os tais três demónios. Nesse sentido, Xi Jinping exortou para uma campanha de vigilância contra a resistência islâmica, podendo a China tirar partido do avanço tecnológico através do uso de dados privados dos cidadãos, sistemas de reconhecimento facial e testes genéticos (Ramzy e Buckley, 2019). Nos últimos tempos, Xinjiang tem-se tornado uma região de controlo em massa podendo estar a servir de teste para o resto do país.

The big data policing system can target individuals for interacting with “persons of concern” or for belonging to “certain ethnicities,” a euphemism applying to the Uighur Muslim minority. There, authorities have developed a host of invasive tools, both low- and high-tech, for repressing any behaviour that strays from what is acceptable under Xi Jinping Thought⁸² (Shahbaz e Funk, 2019, p. 14).

Relativamente aos outros dois casos, de Taiwan e Hong Kong, o impulso autonómico emerge do seu passado histórico e político que lhes brotou uma vontade independentista (Link, 2015). Taiwan e Hong Kong privilegiam de poderes de autonomia que os exemplos anteriores não possuem, no entanto, o pensamento da RPC cinge-se ao mesmo – impedir qualquer ímpeto que enfraqueça a reunificação nacional.

Os casos de Taiwan e Hong Kong divergem no conteúdo e substância, mas são semelhantes na sua forma geral. Ou seja, os processos, acontecimentos e pressupostos pelos quais a relação entre cada um destes e a China foram erigidos são factualmente diferentes, con-

do a sua vontade encontra parecenças e até possíveis comparações. Dito isto, enquanto a posição de Taiwan resultou do pós-guerra civil chinesa, com os nacionalistas perdedores da guerra a refugiarem-se na ilha Formosa, o processo de Hong Kong adveio da retirada britânica do seu espólio colonial e posterior acordo com os chineses que viria dar origem à sua Lei Básica. Por isso, é natural que os acordos sob os quais ambas são alvo também divirjam, sendo que ambas têm estatutos administrativos também eles diferentes – Taiwan é considerada pela China como uma província e Hong Kong como região especial administrativa. Apesar de os acordos serem diferentes, ambas as regiões estão determinadas pelo consenso de “Uma China”.

Em Hong Kong, aquando da passagem de soberania do Reino Unido para a RPC em 1997, ficou consagrado na sua Lei Básica que o sistema capitalista, o alto nível de autonomia nos processos legislativo, judicial e executivo, e o modo de vida no geral, manter-se-iam inabaláveis por um período de cinquenta anos, ou seja, até 2047. O desejo chinês de ter Hong Kong de volta deveu-se ao seu valor estratégico, servindo de projeção internacional económica para a China, e, por outro lado, para responder ao sentimento nacionalista de reunificação que já se fazia sentir na China (Shih e Chow, 2019, p. 772). No entanto, uma questão de maior importância pesou nesta decisão. Hong Kong seria a cidade que inesperadamente serviria de modelo para a política de “Um País, Dois Sistemas”. Este projeto político foi inicialmente concebido para tornar atrativo para o regime de Taiwan a garantia de autonomia e, conseqüente, reunificação territorial (Shih e Chow, 2019, p. 772).

Em teoria, as liberdades de imprensa, expressão, reunião e religião estariam garantidas, bem como a permissão para Hong Kong estabelecer relações externas em certas áreas – comércio, comunicações, turismo e cultura –, mantendo Pequim o controlo sobre as áreas da defesa e da diplomacia (Albert e Maizland, 2020). A crescente vontade autonómica, e até independentista, derivadas destas liberdades, resultaram na mão pesada do regime comunista. Através de meios políticos, legais e administrativos, o PCC tem vindo a expandir desde 1980 a sua influência na ex-colónia britânica, aprisionando ativistas, desacreditando políticos eleitos, remodelando o sentido

de neutralidade política dos funcionários públicos e enfraquecendo a autoridade do poder judicial de Hong Kong através da sua reinterpretação pelo Comité Permanente do CNP (Shih e Chow, 2019, p. 788). Apesar da maior parte da população concordar na impossibilidade de uma independência face à China⁸³, promulgam por maiores direitos e liberdades civis. Outra questão importante é o facto de a perceção da identidade étnica estar a mudar, com cada vez mais cidadãos a identificarem-se como sendo naturais de Hong Kong em vez de propriamente chineses (University of Hong Kong, 2019). Na sequência disso, os movimentos pró-democracia têm vindo a aumentar, em paralelo a repressão chinesa também.

Recentemente, no 13.º CNP, ficou aprovado um novo aditamento à Lei Básica de Hong Kong, nomeadamente quanto à sua lei de segurança nacional. Esta decisão, a que foi dado o nome de Decisão sobre o estabelecimento e a melhoria do sistema jurídico e dos mecanismos de execução da região administrativa especial de Hong Kong para salvaguardar a segurança nacional (Xinhua, 2020c), possibilitará ao PCC, através do Comité Permanente do CNP, aplicar leis que proíbam atos de secessão, subversão, terrorismo ou conspiração, nomeadamente com outras forças externas ao território chinês. Segundo Pequim, esta decisão justifica-se pela inoperância do governo da região especial administrativa em formular leis que ponham cobro aos distúrbios que assolam o território e a estabilidade da China, nomeadamente o que está previsto no artigo 23.º da Lei Básica de Hong Kong (The Constitution of the People’s Republic of China, 2020). Na prática, Pequim tem sido cada vez menos tolerante com todas as premissas democráticas estabelecidas desde a transição de soberania, pois, segundo o ponto de vista de Pequim, a preservação dessa soberania juntamente com o princípio de não interferência estrangeira são o escopo para a obtenção da reunificação nacional e estabilidade do PCC. Isto é também o reflexo da cada vez menor relevância económica de Hong Kong para a China. Longe vão os tempos em que Hong Kong servia de importante porta de entrada comercial na China, pois atualmente o seu peso para a economia chinesa atual cifra-se

82 Tradução nossa: “O sistema de controlo através de big data consegue sinalizar os indivíduos que interagem com “pessoas preocupantes” ou pertencentes a certas etnias, um eufemismo aplicado à minoria muçulmana uigur. Há autoridades que desenvolveram uma série de ferramentas invasivas, de alta e baixa tecnologia, para reprimir qualquer comportamento [crença ou pensamento] que se afaste do aceitável de acordo com o pensamento de Xi Jinping”.

83 Apenas 11% veem isso como possível (The Chinese University of Hong Kong, 2017, p. 4).

apenas nos 3%. O PCC parece ter preterido o papel económico de Hong Kong pela integridade da soberania chinesa.

Por sua vez, a posição de Taiwan, afigura-se de maior autodeterminação neste momento. Desde o fim da guerra civil chinesa que a ilha tem sido governada de forma independente, mas sob o princípio de “Uma China”. No entanto, as interpretações de ambos os lados, tanto deste princípio como do consenso alcançado em 1992, são antagónicas. Enquanto que para o PCC o território de Taiwan faz parte da RPC, para os nacionalistas (KMT) o consenso de 1992 apenas indica que ambos os territórios (território continental e insular) pertencem à China, ou seja, estavam de acordo com o princípio de “Uma China” (Wang et al., 2018). No entanto, a China referida pelo KMT⁸⁴ referia-se à República da China, ao contrário do PCC que reivindica o território como sendo parte da RPC. Aliás, uma sondagem (Wang et al., 2018) feita em 2018 aos cidadãos de Taiwan, sobre qual a sua perceção acerca do consenso de 1992, mostrou o elevado nível de divisão na interpretação do acordo. Sendo que 34% dos inquiridos interpretaram-no como “República da China representa Taiwan, RPC representa o território continental, os dois governos pertencem ao mesmo país que espera pela unificação”, 5% apenas interpretaram-no com a retórica chinesa e 33% como “República da China representa Taiwan, RPC representa o território continental e os dois governos pertencem a países diferentes”. Ou seja, cerca de um terço dos inquiridos (33%) tem a perceção de que Taiwan é um país à parte da RPC, embora saibamos que internacionalmente não seja amplamente reconhecido como tal. Neste sentido, e tal como em Hong Kong, também aqui o sentimento de identidade própria encontra-se bem vincado. De acordo com a Pew Research (Devlin e Huang, 2020), em 2019, 66% dos cidadãos de Taiwan consideravam-se como taiwaneses. Mais, a vontade de relacionamento com a RPC obteve uma aprovação de apenas 35%. Em contraponto a percentagem que vê as relações com os EUA como favoráveis cifrou-se nos 68%. Sendo que a falange populacional que vê como favorável uma aproximação à RPC

identifica-se maioritariamente com o KMT (Devlin e Huang, 2020). O partido nacionalista, apesar de afirmar a sua posição perante o governo central da RPC, é visto como pró-Pequim. Ao contrário do Partido Democrático Progressivo (PDP) que, desde 2016 com Tsai Ing-wen, tem tido mão forte na oposição ao regime comunista. Devido a isso, Xi Jinping tem imposto medidas sancionatórias a Taiwan como consequência da sua relutância em aderir ao consenso de 1992. Essas medidas têm passado por suspender o mecanismo de comunicação entre Taiwan e o território continental, restrição do turismo para a ilha, exclusão diplomática de Taiwan de instituições internacionais⁸⁵ e pressionar as entidades a listarem Taiwan como uma província chinesa (Albert, 2020).

Para o PCC, a reunificação de Taiwan com a RPC significa o culminar do projeto de reunificação nacional que tanto almeja. A recuperação de Taiwan simboliza a recuperação da integridade territorial, fortalece o processo de rejuvenescimento nacional, evita potenciais vontades independentistas que possam causar um efeito dominó noutras regiões e confirma a China como a potência regional através da “confluência geográfica de dois domínios estratégicos – o continental da China e o marítimo dos EUA” (Carriço, 2016b, p. 93).

Em suma, a vontade de reunificação nacional chinesa tem determinado uma maior assertividade em regiões que outrora beneficiavam de alguma autonomia. Esta assertividade não emerge apenas pela vontade de reivindicação de soberania, pois, exceção feita a Taiwan, praticamente todo o território que a China reivindica está sob a sua tutela, mas também pela vontade de uma homogeneização da população chinesa. Esta tentativa de homogeneização tem como último objetivo a aceitação do PCC como autoridade central e, consequentemente, todos os valores e princípios que o partido acarreta consigo. Para isso, é de interesse nacional salvaguardar a sua soberania ao evitar vontades secessionistas ou abrangências autonómicas. Nas palavras do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, a China deverá defender firmemente os seus interesses nacionais, dar passos concretos na

garantia da soberania, segurança e desenvolvimento do país, e, impedir e frustrar todas as tentativas externas de interferência nos assuntos internos da China (Yi, 2020). A face da assertividade que já conhecemos reveste-se em forma de repressão, controlo e subordinação às ideias e políticas do PCC, a que falta conhecer tem que ver com Taiwan, pois a RPC não exerce qualquer tipo de soberania sobre a ilha. Resta saber se e de que modo a China a vai alcançar. Com isto, começa a ser equacionada a ideia de que a China adotará uma postura mais agressiva (Tian, 2020) para com Taiwan quando se sentir confortável na sua correlação de forças – nomeadamente a militar – com os EUA. Adicionando o fator da pandemia como catalisador dos acontecimentos, Wang Jisi revelou que a possibilidade de um aproveitamento estratégico da China, enquanto os EUA se concentravam em combater a crise de saúde no seu país, foi posto em análise no debate interno chinês (Glaser e Funairole, 2020). Contudo, a realidade política de Pequim relativamente a este assunto passará mais pelo calculismo estratégico do que propriamente por qualquer ímpeto militar provocado pela ansiedade de reunificação. Embora seja inegável o aumento da pressão a Taiwan desde o princípio da pandemia, também não existe qualquer evidência que sugira que Xi Jinping tenha alterado a sua maneira calculista de agir (Tian, 2020). Uma coisa é certa: se não existir uma resposta ocidental condigna relativamente às ações chinesas em Hong Kong, Xi Jinping poderá percecionar que a dicotomia custo/benefício é tolerável e ponderar intentar militarmente contra a ilha formosa.

3.3. Consequências da Política Interna Chinesa

Até antes da pandemia poucos preveriam algum foco de instabilidade na atual chefia de Xi Jinping, mas a Covid-19 foi o foco desestabilizador que ninguém esperava. Precisamente porque veio paralisar a economia e aumentar o desemprego, dois dos alicerces da estabilidade social chinesa. Em tempos de crise, a preocupação popular torna-se maior. A crise pandémica veio exacerbar a perceção popular sobre a opacidade do regime, nomeadamente em questões como a liberdade de informação, de expressão ou de publicação nas redes sociais. A pandemia tem exposto todas as caracterís-

84 O partido atual no poder, o Partido Democrático Progressivo chefiado por Tsai Ing-wen, por sua vez rejeita liminarmente o consenso de 1992, tomando uma posição muito mais assertiva perante Pequim.

85 Com a crise da Covid-19, Taiwan viu-lhe impossibilitada a participação no processo de partilha de informação e cooperação dentro da Organização Mundial de Saúde (OMS).

ticas repressivas do poder central no que concerne a estas liberdades. O caso do médico Li Wenliang, que em Dezembro alertou para o surgimento de um novo vírus provocatório de uma pneumonia e que acabou por ser censurado e preso, foi sobejamente falado e conhecido. Na *internet* qualquer ligação do vírus à China ou à cidade de Wuhan foi prontamente corrigido ou retirado de circulação digital, sendo a China acusada de ação tardia na contenção da disseminação do vírus e, até, da sua aceitação como verdadeiro perigo para os humanos. Este episódio de negação inicial foi apelidado de “momento Chernobil” chinês⁸⁶.

Como anteriormente foi dito, num mundo globalizado e interdependente as questões internas de um Estado estão inevitavelmente conectadas com as questões externas. Por isso, apesar do crescente poder chinês na esfera internacional, questões como falta de transparência, controlo social e, carência de liberdades individuais e sociais podem atrasar ou mesmo diminuir a preponderância do futuro papel da China enquanto superpotência. Desse modo, são legítimos os receios para com uma China que tem uma postura assertiva a nível interno, pois esse comportamento poderá ser replicado na sua vertente externa.

Logo, torna-se natural que a postura chinesa seja vista internacionalmente como uma ameaça, não só para a potência dominante como, também, para os demais atores, – regionais e não regionais. A comunidade internacional, por via da relevância chinesa, tem cada vez mais presente a repressão e constrangimentos sociais que ocorrem no país, sendo isso prejudicial para a sua imagem enquanto potência relevante do SI. Não só questões de teor ético e moral – nomeadamente os abusos dos direitos humanos perpetrados em certas regiões ou a quase inexistente campanha anticorrupção nas províncias em que Xi Jinping exerceu cargos governativos⁸⁷ (Zhejiang e Fu-

jian) – podem interferir no progresso chinês enquanto superpotência. Também questões ligadas ao desenvolvimento económico e tecnológico, bem como questões que digam respeito à confiança que será ou não capaz de prover para os outros países, podem ser fatores interferentes nesse progresso.

O controlo de informação e da ação social na *internet* tem prejudicado a inovação, a economia e a credibilidade do próprio governo (Economy, 2018, pp 85-89). A inovação precisa de criatividade, liberdade, acessibilidade e transparência, fatores que não abundam no seio político chinês, daí a inovação poder estar a ser beliscada com o demasiado controlo político feito por Xi Jinping. A própria atratividade para as empresas estrangeiras sitiadas na China torna-se menor devido à preocupação nas restrições impostas no acesso à informação e na sua preservação de privacidade. Em acréscimo, a perceção da população cibernauta chinesa começa a ser cada vez maior quanto ao abuso e controlo de poder sobre si mesmos. Em consequência disso, as vozes dissidentes são cada vez maiores, mesmo dentro do partido⁸⁸. A excessiva mão de ferro do PCC pode um dia virar-se contra si mesmo, ou seja, ser contraproducente para as suas aspirações e objetivos. A centralização de poder trouxe novas fragilidades e expôs o partido a maiores riscos, ao tornar cada decisão política dos seus líderes mais passível da sua própria responsabilização direta (Pei, 2020).

Outro ponto a ter em conta e que se tornou relevante para alavancar o progresso económico chinês foi o tamanho populacional do país. Apesar dos poderes económico e militar nor-

malmente receberem mais importância, poucos fatores influenciam a longo prazo a competição entre as grandes potências como as alterações de tamanho, capacidade e características de uma população (Eberstadt, 2019). As políticas de Deng Xiaoping empurraram o país numa direção amiga do mercado, mas a demografia também desempenhou um papel importante. Entre 1975 e 2010, a população que trabalhava (15-64 anos) quase dobrou e, juntamente com o aumento das horas de trabalho (Eberstadt, 2019) foram amplificadas a produtividade e competitividade económica chinesas. Em 2010, 71,9% da população estava em idade de trabalho (Jacques, 2012, p. 248). É notório que a dimensão e a juventude relativa da população trabalhadora da China forneceram ao país uma abundante mão de obra barata, sendo isso um importante fator que permitiu o seu rápido crescimento (Jacques, 2012, p. 248). Contudo, com a longa política de “apenas um filho”, de 1979 a 2015, prevêem-se graves consequências a curto-médio prazo⁸⁹. Previsivelmente haverá menos trabalhadores significando isso salários mais elevados, menos produtividade e um superior valor em pensões para se pagar⁹⁰ como consequência do aumento de reformados (Economy, 2018, p.96). Não tendo uma imigração massificada, a pirâmide demográfica chinesa começa a inverter-se aos poucos com o seu pico populacional previsto para 2027⁹¹. A juntar isso temos o modelo de crescimento chinês apoiado na extração intensiva de recursos. Esta abordagem será num futuro próximo impossível de continuar a ser seguida, dado o país ser tão pobre em recursos naturais, a sua

86 Alusivo ao acidente nuclear em que a URSS foi constantemente negando o nível elevado de perigo da situação. Essa ação política provocou um número superior de mortes e sequelas para a saúde humana por não ter existido uma ação consentânea com a gravidade da situação.

87 A legitimação da própria campanha não parece ter sido eficaz entre a população. Mais de metade dos 44 governantes removidos dos seus cargos tinham relações pessoais ou financeiras com Zhou Yongkang (um dos grandes rivais políticos de Xi Jinping) e, empresas que tinham como representantes pessoas que

frequentaram as mesmas instituições universitárias que os líderes nacionais tinham menor probabilidade de serem investigadas. Uma investigação mostrou também que das 150 empresas analisadas (das quais 130 eram empresas detidas pelo Estado) estavam a reverter substancialmente apenas um – despesa em entretenimento comercial – dos dez comportamentos dados como ações de corrupção. Outros constrangimentos deram-se pelo facto de deixarem de existir recursos humanos em certos departamentos provinciais ou locais, provando atrasos em alguns projetos económicos (Economy, 2018, pp. 33-34).

88 Na questão dos campos de detenção em Xinjiang, o documento revelado pelo *New York Times* foi aparentemente fornecido por um membro do PCC. Esse mesmo membro, sob anonimato, revelou que pretendia precaver uma possível desculpabilização de alguns líderes, incluindo Xi Jinping, pelas detenções em massa (Ramzy e Buckley, 2019).

89 A taxa total de fertilidade chinesa tem estado abaixo do nível de substituição de 2,1 crianças por mulher desde o início de 1990. Atualmente, situa-se em 1,6 crianças por mulher, mas, alguns analistas acreditam que possa estar nos 1,4 – mais de 30% abaixo do nível de substituição. Em grandes cidades como Shanghai a fertilidade pode ficar uma criança por mulher, ou menos (Eberstadt, 2019).

90 A diferença daquilo que a China terá de pagar no sistema de pensões para o que realmente conseguirá pagar poderá atingir os 12 biliões de dólares (Economy, 2018, p. 96-97).

91 A população com mais de 65 anos espera-se que aumente de 135 para 325 milhões ou mais entre 2015 e 2040. Em 2040, poderá ter o dobro da população de idosos relativamente a crianças menores de 15 anos e a idade média chinesa poderá subir para 48 anos, parâmetro que nos anos de 1990 e 2015 era de 25 e 37 anos, respetivamente (Eberstadt, 2019).

população tão vasta e o seu desenvolvimento econômico tão intensivo, a procura de recursos naturais tem o duplo efeito de fazer subir o preço das matérias-primas e de esgotar o seu armazenamento (Jacques, 2012, p. 281).

É previsível que num sistema internacional cada vez mais multipolar existam constrangimentos para uma potência em ascensão provocados pelos outros atores desse sistema – derivado da percepção de ameaça causada pela potência emergente. Contudo, a política interna do governo chinês tem acrescentado a esses constrangimentos naturais, outros provenientes da sua política autoritária. Não sabemos se as repercussões do comportamento interno chinês serão suficientes para diminuir o seu forte papel no futuro próximo das Relações Internacionais, no entanto, podemos dizer com certeza que o seu comportamento tem feito tocar as sirenes em muitas capitais – não exclusivamente ocidentais.

4. Política Externa Chinesa

4.1. Potencialidades Hegemônicas

Se num ambiente de bipolaridade internacional a força militar era o fator comparativo na aferição do poder relativo entre potências, hoje em dia com a paulatina transição para um sistema cada vez mais multipolar, o modo de comparação das potências não se cinge somente ao militar, tendo-se alargado a outros setores como o econômico, o científico-tecnológico ou o diplomático.

Já ninguém tem dúvidas de que a China tem características que lhe conformam o epíteto de grande potência. Capacidades endógenas como o seu grande efetivo populacional e de mão-de-obra, a capacidade de influenciar diversos teatros de operações (Ásia do Norte e do Nordeste, Ásia Central e Ásia do Sul e Sudeste) derivado da sua posição geográfica ou, até, os recursos naturais existentes no seu território (Vasconcelos, 2009, p. 53), trouxeram-lhe oportunidades regionais e internacionais. Com efeito, a China por via da sua consolidação e crescimento internos tem vindo a aumentar as suas potencialidades hegemônicas na esfera internacional. São essas potencialidades que iremos abordar neste capítulo. Como constatámos no primeiro capítulo, a importância do poder marítimo na correlação de forças mundiais é um bom exemplo para explicar o registo histórico dos diversos equi-

lívrios de força que ocorreram no SI. Como também dissemos, a China sendo uma potência continental terá de ter especial atenção ao seu domínio marítimo se quiser intrometer-se na luta pelo poder mundial, dominado pelos norte-americanos. Apesar de não ser uma potência marítima, também não pode ser caracterizada como exclusivamente continental. Por isso, o seu comportamento estratégico atual se coaduna mais com uma posição mista onde, nas palavras de Tiago Vasconcelos (2009, p. 53), não poderão ser descurados os recursos políticos, econômicos, diplomáticos e militares, ao que nós acrescentamos os recursos tecnológicos.

A nova fase de desenvolvimento tem salientado o fulgor externo chinês precisamente nessas áreas: a econômica, a militar, a diplomática (*soft power*) e a tecnológica. O tempo da China sob a premissa “esconder a sua força e esperar pelo seu tempo” parece ter chegado ao fim. Este mesmo pressuposto do *tao guang yang hui* pode comparar-se ao pensamento de Sun Tzu, “esconder o brilho, nutrir a obscuridade”. A China, depois de um passado histórico virado para si mesma, aposta hoje na sua política externa como nunca apostou. As suas potencialidades hegemônicas e ambições de grande potência não a determinam automaticamente como herdeira suprema do poder internacional, mas como iremos perceber indicam a sua disponibilidade, pujança e condições para tal.

4.2. Gigante Económico

4.2.1. Expansão Económica Chinesa

O modelo de desenvolvimento económico chinês *sui generis* possibilitou a integração do país na economia mundial e a sua crescente interdependência com os outros países. A sua enorme população consumista e mão-de-obra barata em conjunto com a força da globalização alavancaram a economia chinesa para patamares superiores. Com a abertura da China aos mercados externos e suscetível ao investimento direto estrangeiro (IDE), a China fez disparar o seu PIB numa década. Mais, a integração da China nas cadeias de valor globais⁹² permitiu-lhe transformar-se no maior

mercado de compras de muitos recursos e fornecedores de energia de países menos desenvolvidos da Ásia, África e América do Sul (Ilhéu, 2020, p. 11).

A RPC integrou-se, economicamente falando, de forma oficial na comunidade internacional depois de entrar para a OMC, em Dezembro de 2001⁹³. Desde aí que a China tem sido uma das economias mais relevantes para a economia mundial, sendo um desses fatores a sua importância nas cadeias de valor globais. Por outro lado, a sua adesão à OMC fez explodir a sua crescente envolvimento no comércio mundial. O seu comércio de bens passou dos 516,4 mil milhões de dólares em 2001 para os 6,05 biliões de dólares em 2021 (Ma, 2022). Durante o processo de adesão, a China tinha vindo a começar a adequar as exigências da OMC à sua própria economia através da redução de barreiras comerciais, como as tarifas, abertura do mercado ou o término da influência do Estado sobre as operações comerciais. Ou pelo menos a dar a entender que o iria fazer, pois Pequim não instituiu profundas e sistêmicas reformas tendo tido até um cumprimento defeituoso e, por vezes, desafiador das decisões emanadas pela OMC (China Power Team, 2019). Em 1991, a China tinha uma média de peso tarifário que rondava os 32,2%, muito acima da média global que se situava nos 7,2%. No ano a seguir à sua entrada para a OMC essa média desceu para 7,7% (China Power Team, 2019), mostrando isto alguma vontade e predisposição chinesa para corresponder aos pressupostos da organização. Nos últimos anos tem andado por volta dos 4%. Mais recentemente, com a disputa comercial com os EUA, essa percentagem tem sofrido um aumento significativo⁹⁴. Não há dúvidas sobre a importância chinesa para a economia mundial, estando a voltar a

do mundo, que são incorporados em várias etapas do processo de produção de bens e serviços até ao consumidor final (Ilhéu, 2020, p. 10).

93 Apesar de ter aderido ao FMI e ao Banco Mundial na década de 80 do século passado.

94 Aliás, esta disputa tem sido dirimida também ao nível da própria OMC e do seu mecanismo de resolução de litígios. Desde que a China entrou para a organização, 16 dos 21 casos apresentados pela China foram contra os EUA, perfazendo 76,2% do total de casos. Por sua vez, 52,3% das reclamações comerciais contra a China vieram dos norte-americanos. Isto mostra que a disputa comercial das duas superpotências já vem de trás e só tem tendência para se intensificar. Dados retirados de China Power Team, 2019.

92 Bens e serviços são negociados em processos de produção fragmentados e internacionalmente dispersos. As cadeias de valor globais estabelecem fluxos comerciais de bens e serviços entre diferentes lugares

assumir, como há muitos séculos atrás, o papel de uma das economias com maior peso (e das mais importantes) no bolo total da economia mundial. A par da OMC, a China também desempenha um papel cada vez mais importante noutras instituições económicas e financeiras globais. A título de exemplo, no FMI a RPC é o terceiro maior fornecedor de dinheiro e, consequentemente, derivado do princípio “um dólar, um voto” o terceiro país com maior poder de voto na instituição.

Um dos fatores que se revelou ser importante para a integração e o aprofundamento das relações comerciais da China com o resto do mundo foi o IDE. Em 2004 a China nem se quer aparecia nos 20 primeiros países retores de maior IDE no mundo (Vasconcelos, 2009, p. 103) e em 2021 o fluxo de IDE que entrou na China foi de 181 mil milhões de dólares (Statista, 2022). No último relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED ou UNCTAD na sua sigla inglesa), o IDE na China (continental) foi de 149 mil milhões de dólares em 2020 (UNCTAD, 2021, p. 5), comparativamente aos 141 mil milhões de dólares do ano transato, fazendo da RPC o segundo maior recetor de IDE só ultrapassado pelos EUA por pequena margem. Segundo o relatório, o crescimento do investimento apoiou-se na indústria tecnológica, comércio digital e, investigação e desenvolvimento. A proveniência dos maiores investimentos permanece na sua maioria inalterada, no entanto, EUA e Europa diminuíram esse investimento no ano de 2019, enquanto se verifica um progressivo aumento de investimento por parte dos países da ASEAN. Por outro lado, multinacionais de países como a Coreia do Sul e o Japão estão a realocar as suas produções de baixa tecnologia e a investir em produções com maior valor acrescentado. Por exemplo, a Samsung fechou a sua última fábrica de produção de telemóveis em Outubro de 2019, todavia investiu 8 mil milhões de dólares na produção de chips de memória na China (UNCTAD, 2020, p. 42).

Do lado chinês, o seu investimento tem-se pautado ao longo dos anos pela alocação monetária em objetivos estratégicos predefinidos. Essa alocação tem consistido em investimentos ou ajudas financeiras em países onde exista interesses por recursos energéticos e/ou políticos. Essa ajuda financeira pode vir atra-

vés de infraestruturas ou recursos humanos, mais propriamente mão-de-obra. Mesmo em países desenvolvidos esse investimento tem ocorrido por meio de empresas petrolíferas, entre outros setores, com o intuito da transferência de *know-how* tecnológico. Segundo Tiago Vasconcelos (2009, p. 108), estes investimentos funcionaram “como uma segunda linha da transferência de tecnologia moderna para a China, a par da tecnologia que é transferida por instalação de capacidades no território chinês”. A passagem da China de um destino de investimento direto estrangeiro para uma fonte de investimento externo trouxe um novo dado na capacidade da sua política externa (Mações, 2018b, p. 53).

A China é o maior investidor estrangeiro do lote de países em desenvolvimento, apesar de em 2019 o seu investimento em países terceiros ter decaído 18%, rondando os 117 mil milhões de dólares (UNCTAD, 2020, p. 45). Em 2020 o número cifrou-se nos 133 mil milhões de dólares (UNCTAD, 2021, p. 7). Este declínio em alguns destes anos é atribuído pelo CNUCED às restrições contínuas ao investimento externo, às tensões geopolíticas e ao ambiente de crispação no comércio internacional (UNCTAD, 2020, p. 45). Para se ter uma noção da ambição estratégica chinesa neste âmbito, basta atentarmos à diferença de investimento chinês há cerca de uma década atrás. Em 2010, o investimento externo das empresas chinesas em setores não-financeiros totalizou quase 70 mil milhões de dólares⁹⁵. Ou seja, se compararmos apenas estes números, temos um aumento de 67% no investimento chinês fora de portas. Segundo o Ministério do Comércio chinês, os mais recentes dados de investimento chinês no estrangeiro indicaram uma subida de 16,8% em 2021 relativamente ao ano anterior, depois de uma descida de 1,6% nos primeiros cinco meses de 2020⁹⁶ relativamente ao período homólogo de 2019 (Xinhua, 2020b). O investimento chinês subiu em países abrangidos pela *BRI* totalizando cerca de 24,15 mil milhões de dólares (Xinhua, 2022).

95 As maiores percentagens desse investimento foram na própria região asiática (excluindo Hong Kong) com 39,7%, na Europa com 20,4% e na América do Norte e África muito perto uma da outra com 15,1% e 12,1% respetivamente (Jacques, 2012, p. 274).

96 Este facto pode ter estado diretamente ligado às circunstâncias excecionais proporcionadas pela pandemia da Covid-19 e não devido a qualquer realinhamento político-económico.

Outro fator importante na medição do peso chinês na economia e integração mundial são as exportações e importações de bens e serviços. Em 2004, a China exportou bens e serviços no valor de 750 mil milhões de dólares e fez importações no valor de 630 mil milhões de dólares, correspondendo a 8,5% e 5,4% do total mundial, respetivamente (Vasconcelos, 2009, p. 104). Segundo dados da OMC, essa percentagem em 2018 subiu consideravelmente com as exportações a perfazerem 13% e as importações 11% do total mundial (WTO, 2019, p. 48). Pelo segundo ano consecutivo, a China é o líder comercial mundial apesar das tensões emergentes. As exportações chinesas no ano de 2019 foram de 2,49 biliões de dólares e as suas importações de 2,07 biliões de dólares (China, 2020). Esses valores foram praticamente iguais aos registados em 2018⁹⁷, sendo que nesse ano constituíram um peso percentual relativamente ao PIB de cerca de 19,1% para as exportações e 18,3% para as importações e, em 2019, cifraram-se em 18,4% e 17,3%, respetivamente (The World Bank Group, 2022c). Analisando os dados do Ministério do Comércio chinês, o balanço comercial de 2019 significou um superavit de 4,2 biliões de dólares⁹⁸, constituindo um crescimento de 20,1% face ao ano anterior (China, 2020).

Apesar do peso das exportações no PIB chinês ser ainda um pouco elevado quando comparado por exemplo com os EUA, outrora foram-no muito mais. Pelo que grande parte das receitas chinesas eram obtidas pela receita externa, tornando o comércio externo num grande peso para a economia. A China estava perigosamente exposta às oscilações da conjuntura mundial (Vasconcelos, 2009, p. 107), chegando a ter exportações em percentagem do PIB no valor de 36%.

Over the past ten years, China has shifted its exports to products with higher added value. Exports of mobile phones and parts rose from 6 per cent to 10 per cent of total exports. With exports growing at an average annual rate of 6.1 per cent, China has moved up from the second-largest exporter in 2008

97 Registando uma ligeira subida de 0,5% nas exportações e uma descida de 2,8% nas importações, segundo dados do Ministério do Comércio chinês (China, 2020).

98 Todos estes dados são os últimos dados providenciados pelo governo chinês.

(behind the United States) to the largest exporter in 2018⁹⁹ (WTO, 2019, p. 48).

Não se tratando propriamente de uma dependência, a diversificação e transição progressiva da China para uma produção tecnológica mais elaborada¹⁰⁰ veio no sentido de colmatar possíveis dependências face aos mercados externos na alocação das suas exportações. A economia chinesa parece ter chegado ao seu ponto de inflexão, pelo que, para continuar a competir com as economias mais avançadas, os líderes chineses têm de mudar de uma economia baseada na produção de baixo custo, com pouco valor acrescentado e exportadora, para uma suportada pela inovação, com grande valor acrescentado¹⁰¹ e de serviços (Economy, 2018, p. 95). O aumento dos serviços de exportação torna-se necessário devido à sua importância para as cadeias de valor globais (Mações, 2018a, p. 82). O que acontece precisamente na *BRI*. Por exemplo, a China, ao optar por alocar a produção de baixo valor em países em desenvolvimento, com as infraestruturas de transporte devidas, conseguirá, por um lado, continuar a alimentar a procura por esses recursos e, por outro lado, importar esses recursos para a produção de bens com alto valor acrescentado (Mações, 2018a, p. 82). Por sua vez, uma economia suportada pelo consumo interno tornar-se-á mais sustentável do que uma dependente em investimento e exportações (Economy, 2018, p. 96). Ora, o consumo interno chinês de 2018 em percentagem do PIB foi de 38,5%, muito abaixo daquele verificado nas principais economias mundiais nesse ano¹⁰². No ano seguinte, 2019, essa percentagem subiu considera-

velmente, tendo a população chinesa atingido gastos na ordem dos 56% em relação ao PIB (Tang, 2020). Estes valores pré-coronavírus davam bons indícios de transição para uma economia mais suportada pelo consumo interno, contudo em 2020 a percentagem voltou ao patamar de 2018 indicando que a pandemia pode ter voltado a retrainar a população chinesa para os hábitos de poupança tradicionais.

Relativamente aos parceiros comerciais chineses podemos dizer que se têm mantido grosso modo os mesmos durante a última década e meia. Em 2004, os principais parceiros comerciais da China eram os EUA e o Japão. Sendo que as exportações para os EUA, Japão e Coreia do Sul representavam em conjunto 38% do total das exportações chinesas, sem contar com o trânsito para estes países via Hong Kong (Vasconcelos, 2009, p. 105). As importações destes três países e de Taiwan representavam 47% do abastecimento chinês no estrangeiro (Vasconcelos, 2009, p. 105). Dados de 2018 indicavam o *top 5* dos parceiros nas exportações como sendo os EUA (19,2%), Hong Kong (12,2%), Japão (5,9%) e Coreia do Sul (4,4%) (Central Intelligence Agency, 2020a). Já nas importações, os parceiros mais proeminentes foram a Coreia do Sul (9,7%), o Japão (8,6%), os EUA (7,3%), a Alemanha (5%) e a Austrália (4,9%) (Central Intelligence Agency, 2020b). No entanto, em 2019 se tivermos em conta a União Europeia como um todo, a sua relação comercial com a China torna-se na mais profícua de todas. A UE foi o maior parceiro comercial chinês e a China o segundo maior parceiro comercial do bloco europeu. O comércio de mercadorias entre os dois territórios valeu mais de 1,68 mil milhões de dólares por dia (Global Times, 2020b).

Devido à pandemia da Covid-19, a ASEAN nos primeiros dois meses de 2020 ultrapassou a UE como maior parceiro comercial. Isto deveu-se a muitos países do sudeste asiático não terem interrompido as suas indústrias e com isso continuarem a “alimentar” as cadeias de produção juntamente com a China (Global Times, 2020a).

A China atualmente, por todas as razões já mencionadas, entre elas a sua progressiva abertura económica desde Deng Xiaoping com o intuito de atrair investimento estrangeiro ou a elevada mão-de-obra barata, é apelidada de fábrica do mundo. A maioria das multinacionais alocaram as suas indústrias em

território chinês para com isso obterem ainda mais lucros por via dos baixos custos de produção e de laboração. Mais, a China trilhou o seu caminho e soube aproveitar as vantagens comparativas que tinha em relação aos outros países através do enorme mercado interno, da capacidade de aumento de influência política nos países fornecedores de matérias-primas e, simultaneamente, sabendo cativar e manter o interesse no crescimento económico da China de importantes grupos de pressão nas principais economias mundiais (Vasconcelos, 2009, p. 127).

Em virtude de tudo isto, a China com a sua ascensão económica tem acumulado rivais estratégicos, sendo o maior deles os EUA. Apesar da rivalidade, depois de longos meses de disputa comercial entre os EUA e a RPC, a primeira fase do acordo entre as duas potências prometia reforçar os laços entre os dois gigantes económicos. Contudo, todas as projeções feitas até ao fim de 2019 revelaram-se erradas relativamente aos crescimentos e metas económicas para 2020. O novo coronavírus que causa a doença denominada de Covid-19 veio comprometer o desenvolvimento económico e, claro, colocar em perigo a vida de milhões de pessoas. Se dúvidas existissem, esta pandemia veio comprovar o nível de interdependência e as consequências mundiais decorrentes da forte globalização existente. A paragem laboral na China fez interromper as cadeias de produção industrial por toda a Ásia, tendo a pandemia realçado a vulnerabilidade desta estrutura de produção e a importância da China e de outros países asiáticos como centros de produção mundial (UNCTAD, 2020, p. 38).

Por via desse constrangimento, os investimentos mundiais na região asiática, mais propriamente na China, diminuíram. No primeiro trimestre de 2020 a economia chinesa contraiu (-6,8%) pela primeira vez desde que há registo. As medidas draconianas levadas a cabo para conter a propagação do vírus tiveram um profundo impacto na economia chinesa. Segundo o relatório de 2020 da CNUCED (UNCTAD, 2020, p. 38), a venda a retalho, que em 2019 contribuiu para quase 60% do crescimento económico, afundou 19% em relação ao ano anterior. Os investimentos de ativos fixos, outro grande indicador do crescimento económico, caíram 16%. As despesas de capital das multinacionais chinesas nos dois primeiros

99 Tradução nossa: “Ao longo dos últimos dez anos, a China mudou as suas exportações para produtos com elevado valor acrescentado. Exportações de telemóveis e peças cresceram de 6% para 10% no total das exportações. Com o crescimento médio das exportações a uma taxa anual de 6,1%, a China passou do segundo maior exportador em 2008 (atrás dos EUA) para o maior exportador em 2018”.

100 Para uma leitura mais pormenorizada sobre a transição tecnológica que se tem verificado na China, nomeadamente da produção de produtos de baixa tecnologia para os de alta tecnologia com maior valor acrescentado ver Jacques, 2012, pp. 260-276.

101 Entre 2003 e 2014 a participação chinesa no valor agregado global da produção de alta tecnologia aumentou de 7% para 27%, respetivamente (Allison, 2018, p. 17).

102 Dados do Banco Mundial indicavam um consumo interno nos EUA de 68,1%, na Alemanha de 52,1% e no Japão de 55,6% (The World Bank Group, 2022).

meses deste ano decaíram 25%. A juntar a isto tudo, o IDE no primeiro trimestre de 2020, excluindo o setor financeiro, diminuiu 13% para 31 mil milhões de dólares, comparando com o mesmo período no ano passado.

No final de tudo isto, poderá cair-se na tentação de caracterizar a China como um país desenvolvido, derivado do seu PIB atual rondar os 17,7 biliões de dólares. No entanto, essa atribuição será um pouco otimista, na medida em que se é verdade que a China pode ser considerada um país desenvolvido – por via do seu PIB – também é simultaneamente verdade que continua a ser um país em desenvolvimento¹⁰³ devido ao seu, ainda baixo, PIB per capita que neste momento se situa pouco acima dos 10 mil dólares (Global Times, 2020c). No CNP de 2020, não ficou estabelecida nenhuma perspetiva de crescimento económico, como costuma ser hábito. No entanto, o PCC garantiu que seriam alcançadas as metas de desenvolvimento de modo a erradicar a pobreza e concluir a construção de uma sociedade moderadamente próspera (Xinhua, 2020a).

4.2.2. Inovação tecnológica

A construção de uma imagem externa de modernidade tem sido muito alavancada por construções e eventos mundialmente reconhecidos, oportunidades que serviram para a promoção da “marca China numa economia muito dependente das exportações e para a legitimação interna do regime, mostrando ao mundo o engenho chinês e a abertura à modernidade” (Vasconcelos, 2009, p. 117). Para além da sua utilidade concreta, foram importantes para o posicionamento da China realizações como os Jogos Olímpicos, a Exposição Universal de Xangai, a entrada da China nos circuitos internacionais de Fórmula 1 e de ténis, o programa espacial, a construção da maior barragem do mundo, da ponte oceânica mais comprida do mundo, do maior sistema de canais do mundo, da linha férrea mais alta

do mundo ou do gasoduto mais comprido do mundo (Vasconcelos, 2009, p. 117).

Apesar da modernidade crescente, Pequim continuava com um défice tecnológico e científico. Isto era uma necessidade económica, pois a tecnologia e a inovação são um dos motores para a prosperidade de um Estado moderno. Os líderes chineses tinham perfeita noção disso e, por isso, Xi Jinping tem apostado no caminho da inovação e do desenvolvimento tecnológico de ponta. O Estado chinês tem promovido projetos, iniciativas e políticas que permitam cativar a atenção do resto do mundo para as vantagens do relacionamento com a China e com isso promover o avanço tecnológico da indústria chinesa.

Nesse sentido, em 2015, Xi Jinping promoveu a iniciativa “*Made in China 2025*”. A iniciativa é uma estratégia a dez anos¹⁰⁴ com a pretensão de tornar o tecido industrial chinês orientado para a inovação e otimizando-o, enfatizando a qualidade sobre a quantidade, promovendo o desenvolvimento “verde” e a atração de talento. Tem estabelecidos dez setores prioritários: o aeroespacial e aviação, maquinaria e robótica de alta qualidade, veículos de energia limpa, tecnologia de informação avançada, aparelhos médicos de alto desempenho, equipamento de energia, de engenharia marítima, de transporte de alta qualidade e de transporte ferroviário. O seu objetivo é substituir as tecnologias estrangeiras e capturar quota de mercado, através da injeção de milhares de milhões de renminbis nestes diversos setores de modo a evitar a competição das empresas estrangeiras (Economy, 2018, p. 119) e tornar a indústria chinesa mais eficiente e integrada de modo a ocupar as mais altas cadeias produtivas globais (Kennedy, 2015). A captura de quota não se cinge apenas ao mercado nacional, com o Estado chinês a usar os seus próprios recursos para criar vantagens comparativas em tecnologias avançadas a uma escala global (Mações, 2018a, p. 85).

A estratégia do país para ultrapassar esta desvantagem em relação às potências tecnológicas foi, e é, simples: gastar em talento, infraestruturas, investigação e desenvolvimento (I&D), bem como noutras tecnologias (Economy, 2018, p. 123). Essas foram as linhas para

a estratégia económica externa de Pequim, apoiando as empresas públicas “no investimento externo, promover a *BRI*, aprofundar a capacidade de cooperação internacional, impulsionar as exportações, realçar a I&D da tecnologia chinesa, eliminar a escassez de recursos energéticos e promover a qualidade das indústrias na China” (China, 2017). A pegada tecnológica que a China quer traçar está embutida na *BRI* – com a sua Rota da Seda Digital. Primeiro, segundo Cheney (2019), a China investe em infraestruturas digitais no estrangeiro (rede de telecomunicações de última geração, fibra ótica e centros de dados). Segundo, internamente procede ao desenvolvimento de tecnologias avançadas que serão essenciais para a economia e poder militar globais (sistema de navegação por satélite, inteligência artificial e computação quântica). Terceiro, porque a China reconhece a importância da interdependência económica para a sua influência internacional, promove zonas económicas especiais digitais com reduzidas barreiras comerciais transfronteiriças e estabelece centros logísticos regionais. Por último, a China tenta através da diplomacia e do multilateralismo, estabelecer o melhor ambiente digital internacional para si. Isto facilita a expansão das empresas tecnológicas chinesas e o acesso a grandes quantidades de dados, ganhando com isso largo poder que poderá ser usufruído para espionagem ou manipulações políticas, económicas e sociais¹⁰⁵.

Apesar de na última década a China ter ultrapassado o Japão e a UE no investimento em I&D e ter vindo a aproximar-se dos EUA, continua atrás dos norte-americanos que, por exemplo no ano de 2020, despenderam cerca de 664 mil milhões de dólares enquanto que a despesa chinesa se cifrou nos 564 mil milhões (OECD, 2022). O investimento chinês em I&D tem o objetivo de tornar a China uma superpotência tecnológica, no entanto, segundo Bethany Allen-Ebrahimian (2020b), existem indícios de envolvimento chinês em roubo de propriedade intelectual junto de instituições e empresas norte-americanas, ao mesmo tempo que paga avultadas quantias a investigadores estrangeiros para trabalharem secretamente para o Estado chinês enquanto exercem funções nas suas instituições de origem.

¹⁰³ Este é, aliás, um título que a China não tem presa em ver alterado. O estatuto da China de país em desenvolvimento gera tensões dentro da OMC, pois os países com esta designação recebem um tratamento especial e diferenciado relativamente aos demais, como por exemplo: prazos alargados para a implementação dos compromissos da OMC e assistência no tratamento de disputas e questões técnicas (China Power Team, 2019).

¹⁰⁴ Que será seguida por mais duas etapas com o intuito de transformarem a China na potência tecnológica e industrial do futuro. Uma até 2035 e outra até 2049, o ano do centenário da RPC.

¹⁰⁵ A controversa questão em torno do 5G e os receios norte-americanos vêm precisamente desta estratégia.

Esta ânsia vanguardista tem dado frutos, pelo que na última década a China, por via do esforço de inovação, passou a ser o país com mais patentes apresentadas. Só em 2019, através do Tratado de Cooperação de Patentes foram apresentadas 58.990 patentes (WIPO, 2020). No entanto, a inovação chinesa tem-se consubstanciado na melhoria de investigações/produtos pré-existentes, ou seja, na procura pela sua produção pelo menor custo possível, quer seja através da sua otimização quer pela eficiência (Economy, 2018, p. 124), sendo isso uma fatalidade para a qualidade do produto em si¹⁰⁶.

Embora o número de patentes chinesas seja cada vez maior, a sua utilização e qualidade por via dos setores em que estão inseridas ainda é diminuta. Podemos verificar isso pelo facto de a propriedade intelectual chinesa não estar a ser adotada com tanta frequência como a propriedade intelectual estrangeira o está a ser pela própria China. Em 2018, a China pagou 35,7 mil milhões de dólares para o uso de propriedade intelectual de outros países e, em contraponto recebeu apenas 5,5 mil milhões de dólares pelo uso da sua propriedade intelectual. Apesar disso, com a *BRI*, Xi Jinping tem tentado que os países recetores de investimento chinês adotem os padrões de Pequim, desde a construção passando pela área financeira até à gestão de dados, na tentativa de os globalizar (Polk, 2018). “As patentes são a chave para a condução deste processo”, pois, à medida que se define os padrões globais em qualquer setor, as empresas que possuem a tecnologia na qual os padrões se baseiam saem beneficiadas com as vendas dos seus equipamentos ou das licenças das suas patentes (Polk, 2018).

Deste modo, a constituição de campeões nacionais que consigam competir com as maiores empresas internacionais revelou-se um importante fator para a envolvimento estratégica e política da China. As tecnológicas Baidu, Alibaba, Tencent e Huawei (conhecidas pelo acrónimo BATH) têm sido importantes para o aumento da preponderância tecnológica chinesa no mundo, ou seja, têm impulsionado os objetivos estratégicos do seu país. O futuro

parece estar também bem encaminhado, na medida em que a China parece estar a conseguir toda uma nova geração de *start-ups* com grande potencial, valendo muitas (em Março de 2020 eram 227) mais de mil milhões de dólares – os chamados unicórnios. Os quatro¹⁰⁷ maiores unicórnios mundiais são chineses, sendo que no *top 10* existem seis (Hurun, 2020). Por outro lado, das 500 maiores empresas mundiais, segundo a lista da *Fortune* em 2016, 83 eram empresas públicas chinesas, sendo que no *top 4* constavam três dessas empresas: a *State Grid*, a *China National Petroleum Corp* e a *Sinopec*. Em 2020, o número de empresas chinesas nesta lista passou a ser o maior¹⁰⁸ de todos, sendo que a *Sinopec*, a *State Grid* e a *China National Petroleum Corp* ficaram posicionadas em segundo, terceiro e quarto lugares, respetivamente (Kennedy, 2020). O controlo por parte do Estado chinês dos agentes económicos permite comandar, também, o setor privado ao serviço dos seus próprios objetivos estratégicos (Mações, 2018b, p.53). Muito recentemente, o Comité Central do PCC emitiu um memorando a enfatizar a importância do setor privado em estabelecer uma ligação com o Departamento de Trabalho da Frente Unida, agência destacada para controlar e influenciar todos os assuntos da sociedade, de modo a ser criada um núcleo de empresários em que o partido possa confiar e solicitar em momentos críticos (Allen-Ebrahimian, 2020a). A lei chinesa afirma que tanto as empresas como os indivíduos necessitam de providenciar dados e assistência ao governo e agências de inteligência quando solicitado, constando no mais recente memorando a adição política a esta premissa. Ou seja, as empresas podem agora ser levadas a assistir, também, à prossecução dos objetivos e atividades políticas¹⁰⁹ (Allen-Ebrahimian, 2020a).

107 Ant Group (150 mil milhões de dólares), Bytedance (80 mil milhões), Didi Chuxing (55 mil milhões) e Lufax (38 mil milhões).

108 Superando os EUA por uma pequena margem, 124 contra 121, e bastante longe do terceiro país que é o Japão. Tendo, inclusive, a China mais empresas na lista do que França, Alemanha e Reino Unido em conjunto. No entanto, segundo o relatório da CSIS, as empresas chinesas lideram em termos quantitativos, mas não qualitativos. Não são as melhores ou, utilizando a denominação dada por Scott Kennedy, as mais fortes, como mostra o estudo (Kennedy, 2020).

109 As ações de algumas empresas têm servido como mais um argumento estratégico chinês na hora de dirimir acontecimentos de política internacional.

Isto caracteriza-se de suma importância, na medida em que tanto as empresas públicas como privadas são um ativo político fulcral para o desenvolvimento do partido e do Estado chinês (Economy, 2018, p. 109). Por isso mesmo têm feito parte da estratégia política e económica externa da China, nomeadamente na exploração de recursos naturais e no desenvolvimento de infraestruturas (Economy, 2018, p. 110) e, mais recentemente, na luta pela supremacia tecnológica mundial, sendo que são, obviamente, um dos alicerces da *BRI* que falaremos no próximo subcapítulo.

4.2.3. *Belt and Road Initiative*

A política externa encontra-se economicamente sustentada pela *BRI*¹¹⁰ que, como veremos, serve de porta de entrada da China na Europa, Ásia e África e no resto do mundo.

Em 2013, aquando do anúncio da *BRI*, pouco era sabido sobre qual seria a sua relevância em termos globais, apenas se sabia que tinha como objetivos gerais a criação de um projeto agregador e benéfico para quem a ele aderisse. Obviamente que seria mais um projeto de propensão económica, no entanto qualquer outro papel que lhe pudesse ser atribuído estava longe de ser conhecido (Mações, 2018a, p. 10). O projeto é de tal modo complexo e cheio de variantes que foi previsto a trinta anos, com a sua primeira fase a acabar em 2021 e o seu suposto término em 2049. Na verdade, isto vai para além de qualquer projeto ou iniciativa feita até ao momento. Isto assemelha-se mais a um conceito ou ideia estratégica e menos a um contrato ou acordo concreto com objetivos imediatamente descortináveis. Obviamente, os objetivos primários são visíveis, nomeadamente na sua vertente económica, mas, como veremos, têm tomado proporções para além desse âmbito.

O projeto inicial consistiu em cinco rotas principais, sendo três por terra, na chamada Faixa Económica da Rota da Seda (*The Silk Road Economic Belt*, em inglês), e duas por via marítima na denominada Rota Marítima da Seda do Século XXI (*21st-Century Maritime Silk Road*, em inglês). Por via terrestre as três rotas são: uma de noroeste e nordeste para a

106 Depois de mais de uma década de milhares de milhões em investimentos do Estado, os carros chineses continuam apenas a competir em termos de preço e não em qualidade com as melhores marcas internacionais (Economy, 2018, p. 151).

110 Não só a nível económico se comporta a influência chinesa através da *BRI*, também se fala em “rotas da seda” tecnológica ou da saúde, por exemplo.

Europa e o Mar Báltico, passando pela Ásia Central e Rússia; outra de noroeste para o Golfo Pérsico e Mar Mediterrâneo; e outra de Sudoeste para a região da Indochina e Oceano Índico (Office of the Leading Group for the Belt and Road Initiative, 2017, pp. 9-10). Por mar temos uma rota que parte dos portos costeiros chineses, atravessa o Mar do Sul da China passando pelo estreito de Malaca e alcançando o oceano Índico, estendendo-se depois para África e Europa. A outra partindo novamente das zonas portuárias da costa chinesa, mas, por sua vez, decorrendo para o Pacífico Sul (Office of the Leading Group for the Belt and Road Initiative, 2017, pp. 9-10). Estas rotas geram entre si seis corredores económicos com a potencialidade de gerar um alto fluxo comercial, financeiro, social e cultural. São eles a Nova Ponte Terrestre Continental Eurasiática e os corredores económicos de cooperação internacional China-Mongólia-Rússia, China-Ásia Central-Ásia Ocidental, China-Península da Indochina, China-Paquistão e China-Bangladesh-Índia-Myanmar. Por sua vez, estes corredores económicos são “alimentados” por ferrovias, rodovias, transporte marítimo e aéreo, oleodutos e rede de informação integrada aeroespacial (Office of the Leading Group for the Belt and Road Initiative, 2017, pp. 10-11) que correspondem aos seis meios de comunicação projetados por Pequim para a conectividade de infraestruturas pretendida. No documento conjunto escrito pela Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério do Comércio chineses, chamado de “Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI”, constavam como objetivos primários: (i) a circulação ordenada e livre dos elementos económicos, (ii) a distribuição eficiente dos recursos e a integração profunda dos mercados e (iii) o encorajamento dos países ao longo dos corredores económicos a concretizarem a coordenação das suas políticas e a promoverem uma cooperação regional mais ampla e profunda e com padrões mais elevados, com vista a criar em conjunto um quadro de estruturas de cooperação económica regional aberta, inclusiva, equilibrada que beneficiaria todos (China, 2015). É a promoção de uma cooperação bilateral e multilateral, mas sem uma teia institucionalista e burocrática.

Os primeiros êxitos da iniciativa vieram desde logo com a construção ou renovação de parques industriais e portos que significaram milhares de milhões em investimento (Mações, 2018a, p. 10). A construção destas infraestruturas levaria à implementação de zonas económicas especiais¹¹¹ que realçariam a interconexão do sistema de transportes, de energia e digital, resultando num corredor económico mais abrangente de infraestruturas, logística, energia, manufaturação, agricultura e turismo que dariam escopo a um mercado comum Eurasiático (Mações, 2018a, p. 11). A criação de zonas económicas especiais permitiu aumentar o comércio transfronteiriço. Exemplo disso é o Centro Internacional para a Cooperação Fronteira que consiste numa “área onde as pessoas podem circular livremente e atravessar as fronteiras nacionais sem terem de mostrar qualquer identificação e onde o comércio é livre de taxas ou de quaisquer outras barreiras” (Mações, 2018c), tal como na UE. Agora entenda-se esta visão aplicada à escala de dois países como o Cazaquistão e a China, por razões óbvias seria impossível de se aplicar de um dia para o outro. O que foi feito foi essa visão a uma escala reduzida, ou seja, numa pequena parte dos seus territórios transfronteiriços. Ou seja, podemos ter uma espécie de cidade transnacional, onde as pessoas poderão viver e trabalhar entre dois países, com acesso livre a tudo o que houver para oferecer. Isto trata-se de um verdadeiro domínio económico com potenciais benefícios para qualquer parte integrante que se faria sentir também dentro da própria China¹¹², mais propriamente nas suas regiões mais pobres. A iniciativa tem permitido uma maior interação entre a China ocidental, mais atrasada e pobre que a oriental, e a Ásia central ou a Eurásia no geral se quisermos. Por exemplo, as rotas terrestres na zona de Xinjiang permitem rejuvenescer a economia local com as exportações de aço e alumínio enquanto, em fluxo inverso, servem para o abastecimento chinês de petróleo e gás, dois dos recursos mais usados pela Chi-

na (Mações, 2018a, p. 20). Permite, portanto, a diversificação de fontes energéticas e, com isso, uma maior segurança energética¹¹³. Desse modo a probabilidade de uma rutura no fornecimento torna-se bastante menor, como aquela que poderia acontecer quando a China alocou 80% da sua importação de petróleo pelo estreito de Malaca, como se verificou em 2016 (Mações, 2018a, p. 21).

A BRI tem a capacidade de satisfazer diversos propósitos desconectados à partida. A base da sua edificação e promoção consubstancia-se em cinco metas ou parâmetros de orientação que têm logrado bastante êxito. Segundo o mesmo documento que contém a visão e as ações de promoção da BRI, é necessário existir uma coordenação entre as diferentes políticas nacionais na procura por um denominador comum, reforçando a cooperação intergovernamental, em todos os níveis no que se refere à macropolítica, aprofundando a integração de interesses, fomentando a mútua confiança política para alcançar novos consensos de cooperação (China, 2015). É necessário tornar mais robustas as ligações entre infraestruturas, impulsionando “em conjunto a construção das principais estradas internacionais, e formar, passo a passo, uma rede de infraestruturas que liga não só todas as sub-regiões da Ásia, como também os continentes da Ásia, Europa e África” (China, 2015). Também importa facilitar a questão das barreiras comerciais ao longo das rotas e explorar zonas de livre comércio promovendo o fluxo do mesmo (China, 2015). Em complementação, surge a necessidade de um aprofundamento na cooperação financeira, a construção de um sistema monetário estável, um sistema de investimento e financiamento e um sistema de crédito no continente asiático¹¹⁴, ou seja, promover a integração monetária, alargando o âmbito e a escala de conversão e liquidação recíprocas de moedas nacionais dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda (China, 2015). Por fim, as pessoas. Sem elas tudo isto seria impossível, portanto, importa promover a interação entre os diferentes povos intensificando as trocas comerciais e fazê-lo também nou-

111 Mais de 80 zonas económicas especiais e parques industriais de alta tecnologia foram ou estão em construção desde o início da BRI (Rana e Ji, 2019).

112 Como consta no documento Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI (China, 2015).

113 “Em muitos casos esta diversificação depende da construção de novas infraestruturas como gasodutos ou redes de portos e terminais de petróleo” (Mações, 2018a, p. 21).

114 Revelando-se numa clara alternativa às instituições económico-financeiras ocidentais.

tras áreas, alargando o intercâmbio à cultura e à academia, promover a cooperação entre os órgãos de comunicação social, com o objetivo de criar uma base sólida de apoio popular para aprofundar a cooperação bilateral e multilateral (China, 2015).

Segundo Bruno Mações (2018a, p. 20), um dos motivos pela qual a *BRI* foi edificada deriva da dependência chinesa no sistema global económico. Podemos dizer que também o sistema internacional se encontra cada vez mais dependente da China. O eixo condutor da *BRI* é, portanto, a interdependência¹¹⁵ (Mações, 2018a, p. 26).

De modo complementar à *BRI*, o governo chinês encetou duas iniciativas. Por um lado, a Cooperação Internacional de Produção no sentido de adequar a produção industrial da China à procura global existente, dando prioridade à cooperação com países emergentes cujas estruturas económicas exigem grandes quantias para estimulação do crescimento. E, por outro lado, a Cooperação de Terceiro Mercado de modo a combinar a capacidade de produção chinesa com a tecnologia e equipamento de países desenvolvidos, para em conjunto desenvolverem mercados nos países em desenvolvimento (Ilhéu, 2020, p. 20). Através destas duas iniciativas a China pretende impulsionar a sua cadeia de valor global através da divisão de trabalho e da cooperação regional e global em termos de distribuição das cadeias de produção, no desenvolvimento conjunto de sistemas de I&D, de produção e

de mercado (Ilhéu, 2020, p. 20).

Mais, com a *BRI* a China sentiu necessidade de criar um leque de instituições financeiras e económicas, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), o Novo Banco de Desenvolvimento ou o Fundo da Rota da Seda. Para além destes, também o apoio de instituições financeiras domésticas, como o Banco de Exportação-Importação ou o Banco de Desenvolvimento da China, têm servido de plataforma chinesa para a prossecução dos vários projetos da *BRI*¹¹⁶, podendo cada vez mais fazer-se um paralelismo relativamente às suas congéneres ocidentais¹¹⁷. Embora os projetos continuem em grande parte a ser exercícios bilaterais – incluindo muitas vezes acordos entre províncias –, Xi Jinping tem tentado transformar o Fórum da Faixa e Rota, em conjunto com as instituições supramencionadas, em espaços que reflitam o estatuto internacional da China e das suas ambições crescentes de tentativa de remodelar a ordem internacional (Carey e Ladislav, 2019, pp. 2-3).

Posto isto, a *BRI* reflete a mudança de perfil chinês nas RI, a mudança da passividade para a assertividade, “da adaptação para a formação” de um sistema próprio (Mações, 2018a, p. 15). Apesar disso, a retórica de uma abordagem passiva continuou em voga mesmo com o erguer deste megaprojeto: “A China tem toda a vontade de assumir mais responsabilidades e deveres dentro do alcance das suas capacidades e dar um maior contributo para o desenvolvimento pacífico da humanidade” (China, 2015). Como veremos, a *BRI* tem tudo menos traços de passividade e, apesar da sua palavra mais vezes entoada ser a de cooperação, nada indica que este projeto seja mais altruísta do que egoísta na sua idealização. Em última instância a *BRI* vem corroborar uma coisa – o potencial chinês como potência continental e marítima – e, por isso, o seu cariz nunca pode ser considerado como algo passivo.

4.2.3.1. O modelo assertivo da *BRI*

Quando falámos da *BRI* como sendo mais que um projeto ou iniciativa dissemo-lo com base no seu espectro amplamente alargado em termos de aplicação. A sua aplicação pode ser vista muito mais do que meramente em termos de cooperação económica. A iniciativa compreende todos os tipos de atores internos chineses, provinciais e locais, bancos, institutos Confúcio, bem como universidades (Godehardt, 2016, p. 20). Atualmente, podemos falar de uma ideia estratégica, quase uma grande estratégia, que reporta a questões relativas à geopolítica e à geoestratégia.

No Segundo Fórum da Faixa e Rota ocorrido no ano passado, Xi Jinping tornou a enfatizar o quão importante é a cooperação entre países para o desenvolvimento da *BRI*.

We hope to work with all parties to improve the cooperation concept for high-quality development of Belt and Road cooperation. We should fully implement the principle of extensive consultation, joint contribution and shared benefits. [...] We hope to work with all parties to identify cooperation priorities and strengthen all-round connectivity. We should continue to focus on infrastructure connectivity, deepen cooperation in frontier areas such as smart manufacturing and digital economy, implement the strategy of innovation-driven development, expand our markets wider and enhance trade and investment facilitation¹¹⁸ (The Second Belt and Road Forum for International Cooperation, 2019).

Esta postura pode ser vista como uma forma do presidente chinês manter o estado de graça da *BRI* depois de inúmeros países terem posto em causa os objetivos chineses neste projeto. Essa é, aliás, a nossa perspetiva em relação à *BRI*. Sem dúvida que existe a intenção de cooperar economicamente para a obtenção de

¹¹⁵ Vejamos este exemplo na abordagem chinesa. A China tinha excedentes na produção de aço, por isso optou pela sua exportação. Contudo, sabemos os problemas que podem advir da dependência nas exportações como, por exemplo, a oscilação do mercado poder causar a diminuição na procura traduzindo-se num défice na balança comercial. Por outro lado, sabemos que o Estado chinês não gosta que a economia seja totalmente guiada pelo mercado, preferindo uma postura mais intervencionista de modo a precaver qualquer cataclismo que prejudique a estabilidade política e social. Por isso, a China passou a investir com o seu próprio capital em infraestruturas de países menos desenvolvidos de modo a ter uma vantagem dupla, escoando o seu excesso de recursos, neste caso o aço, através da construção dessas infraestruturas e aumentando a sua influência económica e política no exterior (Mações, 2018a, p. 18). Esta envolvimento económica por via do forte investimento chinês tem incapacitado alguns países de cobrir os empréstimos fornecidos. Como veremos, esta interdependência tem beneficiado fortemente as políticas chinesas.

¹¹⁶ Estes dois bancos chineses sozinhos providenciam tanto financiamento para o setor energético de países estrangeiros como todos os bancos de desenvolvimento multilaterais (Carey e Lasdilaw, 2019, p. 1).

¹¹⁷ A temática sobre a influência e *modus operandi* das instituições chinesas daria um longo debate. Mas, de um modo geral, podemos dizer que as condicionalidades institucionais emanadas de Pequim não são tão rigorosas quanto as do Ocidente.

¹¹⁸ Tradução nossa: “Esperamos trabalhar com todas as partes para melhorar o conceito de cooperação para o desenvolvimento de alta qualidade da BRI. Deveríamos implementar plenamente o princípio de ampla consulta, de contribuição conjunta e de benefícios partilhados. [...] Esperamos trabalhar com todas as partes para identificar prioridades de cooperação e fortalecer a conectividade. Deveríamos continuar a focar na conectividade das infraestruturas, aprofundar a cooperação em áreas como a manufatura inteligente e a economia digital, implementar a estratégia do desenvolvimento orientado para a inovação, expandir os nossos mercados e aumentar a facilitação do comércio e do investimento”.

benefícios mutuamente vantajosos para todas as partes, mas se observarmos com atenção, todos os projetos têm um vencedor categórico – a China.

O processo de crédito e investimento chinês ao longo das rotas da *BRI* tem comportado condicionalidades que alguns países aderentes não têm conseguido suprir, pondo a China em muitos casos numa posição estratégica vantajosa. O crédito chinês para com os países ao longo da *BRI* varia, desde empréstimo sem juros, doações ou tarifas comerciais. O IDE e os empréstimos concessãois tem perfazido a maioria do financiamento dos projetos da *BRI* (Mações, 2018a, p. 46). Consequentemente, são múltiplos os exemplos da coerção económica provocada pela China através da exploração das dívidas dos países em que investe, quer seja através das suas empresas públicas ou através das instituições criadas para providenciar esses investimentos.

A China aplicou cerca de 1,4 mil milhões de dólares para projetos no Djibuti, através do Banco de Exportação e Importação da China. Com grande parte da dívida a ser garantida pelas empresas públicas do Estado, a dívida pública externa do Djibuti passou de 50% para 85% face ao PIB, desde 2015 (Mações, 2018a, p. 46). Na Grécia, como forma de reviver o maior terminal portuário do país, em 2016 durante a crise económica grega, as empresas chinesas adquiriram 51% do porto de Pireu (Taj, 2019). Até indiretamente as consequências contratuais com a China existem. Temos o caso do Paquistão, que é obrigado a pagar a empresas privadas por projetos de fornecimento de eletricidade, tendo até de criar um fundo no valor de 22% da faturação mensal para garantir o pagamento da produção chinesa (Mações, 2018a, p. 46). Ainda no Paquistão, mas no ramo portuário, a empresa que detém a gerência do porto de Gwadar alegadamente recebe 91% dos lucros da atividade portuária. No Sri Lanka, em 2017, foi entregue formalmente o controlo do porto de Hambantota à China de modo a amortizar a sua dívida. Num negócio de 1,1 mil milhões de dólares, os chineses detêm agora uma participação de 70% do porto e um acordo de 99 anos para a sua gerência. O projeto inicialmente tinha como objetivo erguer uma pequena cidade pesqueira a centro de expedição internacional. No entanto, a incapacidade do Sri Lanka em cobrir o pagamento do em-

préstimo a um banco público chinês levou à sua privatização (Mações, 2018a, pp. 46-47). A estes exemplos podemos, também, juntar tantos outros que nos mostram a tentativa de influência chinesa, como os portos marítimos de Darwin, na Austrália, de Kirkenes, na Noruega¹¹⁹, o porto seco de Khorgos, no Cazaquistão, que é o eixo de ligação terrestre entre a Ásia e a Europa (Gaspar, 2020, p. 47), ou o porto de Sines, em Portugal, que constituiria o pilar mais ocidental na rede de infraestruturas da *BRI*, aliás, esta é uma infraestrutura estratégica quer para a China como para os EUA, sendo mais um elemento na guerra entre as duas superpotências¹²⁰.

O investimento chinês em infraestruturas torna-se sintomático da sua ampla estratégia económica, militar e política. A *BRI* veio fornecer à China maior controlo no modo como a cadeia de valores é organizada, dando-lhe o poder de reorganização como lhe seja mais proveitosa (Mações, 2018a, p. 94). O plano consiste na entrada de empresas chinesas nos setores nacionais de países terceiros e organizá-los de modo a adaptarem-se à cadeia de valores chinesa. Pois são inúmeros os países que estão dependentes da China e do seu investimento em infraestruturas, comércio, ciência e tecnologia, e projetos militares, para crescerem economicamente (Allen-Ebrahimian, 2020b). Temos exemplos disso em Portugal. A EDP, empresa líder no setor energético, tem como maior acionista (21,35%) os chineses da *China Three Gorges*, tendo inclusive esta empresa tentado uma oferta pública de aquisição (OPA) para assumirem uma posição de controlo (Lusa, 2020b), mas saiu gorada. Por sua vez, a *China Communications Construction Company, Ltd* em Maio de 2021 encetou um acordo de parceria estratégica e investimento com a Mota-Engil¹²¹, que lhe permitiu ficar

com pouco mais de 30% da empresa portuguesa.

A *BRI* tem sido a ferramenta que tem permitido a Pequim aumentar a sua influência no processo de decisão de política interna de países terceiros e, com isso, aumentar a sua própria influência externamente. Devido a isso, à medida que a economia chinesa vai crescendo, confere-lhe maior poder de abordagem em relação a países terceiros, nomeadamente na negação de empréstimos ou pressão para o pagamento de dívidas mais rápido sob pena de represálias – coerção económica (Mações, 2018a, p. 36). A coerção económica não é um método exclusivamente da *BRI*, mas aumentou determinadamente com ela à medida que a China foi alargando a sua influência mundial. Essa coerção pode verificar-se por diversas circunstâncias, as primeiras das quais baseiam-se em acontecimentos que desafiem ou provoquem questões nevrálgicas para Pequim, como a ameaça de territórios reclamados, o seu sistema político interno ou qualquer outro interesse central explícito¹²² (Harrell et al., 2018, p. 12). São de variados âmbitos os mecanismos e ferramentas usados pela China para adotar essa coerção económica, passando por restrição nas exportações e importações¹²³, restrição nos investimentos, sanções financeiras, diminuição do fluxo de turistas para países terceiros ou apelação a boicotes populares de marcas ou produtos estrangeiros. A China usa meios informais para

de Sines de que falámos anteriormente.

122 O apoio a movimentos independentistas em Hong Kong ou Taiwan, a afinidade com o Dalai Lama ou, mais recentemente, a culpabilização da China pela pandemia da Covid-19. Exemplos como a declaração pró-movimento democrático em Hong Kong, via *Twitter*, do diretor geral da equipa norte-americana de basquetebol dos *Houston Rockets* que levou à suspensão das transmissões televisas dos jogos na China até existir um pedido de desculpas, ou a pressão australiana para uma investigação independente em território chinês acerca do eclodir do novo coronavírus que causaram na China uma reação de desagrado e consequente resposta via tarifas nas exportações de cevada e na interrupção das importações de carne.

123 Embora nas exportações não seja totalmente vantajoso como consequência de ocorrer uma diversificação de mercado dos países afetados por estas restrições. Por sua vez, nas importações apenas são aplicadas quando a China consegue suprir essa fonte de importação ou quando existe produção nacional da mesma e quando não se verificam restrições em produtos cuja alguma parte do mesmo seja produzida na China sob pena de poder impactar a indústria chinesa.

119 O controlo desta zona portuária situada no Ártico revela a visão chinesa nas oportunidades que esta região pode trazer. É nesse sentido, que Xi Jinping anunciou em 2018 a Rota da Seda Polar mostrando a China interesse nestas rotas que diminuirão o percurso marítimo, de e para a Europa, em várias semanas devido ao degelo glacial.

120 O porto de Sines encontra-se num processo de modernização através da expansão do terminal XXI e da construção de um novo terminal (Vasco da Gama), pelo que os dois Estados rivais vão querer tirar o maior partido do eixo de ligação do porto com o hinterland ibérico (Lusa, 2020b).

121 Mota-Engil que curiosamente lhe viu adjudicada a construção da expansão do terminal XXI do porto

aplicar estas medidas restritivas através dos órgãos de comunicação, das empresas estatais ou de uma seletividade dos regulamentos internos (Harrell et al., 2018, p. 19), beneficiando com isto de uma flexibilidade e plausível negação dessas medidas.

Como já dissemos, o controlo dos mares torna-se preponderante para uma potência que aspire a objetivos mais abrangentes – como é o caso chinês. A indústria marítima chinesa, tanto para fins comerciais como militares, tem sido alvo de forte investimento na última década¹²⁴. A sua complementaridade¹²⁵ é indiscutível e voltando a parafrasear Alfred Mahan, a necessidade de uma frota marítima nasce, na sua essência, da necessidade dos Estados em procurarem novas fontes de rendimento e recursos e só depois como motivo militar (Mahan, 1890, p. 26). Ou seja, o ímpeto primário da segurança marítima é efetivamente garantir o funcionamento das suas rotas comerciais, ainda para mais quando 90% do comércio mundial flui por mar. A China tem usado esta complementaridade via *BRI* para investir em inúmeras infraestruturas no setor marítimo interna e externamente¹²⁶, tornando as empresas chinesas cada vez mais dominantes na cadeia de fornecimento global deste setor ao ponto de, atualmente, a China ser o segundo país com a maior frota mercante do mundo em termos de toneladas e tendo construído em 2019 mais de um terço de toda a frota mundial (Blanchette et al., 2020, p. 1). As empresas chinesas têm estado envolvidas no investimento, operacionalidade e expansão de inúmeras instalações portuárias, como Hambantota no Sri Lanka, Gwadar no

Paquistão, Kyaukpyu no Myanmar e Doraleh no Djibuti (Mações, 2018a, p. 63). Também, em compras de participações de terminais estrangeiros um pouco por todo o mundo¹²⁷. Lideradas pela *COSCO Shipping Corporation* e pela *China Merchant Group*, as empresas públicas chinesas investiram entre 2010 e 2019 cerca de 11 mil milhões de dólares em projetos portuários estrangeiros (Blanchette et al., 2020, p. 3). É conferida alta importância no controlo destes pontos estratégicos no Oceano Índico, pois fazem a ligação com vários dos corredores económicos da *BRI*. Por exemplo, os portos de Gwadar e Kyaukpyu têm a particularidade de se ligarem ao corredor económico continental resolvendo o dilema de Malaca de que já falamos (Mações, 2018a, p. 64), por sua vez, Djibuti poderá servir de ponto de contacto com o resto do continente africano e na conexão com o canal do Suez e controlo do Golfo de Aden. No resto do mundo a sua importância aplica-se da mesma forma, dada a elevada importância do comércio mundial para a China, nomeadamente o comércio marítimo. O “desenvolvimento de terminais e centros logísticos ajuda a China a aumentar o seu controlo sobre as linhas de distribuição dos seus produtos, a diversificar rotas de comércio e a melhorar a sua autossuficiência” (Albert, 2019). Mais, a sua importância também se estende ao setor militar com a possibilidade de mobilizar e atracar navios militares em diversas partes do mundo.

Politicamente falando, países com altas dívidas para com a China tentam agradar a agenda política de Pequim de modo a verem-lhes perdoadas ou diminuídas essas dívidas. No Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, cinquenta e três países apoiaram a decisão chinesa de ter criado a nova lei de segurança nacional em Hong Kong contra apenas vinte e sete em desacordo. Dos favoráveis à lei, pelo menos quarenta são signatários de projetos da *BRI* e muitos países, especialmente africanos, encontram-se em processo de renegociação de pagamento de dívidas à China (Lawler, 2020). Não é despidendo dizer que o favorecimento político para com Pequim possa advir da situação económica em que se encontram.

Posto isto, podemos verificar que o poder chinês no sistema internacional tem aumentado desde a criação da *BRI*. Deste modo, países com economias emergentes, com o risco potencial de perderem a soberania sob importantes setores devido aos juros das dívidas, começam a revelar alguma preocupação e descrédito para com o investimento chinês (Taj, 2019). O Sri Lanka, depois da passagem de proprietário do porto de Hambantota para as mãos chinesas, optou pela não comparência no Fórum da Faixa e Rota. Também, o projeto ferroviário na costa este da Malásia teve de sofrer ligeiras alterações no preço final sob pena de não ser levado avante (Rana e Ji, 2019). Parece existir uma frustração generalizada, com países como o Paquistão, Sri Lanka, Malásia, Myanmar, Bangladesh, Indonésia, Tailândia e Filipinas a levantarem suspeição acerca da crescente dependência no investimento chinês em certos projetos. Com muitos deles a procurarem rever, renegociar, cancelar ou diminuir gradualmente os compromissos atinentes à *BRI*, alegando preocupações relativamente ao alto custo dos mesmos, à perda de soberania e a casos de corrupção (Rana e Ji, 2019). A *BRI* consegue ser dualista na sua abordagem política. Os chineses conseguem aliciar económica e socialmente os países com um projeto ambicioso inovador e, à partida, com benefícios mútuos e equitativos para todas as partes. Mas, também, fazem uso da coerção económica e política, na medida em que a China se faz valer do seu diferencial de poder para alcançar os seus objetivos, uma política que conjuga em simultâneo o tradicional “pau e cenoura”, muitas vezes citado em Relações Internacionais.

4.3. Capacidade Militar

A matriz ideológica chinesa no que respeita ao seu comportamento militar tem, como vimos, fundamento no pacifismo confucionista e noutras inspirações teológicas e filosóficas de características idênticas. Este comportamento histórico-cultural tem de ser visto à luz dos tempos e circunstâncias em que se verificou, servindo apenas, a nosso ver, de termo comparativo e não como causa comportamental direta para as ações e comportamento do presente. Por outras palavras, cremos que o comportamento militar chinês atual tem menos que ver com a sua história e tradição de pensa-

124 Várias são as vias, diretas ou indiretas, deste investimento. Desde subsídios em dinheiro, financiamento barato e angariações, incentivos e concessões fiscais, entaves a empresas estrangeiras, transferência forçada de tecnologia, roubo de propriedade intelectual, etc. (Blanchette et al., 2020, p. 3).

125 A título de exemplo desta complementaridade podemos falar do fornecimento de apoio logístico por parte da *COSCO Shipping Corporation* ao Exército Popular de Libertação nas operações de escolta no Golfo de Aden, desde 2008 (Blanchette et al., 2020, p. 3).

126 O financiamento a empresas estrangeiras também existe, sendo exigida a compra de navios fabricados na China. Isto é um grande benefício para as empresas, internacionais e domésticas, que desejam expandir as suas frotas, mas também serve como um importante pilar de apoio ao setor de construção marítima chinesa, que em grande parte é estatal (Blanchette et al., 2020, p. 6).

127 EUA, Brasil, Holanda, Espanha, Itália, Bélgica ou França são alguns exemplos de países onde existem participações de empresas chinesas em terminais portuários, sendo algumas delas participações maioritárias (Albert, 2019).

mento do que com a particularidade momentânea em que está inserido e o modo como é e por quem é gerido. O comportamento militar chinês tem-se vindo a alterar, nomeadamente desde a fundação da RPC sob o leme do PCC, com a sua atuação na esfera internacional a ser cada vez maior e sob múltiplos propósitos. Desde logo, nas três primeiras décadas, a RPC viu-se envolvida em diversos conflitos e subseqüentes intervenções militares:

Guerra da Coreia (1950-53), as crises no estreito de Taiwan em 1954-55 e em 1958, a guerra com a Índia em 1962, os confrontos fronteiriços com a URSS em 1969, e a fugaz invasão do Vietname em 1979. Depois disso, ainda se referenciam as ações militares chinesas não muito resistidas nas ilhas Paracel em 1998, ou nas Spratly na primeira metade dos anos 90, bem como os “exercícios militares” de 1996, no estreito de Taiwan (Vasconcelos, 2009, p. 179). Isto tem revelado que, ao contrário do seu passado, os atuais interesses chineses são muito mais amplos e diversos, não se centrando apenas na sua região territorial. Os seus governantes estão mais predispostos para possíveis guerras (sejam elas convencionais, híbridas, cibernéticas, etc.) e o fator custo-benefício encontra-se diluído na estratégia nacional e internacional chinesa, ou seja, pouco importará essa dicotomia quando a RPC e o PCC são intransigentes quanto aos seus interesses e objetivos a alcançar.

Deste modo, dentro da natural continuidade da política chinesa, podemos entender a atual estratégia militar de Xi Jinping como o momento de transição de uma China expectante e que tateia as pedras do rio com cautela para uma China com sede de poder de decisão e inconformada com o seu estatuto na ordem internacional. Segundo o mais recente Livro Branco de Defesa Nacional da China, de 2019, o comportamento da sua política externa e de Defesa Nacional coaduna-se com a natureza defensiva (defesa ativa) do seu sistema de valores e princípios culturais, sendo que não renuncia ao uso da força e à opção de tomar as medidas necessárias sempre que achar justificável (China, 2019b, pp. 6-7). Esta postura defensiva não tem invalidado a que tenha havido e, cada vez mais, haja comportamentos assertivos e de modo preemptivo por parte da China¹²⁸.

128 A doutrina chinesa de defesa ativa já nos deu exem-

A China tem vindo a apetrechar-se militarmente desde há muitos anos, passando os objetivos militares chineses por melhorar consideravelmente as capacidades estratégicas com a perspetiva de modernização completa do setor militar e da Defesa Nacional a serem atingidas em 2035, e a promoção das Forças Armadas chinesas à classe mundial de Forças Armadas a meio do século (China, 2019b, p. 10). De 2010 a 2019 verificou-se um aumento chinês de 85% em gastos com a Defesa, em termos reais, com base nos valores constantes do dólar em 2018 (Tian, et al., 2020, p. 2). Para além do crescimento do investimento anual nos orçamentos de Defesa ter andado muitos anos na casa dos dois dígitos, revelando a intenção de diminuir a diferença para as maiores potências, estes números levam-nos também a constatar que o poder de dissuasão é tido como um fator importante na estratégia chinesa.

Estes gastos têm-se consubstanciado em vários programas de aquisição de alto nível, reformas militares e mudanças doutrinárias e estratégicas dentro do EPL (China Power Team, 2020). As várias forças do EPL têm intensificado esforços na efetivação dos requisitos estratégicos exigidos por Xi Jinping. O Exército está a acelerar a transição das suas operações de defesa regional para operações mais abrangentes e a melhorar as suas capacidades multidimensionais, multifuncionais e de precisão (China, 2019b, pp. 20-21).

A Marinha está a proceder à transição de missões de defesa em mares circundantes para missões em mares mais distantes e a melhorar as suas capacidades de dissuasão e contra-ataque, operações de manobra marítima, operações marítimas conjuntas, defesa abrangente e apoio integrado (China, 2019b, p. 21). O efetivo marítimo chinês conta com 335 vasos de guerra, sendo neste momento mais vasto que

plos de como poderá ser o comportamento chinês em situações beligerantes. Na Guerra da Coreia de 1950-53, conseguiu obrigar os norte-americanos a recuarem para o paralelo 38 que divide as duas Coreias até aos dias de hoje e numa disputa fronteiriça com a URSS em 1969, lançou um ataque preemptivo com efeito dissuasor sobre os soviéticos. Ora, a posição agressiva no Mar do Sul da China, nomeadamente a agressividade das suas embarcações contra as de outras potências ou os exercícios militares no estreito de Taiwan, poderão deixar indícios de uma possível preemptividade futura contra os EUA ou a própria ilha.

o norte-americano, que contabiliza 296 (China Power Team, 2018). Dentro da frenética construção de navios tanto militares como comerciais¹²⁹, destacamos a construção de porta-aviões pela China. O primeiro estreou-se no mar em 2019, o Shandong, estando mais dois em construção no estaleiro de Jiangnan. Juntar-se-ão ao até então único porta-aviões da marinha chinesa, o Liaoning, comprado à Ucrânia.

Por sua vez, a Força Aérea tem apostado na transição das tarefas de defesa aérea territorial para operações tanto ofensivas como defensivas, melhorando as suas capacidades nessas duas vertentes, nomeadamente ataques aéreos, defesa aérea e antimíssil, medidas de contrainformação, operações aerotransportadas e, também, projeção estratégica e apoio integrado (China, 2019b, p. 21).

Ainda dentro do EPL existem outros ramos militares importantes, especificamente a Força de Foguetes (*Rocket Force*), que inclui os arsenais nucleares e convencionais, tem reforçado as suas forças de médio e longo alcance e adquirido capacidades de dissuasão e de contra balanceamento estratégico (China, 2019b, p. 21). Na questão nuclear, a China detém um efetivo de 320 ogivas, onde cerca de 240 estão operacionais em mísseis balísticos terra, mar ou em aeronaves¹³⁰. A China tem vindo a modernizar e a diversificar as suas forças nucleares como parte do seu programa a longo prazo de tornar a sua postura de dissuasão mais robusta e capaz¹³¹, embora tenha declarado que o seu objetivo passe apenas por manter o nível mínimo de capacidades nucleares (Kristensen e Kile, 2020, p. 354).

129 A modernização e expansão dos estaleiros aumentaram a sua capacidade e aptidão na construção de embarcações. Em 2018, a China ultrapassou a Coreia do Sul no país com mais encomendas para a construção de embarcações marítimas, atingindo uma quota de mercado de 43,9% e no primeiro trimestre de 2019 de 37,8% (China Power Team, 2018).

130 Para uma melhor caracterização das capacidades nucleares e convencionais chinesas nas suas várias componentes de lançamento (terra, mar ou ar) ver Kristensen e Kile, 2020, pp. 355-361. Para uma pormenorizada ilustração sobre o arsenal balístico chinês e as suas características e potencialidades ver Missile Defense Project, 2018.

131 No entanto, em 2019, o governo chinês reafirmou o seu compromisso político de não uso em primeiro lugar, de não uso ou de instrumento de ameaça contra países que não disponham de armas nucleares ou de uso em zonas livres de armas nucleares (Kristensen e Kile, 2020, p. 354).

Outro ramo militar – sendo a mais recente das forças do EPL – é a Força de Apoio Estratégico (*Strategic Support Force*), que apoia o EPL nos novos tipos de desafios, onde é dada especial importância às **tecnologias de comunicação e informação no contexto militar**, procurando alcançar avanços em áreas chave, sendo, também, a principal força logística conjunta e de apoio estratégico, tal como o próprio nome indica (China, 2019b, pp. 21-22).

Por último, a Polícia Armada do Povo que acarreta importantes responsabilidades na segurança nacional, estabilidade social e bem-estar público, tem aumentado a sua capacidade de resposta a emergências, contra-terrorismo, proteção de direitos marítimos e execução administrativa (China, 2019b, p. 22).

Ao nível do tecido industrial, a China tem vindo a desenvolver programas de produção doméstica em todos os principais setores militares-industriais, produzindo desde há alguns anos uma larga variedade de equipamentos militares, como mísseis, aviões de combate, bombardeiros, contratorpedeiros, fragatas, submarinos, carros de combate e viaturas blindadas de transporte de pessoal (Vasconcelos, 2009, p. 183), o que lhe tem permitido ser cada vez mais autossuficiente e, até, exportadora. Para tudo isto, deve-se destacar a importância que os avanços tecnológicos nos programas espaciais chineses tiveram. Os programas espaciais permitiram, entre outras coisas¹³², desenvolver o seu próprio sistema de navegação por satélite (BeiDou) e aumentar a influência económica e política da China sobre os países que o adotem. O sistema “constitui um auxílio à navegação, com um grau extremamente alto de precisão e entre as principais vantagens para a China está a capacidade de substituir o GPS, sistema norte-americano, para guiar os seus mísseis”, fator determinante numa altura de crescentes quezílias entre Pequim e Washington (Lusa, 2020a).

Se compararmos o período de duas décadas já decorrido neste século, verificamos um aumento na exportação de armas, equipamentos e veículos e, por sua vez, uma diminuição na importação dos mesmos por parte da China. Isto deve-se à transição, em inícios de 2000, de uma China dependente em infraestruturas

para uma capaz de produzir a sua própria indústria de Defesa. Alimentada pelo crescente investimento na I&D e pela injeção de capital através de fundos¹³³, a indústria de Defesa chinesa começou a produzir dezenas de sistemas novos e muito avançados (Bitzinger, 2015), particularmente armas. No ano de 2000 o volume de instrumentos militares¹³⁴ exportados pela China, segundo a escala de valores do indicador de tendência do SIPRI (*TIV, Trend Indicator Values*)¹³⁵, foi de 310 milhões *TIV* ao passo que em 2021 esse volume subiu consideravelmente para os 1085 milhões *TIV* (Stockholm International Peace Research Institute, 2022a) posicionando a China como o quinto país mais exportador (Stockholm International Peace Research Institute, 2022b). Por seu turno, o volume de importação de armas por parte da China decresceu de 2523 milhões *TIV* em 2000 para 901 milhões *TIV* em 2021 (Stockholm International Peace Research Institute, 2022c) colocando Pequim na sexta posição depois de em 2018 ter sido o segundo país que mais importou (Stockholm International Peace Research Institute, 2022d), sendo que, no período 2015-2019 a China teve uma participação global nas exportações e importações de armas de 5,5% e 4,3%, respetivamente.

Esta revolução industrial deve-se, sobretudo, ao programa chinês chamado de “fusão militar-civil”. Este programa derivou do anterior – “integração civil-militar” – que enfatizava maior integração entre os setores civil e militar (Fritz, 2019). A fusão militar-civil pode definir-se como uma estratégia que procura reforçar a China como superpotência militar,

tecnológica e económica através da fusão industrial e de recursos científicos e tecnológicos dos dois setores. A estratégia visa promover a partilha de recursos¹³⁶ e a colaboração na investigação e em aplicações, garantindo a coordenação mutuamente benéfica da economia e da defesa nacional (Fritz, 2019). Ao contrário da integração civil-militar, esta comporta um nível de relacionamento mais aprofundado passando de uma simples associação para uma integração abrangente. Não obstante a correção face à dependência relativamente a fornecedores estrangeiros para certos componentes críticos, atualmente o progresso chinês depende agora parcialmente do acesso a recursos internacionais de inovação, incluindo talento e conhecimento (Kania, 2019, p. 30). Com isto, a China tem conseguido desempenhar um papel securitário mais robusto regional e globalmente, revelando uma vontade competitiva, quer seja através de um maior relevo em sede de missões da ONU¹³⁷, quer através de questões litigantes relativamente a disputas territoriais com outros Estados, aumentando com isso o seu poder além-fronteiras¹³⁸.

Para a China o aumento sucessivo nos gastos deste setor é não só perfeitamente justificável como exigível, tendo em conta o contexto atual do SI. Segundo Pequim, é preciso pôr cobro a ameaças como aquelas que disputam a soberania territorial sobre ilhas, recifes e demarcações marítimas chinesas, aquelas que mesmo não pertencendo à região conduzem frequentemente operações de reconhecimento ilegais (aéreas ou marítimas) em território chinês¹³⁹, aquelas que derivam do terrorismo e

132 Desde missões tripuladas, aterragens de robots em Marte ou lançamentos de sondas orbitais (Lusa, 2020a).

133 Milhares de milhões de dólares têm sido dedicados à fusão militar-civil depois do Conselho de Estado ter emitido um parecer, em 2017, que clamava pela expansão do investimento e dos canais de financiamento para o desenvolvimento dessa fusão, nomeadamente através do estabelecimento de fundos, onde inclusive encorajava os governos locais a iniciar os seus próprios fundos de modo a promover as indústrias militares de alta tecnologia (Kania, 2019, p. 21).

134 Aviões, navios, armas, sensores, motores, etc.

135 Métodos que refletem o preço real pago pelas armas ou que representam os valores atuais em dólares para as transferências de armas são conjuntos de dados baseados em diferentes definições e metodologias e não podem ser diretamente comparáveis. Por isso, o SIPRI desenvolveu um sistema de preços único que “pode ser usado como dados em bruto para calcular tendências nas transferências internacionais de armas ao longo de períodos de tempo” (Holtom et al., 2012).

136 Em 2016, a China passou uma lei que permitiu o uso legal de ativos civis para o suporte de operações de logística militar, exigindo a toda a indústria de transportes para fornecer suprimentos e ajuda à marinha chinesa quando necessário (Mações, 2018a, p. 71).

137 A China é um dos maiores contribuintes para o orçamento das operações de paz da ONU e o país dos membros permanentes do CSNU com mais soldados destacados. Segundo a própria China, desde Dezembro de 2018 participou em 24 missões com 39 mil pessoas, neste contexto (China, 2019b, p. 36).

138 No lado positivo situam-se as operações de *peacekeeping* da ONU ou outras, como antipirataria, e assistência humanitária. No lado negativo temos os interesses chineses em regiões como os mares Oriental e Sul da China que têm levado a uma resposta agressiva de Pequim contra outros Estados (China Power Team, 2020).

139 Por território chinês, Pequim refere-se a todas as suas reivindicações legais ou ilegais à luz do Direito Inter-

pirataria ou outras ameaças como as relativas com o espaço sideral, a cibersegurança, os desastres naturais ou as epidemias e pandemias (China, 2019b, p. 5). Mas, também ameaças à estabilidade interna derivada de movimentos separatistas ou insurgências regionais, como “a independência de Taiwan, do Tibete ou a criação do Turquestão Oriental”, a que a China apelida de “três demônios”, exigem medidas e capacidades consentâneas com os desafios criados. Razões não têm faltado a Pequim para a modernização das suas Forças Armadas decrépitas e obsoletas. O grande avanço tecnológico que as outras potências alcançaram e o seu contínuo investimento em conjunto com a inovação trazida pelas revoluções tecnológica e industrial não deixam espaço à China, se não proceder também à modernização do EPL¹⁴⁰, pese embora a sua capacidade se encontre ainda abaixo da dos seus rivais.

O investimento chinês nas suas capacidades militares, em 2019, contabilizou 70,5% de toda a despesa do leste asiático. Se alargarmos o espectro regional para toda a Ásia, incluindo o Médio Oriente, a despesa militar constituiu 52,2% do total de gastos cumulativos (China Power Team, 2020). Globalmente, a sua fatia correspondeu a 14% da despesa securitária total, segundo o relatório do SIPRI (Tian et al., 2020, p. 3). Pequim desde 2009 que não indicava nos seus orçamentos de Defesa as categorizações dos seus investimentos e despesas (Bitzinger, 2015). Na perspetiva de gastos para 2020, apresentada no CNP (Global Times, 2020d), que foi de 179 mil milhões de dólares, seria algo como 73,5 mil milhões dedicados somente em equipamento militar, fazendo do investimento em equipamentos um dos maiores do mundo. Relativamente a isto, o Livro Branco da Defesa Nacional de 2019 dava conta de 41,1% da despesa somente para o investimento em equipamentos no ano de 2017¹⁴¹ (China, 2019b, p. 39).

nacional, ou seja, operações estrangeiras de reconhecimento aéreo ou marítimo em quase qualquer ponto do Mar do Sul da China, segundo Pequim, são uma violação do seu espaço territorial.

140 Tecnologias de ponta como inteligência artificial, informação quântica, *big data*, computação em nuvem e a *internet* das Coisas estão a ganhar terreno no campo militar (China, 2019b, p. 6).

141 Nas outras categorizações constavam 30,8% em despesas com pessoal e 28,1% em treino e apoio operacional (China, 2019b, p. 39).

São números que não deixam dúvidas quanto ao esforço chinês para prover as suas Forças Armadas com recursos que permitam a consecução dos objetivos e proteção dos seus interesses. Também são números que criam apreensão nas restantes potências, e talvez seja por isso que Pequim seja muito vaga na hora de revelar os gastos e o orçamento com a sua defesa. A falta de transparência tem de ver, primeiro com o secretismo habitual que caracteriza a indústria de I&D e, em segundo, pela questão de não criar perceções negativas na esfera internacional sobre o seu desenvolvimento militar e as suas ambições securitárias. Se compararmos os dados oficiais de Pequim com aqueles emanados de instituições ocidentais, temos visto um padrão de discrepância de 35% a 50% (Bitzinger, 2015), com os valores chineses a não contemplarem todos os gastos ocorridos ou não incluírem parte deles nesses orçamentos. Dados oficiais não englobam determinadas despesas como: “programa espacial, receitas extraorçamento de empresas comerciais de propriedade militar, fundos de mobilização de defesa, vendas autorizadas de terrenos ou excedentes alimentares produzidos por algumas unidades, bônus de recrutamento para estudantes universitários, custos operacionais de bases militares provinciais” (China Power Team, 2020), “I&D, importação de armas ou subsídios à indústria de defesa” (Bitzinger, 2015). Para se ter uma noção, segundo o SIPRI, em 2019 a despesa militar chinesa ascendeu a 261 mil milhões de dólares (Tian et al., 2020, p. 2), ao passo que dados oficiais do governo chinês contabilizavam “apenas” 177,6 mil milhões de dólares (Xinhua, 2019), uma diferença de 83,4 milhões de dólares.

Outra razão para as discrepâncias tem que ver com a falta de uniformização dos dados providenciados pelas diferentes instâncias do governo chinês, podendo levar a diferenças de milhares de milhões¹⁴². Devido a isso, os dados com os gastos militares oficiais complicam-se ainda mais pela inconsistência de números. Não obstante existirem diferentes métodos

142 Por exemplo, números fornecidos pelo Ministério das Finanças diferiram das despesas relatadas no Livro Branco de defesa de 2019. Esta discrepância pode ser o resultado do Ministério das Finanças não incluir os custos associados às forças de milícia. Em 2017, inconsistências como esta resultaram numa diferença estatística de 2,9 mil milhões de dólares (China Power Team, 2020).

de alocação de despesas utilizados por cada Estado¹⁴³, mesmo dentro de cada Estado por cada departamento, a falta de transparência chinesa leva a discrepâncias assinaláveis entre a realidade e os números apresentados. A transparência orçamental permite uma maior previsibilidade política que, por sua vez, promove a estabilidade internacional. Pelo contrário, a opacidade incita a desconfianças e inevitáveis dilemas de segurança.

Em síntese, com o progressivo aumento dos interesses chineses pelo mundo, a modernização militar vem prover maior confiança e capacidade securitária a nível internacional. Decerto que atualmente a China se encontra bem mais confortável para dar uma resposta capaz dentro da sua esfera de influência, nomeadamente os mares Sul e Oriental da China, bem como a região Indo-Pacífica no geral. Como já dissemos, o poder de dissuasão chinês aumentou sobejamente, tornando o equilíbrio de poder regional bastante desnivelado relativamente aos outros Estados vizinhos. Estes têm nos EUA um provedor de segurança que tem sido o fiel da balança nas últimas décadas, por sua vez, veem agora o poder entre as duas superpotências ficar mais nivelado, chegando ao ponto de obrigar os EUA a tomarem decisões mais custosas se efetivamente desejarem manter o seu status regional.

Pequim vê no aumento da despesa militar, e consequente modernização militar, um direito legítimo que se coaduna com o seu poder económico, sendo que este, também, necessita cada vez mais da capacidade e disponibilidade do primeiro devido à sua crescente abrangência (China, 2019b, pp. 27-28).

4.4. *Soft Power*

Depois de abordarmos duas das potencialidades chinesas relativas ao seu *hard power*, falamos agora numa potencialidade que Pequim tem vindo a aperfeiçoar ao longo das últimas décadas.

143 De ressaltar que a China não é a única a excluir elementos relativos com a defesa do orçamento respetivo. Também a Índia não adjudica as despesas dos seus programas espacial e de armas nucleares ao ramo da defesa ou os EUA que financiam toda a sua indústria nuclear através do Departamento de Energia não incluindo esses detalhes no orçamento da Defesa (China Power Team, 2020).

A capacidade de levar outros a comportarem-se de acordo com a nossa vontade, ou a seguirem o nosso caminho sem o recurso à coerção, caracteriza-se, quando bem conseguido, de grande importância e de muito menor custo em relação aos recursos militares ou económicos. Soft power is the ability to get what you want by attracting and persuading others to adopt your goals. It differs from hard power, the ability to use the carrots and sticks of economic and military might to make others follow your will. Both hard and soft power are important [...], but attraction is much cheaper than coercion, and an asset that needs to be nourished¹⁴⁴ (Nye, 2004, p. 11).

É com base nesta ideia que se tem vindo a assistir ao investimento chinês na sua imagem global (“*nation branding*”) com o intuito de passar a ser um caminho a seguir para outros países. O investimento na diplomacia pública, na disseminação dos valores e princípios culturais e, até, ideológicos, tem feito parte da estratégia de “ascensão pacífica e de mundo harmonioso”. A diplomacia pública é como um facilitador da projeção e consolidação do *soft power* ao ajudar os Estados a atingirem dois objetivos: apresentação e explicação de forma atrativa e persuasiva das suas políticas a audiências estrangeiras e criação de relações de confiança mútua e respeito (Carriço, 2015, p. 68). A visão de mundo harmonioso, ao surgir como contraponto ao unilateralismo norte-americano vigente, tem como objetivo a definição de uma imagem e de uma narrativa de base civilizacional distinta e mais apelativa à dos EUA (Carriço, 2015, p. 94).

O reconhecimento da China pelos seus pares como um importante ator na comunidade internacional é visto por Pequim como uma oportunidade para cimentar opiniões e ideias, aproveitando a boleia da modernidade para essa persuasão. Eventos mundiais ou feitos nacionais, como os Jogos Olímpicos ou construções grandiosas, têm servido de potenciais plataformas de persuasão para o público externo.

144 Tradução nossa: “O *soft power* é a habilidade de conseguir o que se quer atraindo e persuadindo os outros a adotar os nossos objetivos. Difere do *hard power*, a habilidade de usar recompensas e punições económicas e militares para fazer os outros seguirem a nossa vontade. Ambos são importantes [...], mas a atração é muito mais barata do que a coerção, e um ativo que precisa de ser nutrido”.

Segundo Alexandre Carriço (2015b, p. 239), a diplomacia pública chinesa tem como objetivo o apoio na consolidação de uma imagem externa positiva baseada no patriotismo, coletivismo, marxismo e tradicionalismo, e na construção de uma sociedade harmoniosa, promovendo uma China estável e, sobretudo confiável e responsável no sistema internacional, onde não crie receios para os demais atores.

Como vimos até agora, a atividade política, económica e militar chinesa tem-se vindo a alastrar mundo fora. O uso de técnicas de *soft power* vem no sentido de criar uma perceção internacional positiva em contraste com a perceção negativa que possa advir das ações do uso do seu *hard power*.

São duas as correntes de *soft power* existentes na China: a escola culturalista e a escola política. A primeira assenta numa visão monolítica, estritamente cultural, que defende a política externa e a diplomacia de um Estado como sendo ramos do *hard power* e não uma forma separada de *soft power* (Carriço, 2015, p. 180). Para estes, a cultura é a “única fonte de atratividade e potenciação do *soft power*, porque justifica a narrativa de ascensão pacífica” (Carriço, 2015, p. 180). A segunda incorpora as dimensões cultural, diplomática, ideológica e económica de ajuda ao desenvolvimento, tendo uma visão abrangente do *soft power* (Carriço, 2015, pp. 158-159). Segundo os seus apologistas, a perspetiva holística desta corrente permite “potenciar eficazmente os recursos e instrumentos que a China dispõe”¹⁴⁵ e com isso retirar maiores benefícios políticos, económicos e militares (Carriço, 2015, p. 180). Esta corrente aproxima-se determinantemente da exemplificação de Joseph Nye acerca dos três recursos onde o *soft power* pode ser verificado: na cultura, quando é atrativa para terceiros; nos valores políticos, quando são verificados interna e externamente; e, na política externa, quando existe legitimidade e autoridade moral (Nye, 2006).

Ora, é possível verificar alterações no modo de exposição externa por parte da China. Com base nas referências imagéticas – neutras ou

145 Vendo inclusivamente o setor militar como provedor de *soft power*. Esta matéria pode ser discutível, no entanto, adotamos o pensamento de Joseph Nye ao atribuir um certo peso ao papel militar na execução do *soft power* quando diz que uma unidade militar bem gerida pode ser uma fonte de admiração e promotora de valores e princípios (Nye, 2006).

manipuláveis¹⁴⁶ – que projeta para o exterior, a China tem vindo a aperfeiçoar e alargar as formas da sua atratividade, nomeadamente através da utilização da *internet*, da expansão do intercâmbio cultural, ao mesmo tempo que usa técnicas de *marketing* cultural em ações de informação externa¹⁴⁷, do uso de uma postura mais recetiva para com os *media* estrangeiros mas com condicionalismos que atualmente se têm acentuado, do reforço das atividades de informação externa com a promoção dos *media* chineses no estrangeiro ou da concentração de esforços na divulgação de assuntos considerados prioritários¹⁴⁸ (Carriço, 2015, p. 240). Mais, também alarga a sua atratividade através da criação de centenas de institutos Confúcio por todo o mundo, sendo um enorme auxílio na promoção da cultura como também propulsor da expansão do número de falantes não-chineses ou com a promoção não só política e económica, mas também sociocultural da *BRI* e, ainda, através da mediação geral do papel chinês como grande potência responsável e líder em vários setores e instituições internacionais, assim como da ideia de “sonho chinês”.

Foi com Hu Jintao que a China começou a desenvolver um sistema próprio com indústria e recursos que possibilitasse a execução dessa

146 As referências neutras têm que ver com símbolos, tradições e valores chineses, como os guerreiros de terracota, os *kuaizi* (os bem conhecidos pauzinhos para comer) juntamente com a sua gastronomia, o Templo do Céu, a Grande Muralha, os pandas, Confúcio, etc. (Carriço, 2015, p. 204). As referências manipuláveis, que podem ser positivas ou negativas, são questões mais relacionadas com o passado recente e o presente do quotidiano chinês, como por exemplo: símbolos de uma China tradicional (exercícios de *Tai Chi* ao ar livre ou mulheres vestidas com o *qipao*) que ainda se verificam mas, também, de uma China moderna (engarrafamentos descomunais, poluição das cidades ou o grande aglomerado de arranha-céus), e, símbolos políticos (Mao Tsé-Tung, o “tank man” da praça Tiananmen, as reuniões do PCC ou as paradas militares do EPL) (Carriço, 2015, p. 205).

147 Que muito tem ajudado na cada vez maior afluência de turistas ao território chinês.

148 A título de exemplo, o esforço pela envolvimento chinesa na sociedade norte-americana tem sido bastante notório, no sentido de criar uma perceção favorável junto da população autóctone. A Frente Unida e as suas agências têm, ao longo de anos, estabelecido redes de contacto nos EUA por meio de instituições académicas, *think tanks*, *media* e setor empresarial de modo a “organizar várias atividades destinadas a tornar o ambiente de informação dos EUA mais benéfico para Pequim” (Allen-Ebrahimian, 2020d).

reforma¹⁴⁹, pois só acabando com esse déficit competitivo seria possível promover “a sua cultura socialista na competição internacional e salvaguardar a sua segurança e soberania cultural” (Carriço, 2015, p. 304).

A indústria dos meios de comunicação e dos novos *media* tem sido a força motriz da crescente disseminação do olhar chinês pelo mundo, tendo o governo gasto milhares de milhões de dólares na presença e disseminação de agências de comunicação no exterior (Rosenberger, 2020). São já bastantes os órgãos de comunicação social chineses com espaço de antena global. Nomes como *Global Times*, *China Daily*, *Xinhua* ou *CGTN* rivalizam com a *Al Jazeera*, a *CNN*, a *BBC* ou a *RT*. Por conseguinte, a reforma no modo de comunicação e prestação da informação tanto para o público interno como para o externo tem propiciado “a melhor profusão de ideias a transmitir pelos representantes chineses” (Carriço, 2015, p. 249).

Se há mais de vinte anos os porta-vozes chineses se recusavam a responder a questões mais sensíveis, hoje, com a aprendizagem e formação em técnicas de *spin off*, juntamente com um corpo de porta-vozes para cada órgão do governo central, a mensagem a passar tem sido mais clara e concisa. Por outro lado, servem também de contrainformação ativa contra ideias ou notícias vindas do Ocidente¹⁵⁰, na medida em que o seu objetivo é clarificar e refutar se o seu conteúdo for percecionado como danoso para os interesses do país (Carriço, 2015, p. 249).

Durante os meses iniciais da pandemia, viu-se um grande esforço da China para disfarçar a má abordagem inicial relativamente ao surto da Covid-19. A chamada diplomacia da máscara comportou em si uma elevada componente de *soft power* por querer transmitir o sentimento de que a China seria a única capaz de providenciar apoio em questões de saúde¹⁵¹, juntamente com as económicas.

Não obstante o investimento e maior ocupação com todas estas questões atinentes ao *soft power*, na prática os resultados obtidos podem ser bastante díspares dos pretendidos. Como Joseph Nye (2006) bem ilustra num seu artigo na *Foreign Policy*, os decisores políticos podem delinear e alterar políticas, podem despende dinheiro em diplomacia pública, programas de intercâmbio e serviços de transmissão ou promover a cultura e os seus valores, no entanto, não conseguem controlar a predisposição da população para aceitar ou não essas medidas ou caminhos. Alexandre Carriço partilha da mesma opinião e no caso específico chinês aponta para o facto de embora se tenham adotado reformas estratégicas nas indústrias cultural e de informação, as mesmas assentam numa base propagandística que têm condicionado a aceitação e uma maior eficácia na credibilidade da mensagem (Carriço, 2015, p. 315).

Prova disso é a atual negatividade da opinião pública global acerca da China. A questão pandémica tem descredibilizado a China aos olhos de muitos países, inclusive alguns com percepções negativas recorde, segundo o inquérito de opinião realizado em catorze países pela Pew Research Institute (Silver et al., 2020). Para além da débil resposta inicial à pandemia, em parte esta descredibilização deve-se à diplomacia agressiva¹⁵² encetada por várias representantes do governo chinês em resposta à culpabilização atribuída à China e à brutalidade de tratamento dos seus cidadãos em prol do objetivo zero Covid. Contudo, esta opinião negativa não se comporta somente ao período recente que vivemos, sendo sim um sintoma que já se vem a verificar há algum tempo. Há muito que os institutos Confúcio são conotados como sendo agências que servem um propósito político e não simples promotoras da cultura chinesa. O mesmo é dito sobre os órgãos de comunicação que são descritos como plataformas de propaganda do PCC. A pandemia veio apenas exacerbar essa opinião, até porque o comportamento chinês tem sido tudo menos conciliatório como mostram as relações azedadas com o Canadá, a Austrália, a

Índia, a Suécia e, obviamente, com os EUA, como também o dirimir das questões de Hong Kong e de Taiwan, entre outros.

Em síntese, o *soft power* é visto para Pequim como mais uma ferramenta ao dispor da sua política externa, embora a sua real valia esteja bastante longe daquela que foi obtida pelos EUA ao longo das últimas décadas. Não só o modelo norte-americano, ou ocidental, se quisermos, é mais atrativo a larga escala do que o chinês, também a Índia parece adaptar-se melhor à consecução do seu *soft power* devido à familiaridade com a língua inglesa ou às liberdades garantidas por uma sociedade dita democrática com uma certa versão de Estado de Direito, que permitiu a captação de algum interesse pela cultura e indústria de entretenimento indiana (Mações, 2018a, p. 111).

À fraca apetência do *soft power* chinês pode apontar-se a língua como fator bloqueador de uma maior atratividade, mas, também, a ideologia, o modelo político, económico e social ou a falta de ações verdadeiramente consentâneas com a retórica propalada¹⁵³. O epíteto de sistema de características chinesas por si só é motivo desagregador ao determinar lados diferentes onde existe uma espécie de “nós” contra “eles”. O modo negativo como cada vez mais países veem a China tem-se mostrado ser um obstáculo para a projeção do seu *soft power* e, consequentemente, para a sua retórica de ascensão pacífica. Esse torna-se, por isso, o grande desafio, na medida em que “as diplomacias pública e militar têm de ter um papel na aproximação dos discursos e da prática/ações chinesas, de modo a não criar perspetivas e percepções desfasadas das pretendidas pelos líderes chineses e suas ambições” (Carriço, 2015, p. 420).

4.4.1. Propaganda

Já falámos acerca do modo de agir do governo chinês interna e externamente e, como referido no subcapítulo anterior, o “fraco sucesso” do *soft power* chinês reside no facto do seu discurso pacífico não encontrar reflexo nas suas ações políticas, militares ou económicas. Apesar do método propagandístico estar devidamente sinalizado pelo Ocidente e por outros

149 “Em 2009, o Conselho de Estado promulgou um “Plano de Revigoração das Indústrias Culturais”, cuja elaboração envolveu mais de uma dezena de agências governamentais e do PCC. Nele foram erigidas as tarefas para a execução da reforma cultural nacional com base na unificação de três componentes: ideológica, artística e mediática” (Carriço, 2015, p. 162).

150 A diplomacia dos “lobos guerreiros” (*Wolf Warrior Diplomacy*, em inglês) é disso exemplo.

151 Através do fornecimento de ventiladores e máscaras ou do envio de profissionais de saúde para vários países, por exemplo.

152 A diplomacia dos “lobos guerreiros” levada a cabo por vários diplomatas e representantes do governo tem consistido numa estratégia de exposição em larga escala de teorias da conspiração como, por exemplo, a que especulava que teria sido o exército norte-americano que “plantou” o vírus em Wuhan.

153 Nomeadamente a questão ao qual este trabalho se debruça, a postura assertiva que em nada reflete o discurso de tom pacífico e não confrontativo.

países rivais da China, existe uma continuidade deste método por via da eterna necessidade de estabilidade governativa do PCC.

À parte de toda a censura informativa, do controlo da *internet*, do aprisionamento de dissidentes ou da opacidade e controlo por parte do regime de todas as questões da sociedade chinesa, a propaganda do Estado chinês tem registado níveis e atingido um alcance nunca antes tido. Ao contrário da diplomacia pública, a propaganda utiliza métodos coercivos e encobertos, não tem como pressuposto o Estado de Direito e é contra as normas e princípios da democracia liberal.

Estamos na era da informação aberta e abundante, onde a dificuldade se prende com a qualidade da informação que se obtém e não com a sua quantidade. Isto é terreno fértil para países cujos objetivos passem pela desestabilização interna de países rivais através do método da desinformação. São casos disso a interferência russa nas eleições norte-americanas de 2016, no referendo sobre a saída do Reino Unido da UE (*Brexit*) ou nas eleições presidenciais francesas de 2017. Por parte de Pequim, começamos a assistir também as mesmas táticas de subversão e influência externa, através de estratégias que passam mais pela tentativa de criar dúvida, dissensão e desacordo do que propriamente promover determinado ponto de vista (Rosenberger, 2020).

Os métodos de influência estão cada vez mais sofisticados e dissimulados. Com a disseminação do vírus pelo mundo e o crescente aparato de encontrar respostas para as questões do seu surgimento, a ofensiva chinesa foi pronta na criação de teorias de conspiração através de métodos de desinformação nas redes sociais, como a prosseguida através do *Twitter*. O fluxo de tuítes por oficiais do governo desde Janeiro mais que duplicou com cerca de 90 000 publicações nessa rede social provenientes de 200 contas de diplomatas e representantes do governo (Schecter, 2020), com especial destaque para Zhao Lijian, porta-voz do Departamento de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Hua Chunying, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ainda no *Twitter*, a rede social suspendeu milhares de contas que serviam de amplificadoras de empenhamento do conteúdo publicado favoravelmente à China – os chamados “*bots*” (Euractiv, 2020). Ao mesmo tempo, durante os últimos tempos, verificou-se um aumento

de 250% no número de diplomatas e embaixadas com conta no *Twitter* (Rosenberger, 2020). Também, o acontecimento trágico que levou à morte do cidadão norte-americano George Floyd foi motivo de propaganda chinesa, na medida em que serviu para desviar por momentos a atenção da promulgação da lei de segurança nacional de Hong Kong e denegrir a imagem dos EUA com a retórica “que são um país inseguro, caótico e assolado por conflitos raciais”, não tendo base moral para criticar as ações chinesas que violam os direitos humanos e civis do seu próprio povo (Wertime, 2020). Ou seja, semelhantemente à Rússia, a China também tem tentado exercer influência no foro doméstico de outros territórios. Não só nos EUA como, também, em Taiwan por exemplo¹⁵⁴. Na eleição presidencial ocorrida no princípio de 2020, o governo chinês encetou uma vasta campanha de informação com o objetivo de beneficiar o candidato que lhe era mais favorável e semear a desconfiança na democracia da ilha Formosa (Doshi, 2020). O processo de influência chinesa sobre o conteúdo informativo de Taiwan tem vindo a ser preparado há muitos anos, segundo diz uma investigação da *Reuters*, com as autoridades da China continental a pagarem pelo menos a cinco grupos de imprensa taiwaneses para terem cobertura jornalística em publicações e serviços de televisão (Cheng e Lee, 2019). A maioria do conteúdo foi pago pelo Ministério destacado para os assuntos de Taiwan, no entanto outros órgãos do governo também recorreram ao mesmo (Cheng e Lee, 2019). Este processo de influência não se consubstancia apenas na promoção de narrativas tendenciosas e de propaganda. O objetivo tem sido reformular a produção, a disseminação e o consumo dessa informação em Taiwan. Por outras palavras, a China tem aplicado recursos para “influenciar todas as fases da cadeia de fornecimento de informação, desde as pessoas que produzem conteúdo até às instituições que os publicam e as plataformas que os entregam diretamente aos consumidores”¹⁵⁵.

154 Pese embora para Pequim este não seja um território estrangeiro, para nós e por via das circunstâncias é, por isso tratá-lo-emos como tal.

155 Os recursos aplicados vão desde incentivos – monetários e outros – aos jornalistas e “*opinion makers*” para escreverem ou falarem favoravelmente sobre a China até à tentativa de controlo dos grupos de imprensa ou das estações de *media* através de aquisições, investimentos, publicidade, etc. Muito desse investimento,

Segundo Rush Doshi (2020), este método está já a ser implementado noutras regiões como América Latina e África, onde são organizadas anualmente conferências com centenas de jornalistas e, muitas vezes, complementadas com viagens pagas para a China.

Até na própria indústria cinematográfica se têm verificado reformas pois, segundo o PCC, esta, se não monitorizada, poderá ter efeitos perversos na perceção por parte da população chinesa. Por isso, a censura relativamente a filmes ocidentais, em grande medida de Hollywood, tem sido recorrente por conterem, segundo Pequim, conceitos pejorativos em relação à China ou por ridicularizarem, na perspetiva chinesa, a sua história. Prevê-se que o mercado cinematográfico chinês ultrapasse o norte-americano dentro em breve e o PCC percebe a importância disso. Deste modo, usa esta vantagem para influenciar as indústrias de cinema estrangeiras, caso contrário a exclusão de filmes que incluam conteúdo reprovável aos olhos chineses ou filmes que integram atores ou que sejam produzidos por Estúdios que se tenham manifestado contra as políticas do PCC (Allen-Ebrahimian, 2020c) verão as suas produções barradas na China.

Os agentes de comunicação chineses, sejam eles representantes governativos ou órgãos de comunicação social, têm determinadas diretrizes a seguir para o bom funcionamento da estratégia de comunicação geral da China. Essas diretrizes de propaganda promulgam um enviesamento do pensamento da opinião pública, através da estratégia das três proximidades (próximos da realidade, da vida e das massas) e da canalização da opinião pública para uma perceção positiva do PCC¹⁵⁶ (Carriço, 2015, p. 271). Desse modo, a promoção de uma narrativa e pensamento positivo¹⁵⁷, não divulgar notícias negativas em períodos de férias ou datas sensíveis, não divulgar problemáticas que não possam ser facilmente resolvidas, dar maior exposição aos assuntos atinentes ao desenvolvimento económico,

por ser uma grande fatia da receita de muitos meios de comunicação, acaba por condicionar a ações destes, subjugando-os à vontade chinesa (Doshi, 2020).

156 Quando a perceção da opinião pública for discordante ou negativa de certa política do PCC os *media* devem revertê-la.

157 Enfatizar as ações externas positivas da China, sendo o caso mais recentemente a prestação de auxílio a vários países durante a pandemia.

contundir as políticas dos EUA, não promover perspectivas/opiniões defendidas por países não amigos da China e censurá-las, utilizar a terminologia oficialmente aprovada e reforçar a narrativa de Taiwan como pertencente à RPC, fazem parte de uma estratégia de comunicação concisa, bem direcionada e coordenada em prol dos interesses do Estado (Carriço, 2015, p. 270). Como forma de reforçar estas diretrizes, “o Gabinete de Informação do Conselho de Estado determinou que as instituições e organismos sob a sua alçada deveriam adotar” uma comunicação rápida para ganhar a iniciativa e o controlo na disseminação da informação, comunicar continuamente com o público e informá-lo sobre os mais recentes desenvolvimentos, comunicar com precisão para receber o reconhecimento e a confiança do público, e comunicar repetidamente para reforçar a mensagem pretendida (Carriço, 2015, p. 274).

Posto isto, atualmente, a informação caracteriza-se como uma fonte de poder na luta entre Estados. Para a China, a informação é um novo campo de batalha, não um veículo para a verdade, neutralidade ou objetividade (Doshi, 2020), podendo a competição pela opinião pública valer grandes ganhos que não seriam possíveis através de outros recursos. A narrativa do PCC molda-se consoante o ambiente para o qual está a falar, o seu discurso interno é bem diferente do externo pois os seus objetivos e recetores são também eles diferentes¹⁵⁸.

O governo chinês pretende projetar para o exterior uma imagem positiva, enquanto tenta obstar a que qualquer abordagem negativa relativamente a si ou à disseminação de valores e ideais entendidos como prejudiciais à estabilidade interna e à autoridade e legitimidade do PCC possam propagar-se entre a opinião pública chinesa (Carriço, 2015, p. 314).

Enquanto internamente importa continuar o discurso de desenvolvimento económico e aumento dos níveis de vida puxando, ao mesmo tempo, pelo fervor nacionalista, por outro lado, externamente as palavras de Xi Jinping e dos restantes membros do governo têm de conter maior cautela e enfatizar a cooperação e o multilateralismo como forma de estar chinesa no sistema internacional.

158 De realçar também a importância que a diáspora chinesa tem no prosseguimento e consecução do ponto de vista chinês dentro das comunidades estrangeiras.

5. Uma Ordem Mundial Chinesa?

Referimos por várias vezes a palavra estabilidade. Para nós, tem sido a palavra mais importante no desenvolvimento da RPC. Foi premente preservar a estabilidade dentro da própria China, a estabilidade no contexto internacional e, dentro deste, a estabilidade nas relações que Pequim mantém com os outros atores do SI. Aliás, a China, ao encontrar-se atualmente num dilema por via do seu estatuto no sistema atual, faz da retórica de “desenvolvimento pacífico e mundo harmonioso” o seu método de preservação dessa estabilidade internacional que teme ser beliscada. A China encontra-se na fase mais agressiva do seu processo de desenvolvimento enquanto Estado, que tem a ver com a recuperação/aquisição de territórios que vê legitimamente como seus, a par da expansão da sua influência global¹⁵⁹. A China iniciou em 1997, com o regresso da administração de Hong Kong a Pequim, esta fase do processo (Carriço, 2013, p. 25). Esta fase têm-se vindo a intensificar na última década, nomeadamente com as ações chinesas no Mar do Sul da China, com as recentes leis securitárias aplicadas a Hong Kong ou com as constantes ameaças sobre Taiwan, mostrando que a China se sente muito mais forte e predisposta para a ação do que anteriormente. No entanto, segundo Alexandre Carriço (2013, p. 26), existe a consciência que o seu poder relativo é ainda impeditivo da concretização desta fase e, por isso, “a prossecução e defesa de um conceito semanticamente utópico mas filosófica e sinocentricamente apelativo como o de «mundo harmonioso», destina-se a consolidar a fase atual”, com o intuito de minimizar as perceções externas negativas quanto às potenciais intenções revisionistas do país à medida que o seu poder vai aumentando.

O sistema chinês é um híbrido entre aqueles que se confrontaram na Guerra Fria – o modelo norte-americano, de democracia pluralista aliada ao primado do direito e à economia de mercado, contra o modelo da URSS, que se

apoiava na centralização de poder do partido comunista, numa economia planificada e na ideologia marxista-leninista (Gaspar, 2020, p. 13). Assim sendo, ao contrário do sistema soviético, a sua adaptação à ordem liberal tem sido exequível, encontrando-se a China atualmente suficientemente integrada para proceder às suas próprias reformas dentro da mesma.

Parece-nos claro que a China já desistiu de tentar diminuir as perceções negativas que as outras potências têm sobre si. O comportamento chinês passou da “lógica de redução das diferenças” para a “gestão e controlo das diferenças” (Carriço, 2013, p. 30), ou seja, pese embora o comportamento e discurso coadjuvante da China se mantenha, podemos verificar uma vontade de mudar o paradigma da ordem internacional. Desse modo, por exemplo, a constante divulgação dos cinco princípios de coexistência pacífica¹⁶⁰ revela o objetivo de inserir na comunidade internacional princípios normativos sob o ponto de vista chinês, colocando a tónica no anti-imperialismo ocidental, e, sobretudo, o determinar de linhas vermelhas de que nunca abdicará. Os pressupostos daquilo que será (ou não) uma ordem mundial sinocêntrica darão prevalência à preservação da soberania dos Estados, à não interferência nos assuntos internos ou à inviolabilidade das fronteiras territoriais de cada um, tudo isto segundo um princípio organizador hierárquico. De acordo com Alexandre Carriço (2015, p. 429), “no plano da segurança e defesa, a estratégia passa então por desenvolver e implementar uma estratégia de *balancing of threat*”, com o objetivo de “numa primeira fase atingir a preponderância regional partilhada (até 2021) e, posteriormente (até 2050), a preponderância global partilhada com os EUA”.

Para Xiang Lixin (2020), o abandono chinês da sua postura recatada na ordem internacional revela-se precipitado, pois o domínio militar não se encontra ainda preparado, levando o resto do mundo a interrogar-se como será

159 Podemos dividir este processo em: “fase preparatória”, onde o país contribuiu para a preservação de uma periferia pacífica e estável prevenindo ações separatistas e instabilidade interna; “fase de modelação”, que é a fase atual; e “fase económica estratégica”, na qual a comunidade internacional aceitará o papel chinês na nova ordem política e económica que se criará (Carriço, 2013, p. 25).

160 O respeito de todas as pessoas a escolherem o seu próprio caminho; o dirimir de litígios internacionais através do diálogo, negociação e consulta; oposição à interferência nos assuntos internos de terceiros, abuso dos fracos pelos fortes e qualquer tentativa de impor a vontade de uns sobre os outros; parcerias em vez de alianças e a não junção a blocos militares; e, oposição à agressão e expansão, e ao uso arbitrário ou ameaça do uso de armas (China, 2019b, p. 8).

quando a China se tornar efetivamente dominante.

A janela de oportunidade aproveitada pela China, que Jiang Zemin definiu como sendo as duas primeiras décadas do século XXI, tem mudado drasticamente as Relações Internacionais e as mecânicas estruturais que se verificavam desde 1991. Nessa época, o colapso da União Soviética veio provocar mudanças estruturais na balança do poder mundial a favor dos EUA, que eram dominantes em todas as dimensões de poder relevantes (Gaspar, 2020, p. 8). Atualmente, com a inserção chinesa na ordem mundial liberal, temos vindo a verificar novas mudanças estruturais devido ao equilibrar de Pequim nestas dimensões de poder relevantes e, com isso, a balança do poder encontra-se novamente em mutação. A RPC não é a URSS, o seu poder não se restringe apenas ao militar e nuclear, estando a diminuir o diferencial estratégico relativamente aos EUA em todos os domínios relevantes (economia, ciência e tecnologia, cibernético, espacial e, claro, o militar) (Gaspar, 2020, p. 67). A ultrapassagem chinesa nesses parâmetros, que servem de avaliador do poder nacional, prevê-se que aconteça em 2049, consequentemente podemos estar a verificar o fim dos impérios marítimos e a ver nascer “a ordem hierárquica das potências (tradicionalmente) continentais” (Gaspar, 2020, p. 45). Pequim tem aproveitado o declínio dos EUA e, consequente retraimento¹⁶¹, na esfera internacional para encetar políticas mais agressivas na sua esfera de influência, tendo até alargado essa influência estratégica à região do Indo-Pacífico e Eurásia (Gaspar, 2020, p. 40).

161 Desde o início do milénio que se foram acumulando exemplos do declínio norte-americano em geral, desde logo as intervenções unilaterais dos EUA, em nome do combate ao terrorismo, que se vieram a constatar, nalguns casos, excessivas e, por outro lado, mal geridas e resolvidas, provocando outros focos de problema nos anos seguintes. A crise financeira de 2008 foi, também, um ponto importante na acentuação do declínio norte-americano, porque embora se tenha evitado uma Grande Depressão ocorreu uma recessão enorme no espectro económico ocidental, enquanto que do lado asiático se verificou uma retoma muito mais rápida, tornando países como a China ou a Índia em motores do crescimento económico mundial (Gaspar, 2020, p. 36). Segundo Carlos Gaspar (2020) acontecimentos como estes deram uma perceção de declínio global dos EUA, tendo sido naturalmente explorado pela China e, também, pela Rússia.

Como diz Graham Allison (2018), a isto podemos chamar de “stress estrutural”, quando uma potência que ascende provoca perturbações no *status quo* da potência hegemónica. A balança do poder está a inclinar-se cada vez mais para Pequim, isso deveu-se em grande parte à sua rede económica global. O século XXI rege-se por um outro conceito que não o poder militar: o económico. Graham Allison (2018, p. 20) atribui à geoeconomia, que não é mais do que instrumentos económicos (desde o comércio e políticas de investimento às sanções, ciberataques ou ajudas externas) usados para alcançar objetivos geopolíticos, o conceito que enforma a nova balança de poder. A China tem sido uma praticante ávida deste conceito, pois a sua conduta em política externa tem sido primeiro que tudo em termos económicos (Allison, 2018, p. 21). A grandeza chinesa, seja como produtor ou como consumidor, impossibilita quase automaticamente qualquer Estado a não precisar da China para parceiro económico.

Tendo isso em mente, é interessante verificar que a opinião chinesa é cada vez mais levada em conta nos assuntos internacionais. Tal como Bruno Mações afirma (2018a, p. 12), atualmente qualquer assunto tem uma perspetiva ou ângulo de opinião chinês, também, porque qualquer assunto pode ter o contributo e muitas vezes precisa do contributo chinês. Com este crescimento na esfera internacional aumentou a insatisfação chinesa de ver o seu poder pouco representado em certos arranjos institucionais¹⁶² (Allison, 2018, p. 22). Por isso, forjou novas instituições de perfil idêntico e, com grande sucesso e adesão, como por exemplo o BAII de cariz financeiro, mas com o cunho identitário e normativo de Pequim. Por outro lado, tem desenvolvido uma estratégia de governança global em temas como saúde, tecnologias de informação e ciberespaço e alterações climáticas, aumentando o seu poder de influência em instituições como a OMS ou aprofundando os laços diplomáticos noutras, como a OCS.

Ao revisitar Kluger e Organski (1989), constatamos que o poder relativo de ambas as potências e o grau de (in)satisfação da potência emergente encontram-se propícios para posturas revisionistas – o reordenamento do sis-

162 Nomeadamente o poder dos EUA em delinear a administração de certas instituições como o FMI ou o Banco Mundial.

tema com a China no seu centro. Deste modo, em que moldes se cimentará a futura ordem mundial com novamente duas grandes potências em competição estratégica, mas desta vez com um nível de interdependência brutal?

A estratégia de *offshore balancing*¹⁶³ norte-americana para a região asiática parece ser impossível de ser bem-sucedida. Os EUA, mesmo empenhando esforços com ativos militares no perímetro territorial de Pequim, cada vez sentirão mais dificuldades para conter a preponderância regional chinesa. A China e as nações asiáticas e do Pacífico assinaram, a 15 de Novembro de 2020, o maior acordo comercial do mundo – a Parceria Económica Abrangente Regional (RCEP, na sigla inglesa). Em conjunto perfazem cerca de 30% do PIB mundial (Lusa, 2020c). O reforço das relações diplomáticas e económicas da China com os seus vizinhos encorajará (ou coagirá) a cooperação noutras áreas, aprofundando a dependência destes face à mesma (Allison, 2020, p. 153). Isto poderá ser o resultado de uma postura de *bandwagoning*¹⁶⁴ dos Estados mais fracos para com a potência emergente, consubstanciando-se na aceitação de um sinocentrismo regional.

A China tem uma posição de superioridade militar na Ásia e não teme nenhum dos seus vizinhos. Essa posição excepcional para uma potência continental tornou possível a sua

163 A estratégia de *offshore balancing* propõe que os EUA encorajem os outros países a assumir a liderança na contrabalança às potências emergentes nas suas regiões, intervindo os EUA apenas quando necessário. Os objetivos da estratégia são a preservação da hegemonia norte-americana no hemisfério ocidental e o bloqueio da emergência de outra potência hegemónica em três regiões fulcrais: Europa, Ásia Oriental e Golfo Pérsico. Isto decorre em alternativa à posição que durante anos fez parte da estratégia norte-americana, a hegemonia global, com a premissa dos EUA serem o “polícia do mundo” e estarem presentes em todos os teatros de operação relevantes (Mearsheimer e Walt, 2016).

164 Stephen Walt fala de *bandwagoning* referindo-se aos Estados que optam por se aliar à fonte de perigo ou Estado rival/adversário. Para Walt, fazem-no porque acreditam que a resistência a essa ameaça é impossível ou serve de forma apaziguadora, ao aliar-se com o Estado ou coligação em ascendência, os *bandwagoners* evitam qualquer tipo de iniciativa da(s) potência(s) ascendente(s) contra si (Walt, 1990, p.21). Neste caso em concreto, os Estados asiáticos menores enfrentam o dilema de alinharem com a China e ficarem subjugados ao seu poder ou oporem-se à sua hegemonia regional e sofrerem com as consequências dessa posição.

transformação numa potência anfíbia, concentrada na competição com os EUA, nomeadamente na fachada marítima asiática: alguns analistas já admitem a superioridade chinesa para uma contestação da presença norte-americana no Pacífico Ocidental¹⁶⁵ (Gaspar, 2020, p. 47).

Não obstante a China não ter alianças formais com nenhum Estado relevante¹⁶⁶, a sua ascensão vem contrariar o rumo histórico e todas as teses que dizem: “uma potência marítima tem melhores capacidades para controlar a Ilha Mundo”. Com a *BRI* a visão de Halford Mackinder ganha um novo sentido no pensamento dos estrategistas mundiais e, com isso, a oportunidade de ofuscar a tese de Alfred Mahan que advogava a importância do poder marítimo no domínio do sistema internacional (Allison, 2018, p. 126). E, a teoria “dualista” de Nicholas Spykman alcança também ela novas formas de aplicação, na medida em que uma potência continental que adquira uma capacidade marítima efetiva como a que a China está a construir poderá aspirar a dominar a Eurásia. Sob este ponto de vista, continuamos a reivindicar que o domínio marítimo revela-se de suma importância na avaliação do poder internacional e na consecução da política externa das grandes potências. No entanto, a China tornar-se-á a primeira potência tradicionalmente continental a partilhar da mesma potencialidade que as anteriores potências hegemónicas tiveram, onde todas(!) elas eram marítimas.

Estamos a voltar às esferas de influência e a China será mais uma potência (hegemónica ou não) regional dentro da futura ordem mundial. Com uma diferença, é que em relação ao sistema saído de Vestefália e à semelhança do sistema tributário imperial, para a China a hierarquização do sistema “constitui-se na ordem natural do universo” (Allison, 2018, p. 111), pelo que a harmonia e a paz, para Pequim consubstanciam-se no reconhecimento pelos seus pares desse destino.

165 A perda de preponderância norte-americana na região pode ser atenuada pela presença de duas potências que são rivais sistémicos de Pequim: Índia e Japão. Nova Deli e Tóquio querem impedir que a China transforme a Grande Ásia numa esfera de influência exclusiva e, por isso, convergem na defesa da ordem liberal das democracias no Indo-Pacífico (Gaspar, 2020, p. 49).

166 Tendo apenas uma aliança digna desse nome com a Coreia do Norte.

Esta mudança estrutural não acontecerá no futuro, está já a ocorrer diante dos nossos próprios olhos e desde há algum tempo, e a pandemia apenas veio acelerar essa tendência.

5.1. Hegemonia Regional Chinesa

Se analisarmos os acontecimentos dos últimos anos no Mar do Sul da China podemos traçar um paralelismo com a ascensão norte-americana no SI. A China, se quiser exercer maior influência global, terá de ganhar efetivo poder regional, provocando o afastamento norte-americano da sua periferia com as suas bases militares e postos avançados, tendencialmente desfazendo também as alianças que este mantém com os outros Estados regionais. Enquanto isso não acontecer, continuará a projetar as suas forças militares numa ótica defensiva em vez de ofensiva (Brands e Sullivan, 2020), o inverso daquilo que é uma verdadeira potência global.

Foi essa a lógica da ascensão norte-americana entre os séculos XIX e XX. A doutrina Monroe e, mais tarde, o Corolário Roosevelt doutrinaram o comportamento dos EUA para a sua escalada hegemónica global através da criação de uma esfera de influência no continente americano que permitiu salvaguardar a sua zona periférica e, assim, alocar recursos noutras regiões do globo. Para Pequim será mais difícil subjugar os seus vizinhos do que foi para os EUA naquela época, no entanto, talvez se possa atribuir semelhante papel à RPC na Ásia Oriental.

Os líderes chineses concordam que os EUA tiveram um papel importante no crescimento dos países asiáticos, incluindo a China, ao providenciarem segurança e estabilidade para a região. Todavia, diz Graham Allison (2018, p. 126), tal como o Reino Unido aceitou a perda de influência no hemisfério ocidental no século XX, também os EUA têm de se limitar ao seu papel e colocarem-se no seu devido lugar. Xi Jinping já reivindicou o seu corolário: “It is for the people of Asia to run the affairs of Asia, solve the problems of Asia and uphold the security of Asia”¹⁶⁷ (Jinping, 2014). Com base nisto, Pequim começou por alegar questões pacíficas para as ações no Mar do Sul

167 Tradução nossa: “Cabe ao povo da Ásia administrar os assuntos da Ásia, resolver os problemas da Ásia e defender a segurança da Ásia”.

da China, como ajuda marítima e investigação científica. No entanto, as suas operações alargaram-se a construções e aumentos territoriais em ilhas artificiais através de bancos de areia¹⁶⁸. Com isto, em muitas dessas ilhas foram incorporados equipamentos militares estratégicos, como material antiaéreo, antimíssil e armas navais, e aeródromos. Como já tivemos oportunidade de referir, Pequim tem investido nas suas capacidades terrestres, navais e aéreas de modo a garantir um equilíbrio tático em relação aos EUA e aumentar cada vez mais os riscos e custos da presença norte-americana na sua periferia. Consequentemente, a China pretende impor restrições à livre navegação de embarcações militares nas águas cuja jurisdição reivindica como sendo a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), o que é refutado pelos seus vizinhos regionais e pelos EUA. Por seu lado, os EUA e as outras partes interessadas alegam a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar¹⁶⁹ (UNCLOS, na sigla inglesa) como garante da livre navegação nas ZEE sem precisar de qualquer notificação.

Numa simulação de guerra feita pelo Pentágono¹⁷⁰ “em todos os últimos dezoito jogos de guerra que envolveram a China no estreito de Taiwan, os EUA perderam” (Allison, 2020, p. 34). A pressão sobre Taiwan tem-se vindo a intensificar, a Marinha e a Força Aérea chinesas têm conduzido exercícios militares perto da ilha e, também, nas águas circundantes do estreito de Miyako que fica entre Taiwan e o Japão (Green e Medeiros, 2020). Num momento de tensão crescente com o principal aliado de Taipé, a conduta chinesa no estreito da Formosa não deixa de surpreender. Ao contrário do apelido dado por Spykman ao Mar do Sul da China como o “mediterrâneo asiático”, é mais provável que esta grande porção marítima se torne como o mar das Caraíbas, pois os vizinhos no sudeste asiático terão a mesma deferência para com a China que os

168 De referir que esta é uma região que acolhe algumas das linhas de comunicação marítima mais importantes do globo, tendo tido um comércio de 3,37 biliões de dólares em 2016 e 40% do gás liquefeito mundial passou por aqui em 2017, ao mesmo tempo é portadora de grandes quantidades de recursos naturais como hidrocarbonetos (Global Conflict Tracker, 2020).

169 Pese embora os EUA não tenham ratificado este acordo.

170 Prática habitual para situações de elevado grau de risco.

países da América latina têm tido para com os EUA (Allison, 2020, pp. 36-37).

Posto isto, o pensamento de Spykman parece adequar-se perfeitamente na projeção atual da China enquanto potência inserida no chamado *rimland*. A região da Eurásia é o foco da política externa chinesa e o projeto da *BRI*, embora tenha como foco inicial a periferia chinesa, nomeadamente Ásia Central e região do Indo-Pacífico, tem a Europa como o seu objetivo final e principal justificação (Bruno Mações, 2018a, p. 138). Como Bruno Mações explicou no seu livro “O Despertar da Eurásia”, o próximo século centrar-se-á não no domínio asiático, europeu ou americano. Ao invés, este será o século eurasiático. O que Mações quer dizer, é que será um mundo onde visões muito diferentes de ordem política, social e cultural são misturadas e forçadas a viver juntas, ou seja, um mundo multipolar. A China terá a pretensão de obter a preponderância que lhe permitirá refazer “uma configuração atualizada e mais informal do «sistema tributário» (uma versão 2.0)”, para idealmente excluir os EUA ou reduzir consideravelmente o seu poder de influência na região e no futuro partilhar a hegemonia global com Washington (Carriço, 2015, p. 130).

6. Conclusão

Neste trabalho foi proposta uma análise sobre a dicotomia existente entre a retórica oficial chinesa e a conduta prática e as verdadeiras políticas emanadas de Pequim. Esta análise tinha à partida uma perspetiva conclusiva de desfasamento entre aquilo que é a teoria e a realidade do objeto de estudo em causa.

O discurso governativo oficial que apela ao “mundo harmonioso” como o objetivo a alcançar advém de uma retórica milenar instalada na cultura e sociedade chinesas que tem no Confucionismo o seu maior influenciador. A China é uma civilização cujas raízes culturais milenares dão prioridade à maximização dos ganhos a longo-prazo e a tirar de cada crise¹⁷¹ uma oportunidade para florescer. Este modo de estar diferencia-se determinantemente do ocidental, mais rígido e determinista. Ao invés o chinês constata-se mais pragmático e orgânico. Também o modo de ver as Relações

Internacionais, as relações entre o Estado e as pessoas ou as relações interpessoais revelam-se de maneira tão diferente que a sua perspetiva de ordem e interligação entre os seus atores diverge sobremaneira da do Ocidente. Segundo isto, pressupostos antigos como a China sendo o centro do mundo, o sistema tributário ou o comportamento defensivo estão hoje mimetizados em conceções como a soberania como conceito indivisível, a rejeição de interferência nos assuntos internos de cada Estado, a condescendência baseada no princípio organizador da hierarquia ou o conceito de ascensão pacífica para um mundo harmonioso. Não obstante, o mundo de que hoje a China faz parte é uma realidade totalmente diferente e, por isso, o seu comportamento teve de se moldar a ele.

Desde o fim do Império do Meio e até hoje, a China sofreu sucessivas metamorfoses, começando na fase mais negra da sua história, o século da humilhação, passando pela era Mao, não menos trágica, e pelas reformas económicas de Deng Xiaoping, até à janela de oportunidade do século XXI que significa o restabelecer da posição sinocêntrica no mundo.

A ordem mundial liberal trouxe oportunidades para a ascensão chinesa e a recuperação da sua posição relevante nas Relações Internacionais tornou-se natural e previsível ao longo dos anos, na medida em que os fatores endógenos são por si só possibilitadores dessa posição. No entanto, a ambição de Pequim revelou-se preponderante para a sua categórica ascensão nas últimas três décadas.

Todo o plano estratégico a longo prazo tem sido quase imaculado, muito por culpa do sucessivo crescimento económico. Com isso, a sua população viu a qualidade de vida melhorada, inclusive com a retirada de milhares de milhões de pessoas do limiar da pobreza, e o país observou o crescente desenvolvimento de todos os seus diversos setores. Consequentemente, este desenvolvimento permitiu que as suas capacidades e domínios relevantes, avaliadores do poder de um Estado no SI, atinxissem níveis de superpotência.

Como dissemos, a ambição chinesa e o desejo de restabelecer a sua centralidade no sistema internacional têm vindo a provocar um stress estrutural na balança do poder regional e global. Pequim sentiu necessidade de encobrir esta ascensão através de uma retórica de pacificidade e de cooperação com o motivo de ser

integrada na ordem mundial, de modo a não criar dilemas e dúvidas quanto às suas intenções, nomeadamente em relação à potência hegemónica. Ora, atualmente, a China já não se preocupa tanto com as perceções negativas e avançou para uma lógica de gestão e controlo das diferenças entre ela e os principais defensores do sistema vigente.

Com base nisso, pudemos corroborar com esta investigação que o seu comportamento com enraizamentos pacíficos tem derivado para uma assertividade militar, económica, diplomática e tecnológica. O *low profile* seria impossível de manter por muito mais tempo com tamanho rasto deixado um pouco por todo o mundo, e o receio das outras potências tornar-se cada vez maior. Não porque veem uma China liderante e a formar a sua posição na comunidade internacional, mas porque esta assertividade se verifica ainda antes da supremacia chinesa no sistema internacional, colocando-se a questão de como será uma China quando o e se o alcançar.

Prevê-se uma futura ordem mundial bastante diferente da que particularmente vivemos até agora. Tudo indica que será a um nível superior uma luta entre EUA e China e a um nível inferior uma ordem multipolar com inúmeros atores influentes em cada uma das suas regiões. Não se tratará forçosamente da dicotomia bipolar da Guerra Fria, até porque como vimos a China não é a URSS, mas as esferas de influência vão voltar à agenda de política externa das grandes potências. O que não se sabe é se será uma ordem mundial reconfigurada com a China no seu centro, relegando os EUA e o seu sistema da posição hegemónica, se uma onde duas visões de ordem mundial coexistirão em processos constantes de equilíbrio ou, até, uma onde a China perca o *momentum* para reformar a atual ordem mundial e veja como aceitável a sua posição na mesma. Terá Pequim capacidade para uma hegemonia regional e a longo prazo obter uma hegemonia partilhada com os EUA? Ou conseguirá Washington evitar a supremacia hegemónica de outra potência noutra região? Pelo menos uma coisa parece-nos previsível, a China é, e será, um dos centros do mundo deste século. Este seria um tema, certamente, com muito mais para escrever e poderá ser objeto de futuras análises e estudos, pois a sua relevância permanecerá atual nas próximas décadas e a sua abrangência é indubitavelmente imensa.

171 Crise em mandarim diz-se *weiji* que significa simultaneamente perigo (*wei*) e oportunidade (*ji*).

Referências

- AGOSTINHO, Santo (1996) - Cidade de Deus. 2.^a ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALBERT, Eleanor (2019) - China's Global Port Play. The Diplomat [Em linha]. (11 Mai. 2019). [Consult. 4 ago. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://thediplomat.com/2019/05/chinas-global-port-play/>.
- ALBERT, Eleanor (2020) - China-Taiwan Relations. Council on Foreign Relations [Em linha], (22 Jan. 2020). [Consult. 29 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.cfr.org/backgrounder/china-taiwan-relations>.
- ALBERT, Eleanor; MAIZLAND, Lindsay (2020) - Democracy in Hong Kong. Council on Foreign Relations [Em linha]. (30 Jun. 2020). [Consult. 28 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.cfr.org/backgrounder/democracy-hong-kong>.
- ALLEN-EBRAHIMIAN, Bethany (2020a) - Beijing draws Chinese companies even closer [Em linha]. [S.l.] : Axios. [Consult. 25 set. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.axios.com/beijing-draws-chinese-companies-even-closer-519f1f10-d8e2-45b9-81bc-74f17c1b26e5.html>.
- ALLEN-EBRAHIMIAN, Bethany (2020b) - China envisions a century of power as the world grows dependent [Em linha]. [S.l.] : Axios. [Consult. 14 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.axios.com/china-xi-jinping-world-power-ab889b35-b5de-4e9b-b6a4-95e1c0110773.html>.
- ALLEN-EBRAHIMIAN, Bethany (2020c) - China is censoring Hollywood's imagination [Em linha]. [S.l.] : Axios. [Consult. 6 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.axios.com/china-censor-hollywood-films-14d77229-b853-4e7a-8635-71191393615d.html>.
- ALLEN-EBRAHIMIAN, Bethany (2020d) - China's influence operations are getting harder to hide [Em linha]. [S.l.] : Axios. [Consult. 7 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.axios.com/chinas-influence-operations-are-getting-harder-to-hide-462c6ed5-bfd5-4ba0-a92d-fd3c1593d444.html>.
- ALLISON, Graham (2018) - Destined for War – Can America and China escape Thucydides's trap?. [S.l.]: Scribe.
- ALLISON, Graham (2020) - The new spheres of influence - sharing the globe with other great powers. Foreign Affairs. 99:2 (March-April 2020).
- BITZINGER, Richard A. (2015) - China's Double-Digit Defense Growth. Foreign Affairs. ISSN 0015-7120. (March 2015). [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: BITZINGER, Richard A. - China's Double-Digit Defense Growth>.
- BLANCHETTE, Jude [et al.] (2020) - Hidden Harbors: China's State-backed Shipping Industry. [S.l.] : CSIS. Disponível em WWW:<URL: https://www.csis.org/analysis/hidden-harbors-chinas-state-backed-shipping-industry>.
- BRANDS, Hal; SULLIVAN, Jake (2020) - China Has Two Paths to Global Domination. Foreign Policy [Em linha]. (22 Mai. 2020). [Consult. 16 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://foreignpolicy.com/2020/05/22/china-superpower-two-paths-global-domination-cold-war/>.
- CAREY, Lachlan; LADISLAW, Sarah (2019) - Chinese Multilateralism and the Promise of a Green Belt and Road. [S.l.] : CSIS.
- CARRIÇO, Alexandre (2013) - Grande Estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. Relações Internacionais [Em linha]. ISSN 1645-9199. 38 (2013) 23-33. [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-91992013000200003&lng=pt&nrm=i>.
- CARRIÇO, Alexandre (2015) - Harmonizando o poder: imagem, diplomacia pública e diplomacia militar da China. [S.l.] : Letras Itinerantes. ISBN 978-989-99409-0-1.
- CARRIÇO, Alexandre (2016a) - A cultura estratégica da China : evolução na continuidade. Proelium [Em linha]. 7:10 (2016) 57-88. [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://revistas.rcaap.pt/proelium/article/view/8914>.
- CARRIÇO, Alexandre (2016b) - República Popular da China : nacionalismo e secessionismos. Janus [Em linha]. (2016) 92-93. [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2949/1/2.19_AlexandreCarriço_RPChina.pdf>.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (2020a) - Field Listing: Exports – partners. The World Factbook [Em linha] [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/241.html>.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (2020b) - Field Listing: Imports – partners. The World Factbook. [Em linha]. [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/403.html>.
- CHENEY, Clayton (2019) - China's Digital Silk Road: Strategic Technological Competition and Exporting Political Illiberalism. Council on Foreign Relations [Em linha]. (26 Set. 2019). [Consult. 4 ago. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.cfr.org/blog/chinas-digital-silk-road-strategic-technological-competition-and-exporting-political>.
- CHENG, I. -hwa; LEE, Yimou (2019) - Paid «news»: China using Taiwan media to win hearts and minds on island [Em linha]. Reuters. [Consult. 15 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.reuters.com/article/us-taiwan-china-media-insight-idUSKC-N1UZ0I4>.
- CHINA, Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério do Comércio da República Popular da (2015) - Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI. (Março de 2015).

CHINA, Ministry of Commerce of the People's Republic of (2019a) - Brief Statistics on China's Import & Export in December 2018. Ministry of Commerce People's Republic of China [Em linha]. [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/BriefStatistics/201903/20190302842809.shtml>>.

CHINA, Ministry of Commerce of the People's Republic of (2020) - Briefing on China's Import & Export in December 2019. Ministry of Commerce People's Republic of China [Em linha]. [Consult. 12 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/BriefStatistics/202002/20200202935349.shtml>>.

CHINA, The General Office of the State Council of the People's Republic of (2017) - Guidelines on Further Guiding and Regulating Overseas Investment. (4 Abr. 2017).

CHINA, The State Council Information Office of the People's Republic of (2019b) - White Paper on National Defense in New Era. 1a ed. [S.l.]: Foreign Languages Press. (Julho de 2019). ISBN 978-92-1-112985-4.

CHINA POWER TEAM (2018) - How is China modernizing its navy?. China Power. (17 Dez. 2018). [Consult. 22 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/>>.

CHINA POWER TEAM (2019) - How influential is China in the WTO?. China Power [Em linha]. (31 Jul. 2019). [Consult. 2 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:<https://chinapower.csis.org/china-world-trade-organization-wto/>>.

CHINA POWER TEAM (2020) - What does China really spend on its military?. China Power [Em linha]. (20 mai. 2020). [Consult. 22 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<http://chinapower.csis.org/military-spending/>>.

CHINAFILE (2013) - Document 9: A ChinaFile Translation - How Much Is a Hardline Party Directive Shaping China's Current Political Climate?. ChinaFile [Em linha]. (8 Nov. 2013). [Consult. 20 mai. 2020]. Disponível

em WWW:<URL:<https://www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation>>.

CORREIA, Pedro De Pezarat (2015) - Teorias Globais do Poder Mundial. Em Manual de Geopolítica e Geoestratégia - conceitos, teorias, doutrinas. Cosmopolis. [S.l.]: Almedina. vol. I.

CUNHA, Luís (2016) - China: a Constituição interpretada por Xi Jinping. Janus.

DEVLIN, Kat; HUANG, Christine (2020) - How People in Taiwan View Mainland China and the U.S. Pew Research Center [Em linha]. (12 Mai. 2020). [Consult. 29 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.pewresearch.org/global/2020/05/12/in-taiwan-views-of-mainland-china-mostly-negative/>>.

DOSHI, Rush (2020) - China Steps Up Its Information War in Taiwan. Foreign Affairs. [Em linha] (9 Jan. 2020). [Consult. 15 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-01-09/china-steps-its-information-war-taiwan>>. ISSN 0015-7120.

EBERSTADT, Nicholas (2019) - With Great Demographics Comes Great Power - Why Population Will Drive Geopolitics. Foreign Affairs. [Em linha] 98:4 (July-August 2019). [Consult. 5 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2019-06-11/great-demographics-comes-great-power>>. ISSN 0015-7120.

ECONOMY, Elizabeth (2018) - The Third Revolution - Xi Jinping and the New Chinese State. New York: Oxford. ISBN 978-0-19-086607-5.

EURACTIV (2020) - Twitter takes down Beijing-backed influence operation pushing coronavirus messages. Euractiv [Em linha]. (12 Jun. 2020). [Consult. 15 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.euractiv.com/section/china/news/twitter-takes-down-beijing-backed-influence-operation-pushing-coronavirus-messages/>>.

FIALA, Andrew (2018) - Pacifism. Em The Stanford Encyclopedia of Philosophy [Em

linha]. (15 Set. 2018). [Consult. 20 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/pacifism/>>.

FRANKOPEN, Peter (2018) - As Rotas das Seda - Uma nova história do mundo. [S.l.]: Relógio d'Água. ISBN 978-989-99807-3-0.

FRITZ, Audrey (2019) - China's Evolving Conception of Civil-Military Collaboration. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (2 Ago. 2019). [Consult. 19 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/chinas-evolving-conception-civil-military-collaboration>>.

GASPAR, Carlos (2020) - O mundo de amanhã: Geopolítica contemporânea. [S.l.] : Fundação Francisco Manuel dos Santos.

GLASER, Bonnie; FUNAIOLE, Matthew P. (2020) - China's Provocations Around Taiwan Aren't a Crisis. Foreign Policy. [Em linha] (15 Mai. 2020). [Consult. 1 jun. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://foreignpolicy.com/2020/05/15/chinas-provocations-around-taiwan-arent-a-crisis/>>.

GLOBAL CONFLICT TRACKER (2020) - Territorial Disputes in the South China Sea. Council on Foreign Relations [Em linha]. [Consult. 16 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea>>.

GLOBAL TIMES (2020a) - ASEAN becomes China's largest trading partner. Global Times [Em linha]. (7 Mar. 2020). [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.globaltimes.cn/content/1181864.shtml>>. GLOBAL TIMES (2020b) - China, EU seek to inject momentum in recovery. Global Times [Em linha]. (23 Jun. 2020). [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.globaltimes.cn/content/1192471.shtml>>.

GLOBAL TIMES (2020c) - China's GDP grows 6.1% in 2019 despite trade war sting. Global Times [Em linha]. (17 Jan. 2020). [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.globaltimes.cn/>>

content/1177171.shtml>.

GLOBAL TIMES (2020d) - 6.6% defense budget increase to secure China's interests; spending more efficient than US. Global Times [Em linha]. (22 Mai. 2020). [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.globaltimes.cn/content/1189159.shtml>.

GODEHARDT, Nadine (2016) - No End of History. A Chinese Alternative Concept of International Order? SWP Research Paper. ISSN 1863-1053.

GREEN, Michael; MEDEIROS, Evan (2020) - Is Taiwan the Next Hong Kong? Foreign Affairs [Em linha] (8 Jul. 2020). [Consult. 6 ago. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/east-asia/2020-07-08/taiwan-next-hong-kong>. ISSN 0015-7120.

HARRELL, Peter; ROSENBERG, Elizabeth; SARAVALLE, Edoardo (2018) - China's Use of Coercive Economic Measures. [S.l.]: Center for a New American Security.

HAW, Stephen G. (2016) - História da China. 1ª ed. Lisboa : Tinta-da-China. ISBN 978-989-671-293-8.

HOLTOM, Paul; BROMLEY, Mark; SIMMEL, Verena (2012) - SIPRI Fact Sheet: Measuring International Arms Transfers. Stockholm International Peace Research. (Dez. 2012).

HURUN (2020) - Hurun Global Unicorn Index. The Hurun Research Institute [Em linha]. (4 Ago. 2020). [Consult. 6 ago. 2020]. Disponível em WWW:<URL: http://www.hurun.net/EN/Article/Details?num=E0D67D6B2DB5>.

IKENBERRY, G. John (2001) - After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton studies in international history and politics. Princeton: Princeton University Press. ISBN 978-0-691-05091-1.

ILHÉU, Fernanda (2020) - The Global Value Chains and the Evolution of Chinese Economic Model. Centro de Estudos sobre África,

Ásia e América Latina. 2020.

JACQUES, Martin (2012) - Quando a China Mandar no Mundo O fim do mundo ocidental e o nascimento de uma nova ordem global. [S.l.]: Temas e Debates. ISBN 978-989-644-196-8.

JINPING, Xi (2014) - New Asian Security Concept for New Progress in Security Cooperation. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China [Em linha]. (25 Mai. 2014). [Consult. 14 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1159951.shtml>.

KANIA, Elsa B. (2019) - Chinese Military Innovation in Artificial Intelligence. Center for a New American Security. (7 Jun. 2019).

KENNEDY, Scott (2015) - Made in China 2025. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (1 Jun. 2015). [Consult. 2 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.csis.org/analysis/made-china-2025>.

KENNEDY, Scott (2020) - The Biggest but Not the Strongest: China's Place in the Fortune Global 500. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (18 Ago. 2020). [Consult. 25 set. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/biggest-not-strongest-chinas-place-fortune-global-500>.

KISSINGER, Henry (2015) - Da China. 2ª ed. Lisboa : Quetzal. ISBN 978-972-564-969-5.

KRISTENSEN, Hans M.; KILE, Shannon N. (2020) - World Nuclear Forces. Em SIPRI Yearbook 2020 - Armaments, Disarmament and International Security.

KUGLER, Jacek; ORGANSKI, A. F. K. (1989) - The Power Transition: A Retrospective and Prospective Evaluation. Em Handbook of War Studies.

LANXIN, Xiang (2020) - On Wolf Warrior Diplomacy Reading the China Dream. Reading the China Dream. (30 Abr. 2020). [Consult. 16 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.readingthechinadream.com/xiang-lanxin-on-wolf-warrior-diplomacy.html>.

LAWLER, Dave (2020) - The 53 countries supporting China's crackdown on Hong Kong. Axios [Em linha]. [Consult. 14 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.axios.com/countries-supporting-china-hong-kong-law-0ec9bc6c-3aeb-4af0-8031-aa0f01a46a7c.html>.

LEE, Seungha (2020) - Coming into Focus: China's Facial Recognition Regulations. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (4 Mai. 2020). [Consult. 19 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/coming-focus-chinas-facial-recognition-regulations>.

LEONARD, Mark (2008) - What Does China Think?. London: Fourth Estate. ISBN 978-0-00-723068-6.

LEONARD, Mark (2013) - China 3.0: a terceira geração de políticos. 1ª ed. Lisboa : Gradiva. ISBN 978-989-616-534-5.

LINK, Perry (2015) - What It Means to Be Chinese. Foreign Affairs. [Em linha] 94:3 (May-June 2015). [Consult. 20 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/what-it-means-be-chinese>. ISSN 0015-7120.

LIPTON, Gabe; WINKLEMAN, Ari (2018) - Graphic Truth: China Gets 30x Bigger In 40 Years. GZERO Media [Em linha] (18 Dez. 2018). [Consult. 9 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://www.gzeromedia.com/graphic-truth-china-gets-30x-bigger-in-40-years-2623710165.amp.html?fbclid=IwAR1B5Zt9A_bpKU-fYxv5pd2iDB1MFh8mGB-uOSIKRpZhK-fYelvPS7VRMjw>.

LUSA (2020a) - A China já tem o seu GPS (chama-se BeiDou) e é mais uma arma na guerra com os EUA. Expresso [Em linha]. (31 jul. 2020). [Consult. 6 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://expresso.pt/internacional/2020-07-31-A-China-ja-tem-o-seu-GPS--chama-se-BeiDou--e-e-mais-uma-arma-na-guerra-com-os-EUA>.

LUSA (2020b) - Do 5G ao terminal de Sinus. Os negócios da China em Portugal que os EUA querem travar. Renascença [Em linha]. (28 Set. 2020). [Consult. 9 nov. 2020].

Disponível em WWW:<URL:https://rr.sapo.pt/2020/09/28/mundo/do-5g-ao-terminal-de-sines-os-negocios-da-china-em-portugal-que-os-eua-querem-travar/noticia/208856/>.

LUSA (2020c) - Maior acordo comercial do mundo junta China e nações da Ásia e do Pacífico. Jornal de Negócios [Em linha], (15 Nov. 2020). [Consult. 16 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/maior-acordo-comercial-do-mundo-junta-china-e-nacoes-da-asia-e-do-pacifico>.

MA, YIHAN (2022) – China: trade balance 2021. Statista [Em linha], atual. 2022. [Consult. 20 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.statista.com/statistics/263632/trade-balance-of-china/>.

MAÇÃES, Bruno (2018a) - Belt and Road - A Chinese World Order. London: Hurst & Company. ISBN 978-1-78738-002-8.

MAÇÃES, Bruno (2018b) - O Despertar da Eurásia. [S.l.] : Temas e Debates. ISBN 978-989-644-525-6.

MAÇÃES, Bruno (2018c) - Semanário | O imenso negócio da China. Expresso [Em linha] (23 Nov. 2018). [Consult. 9 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:http://leitor.expresso.pt/semanario/SEMENARIO2404/html/revista-e/-e/O-imenso-negocio-da-China>.

MAHAN, Alfred T. (1890) - The Influence of Seapower on History, 1660-1783. [S.l.] : Little, Brown, and Company.

MAIZLAND, Lindsay (2020) - China's Repression of Uighurs in Xinjiang. Council on Foreign Relations [Em linha]. [Consult. 25 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-repression-uighurs-xinjiang>.

MCCARTHY, Simone (2019) - Will China's revised cybersecurity rules put foreign firms at risk of losing their secrets?. South China Morning Post [Em linha]. (13 Out. 2019). [Consult. 13 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3032649/will-chinas-revised-cybersecurity-law-put-for-eign-firms-risk>.

MCGREGOR, Richard (2019) - Party Man. Foreign Affairs. [Em linha] 98:5 (September-October 2019). [Consult. 16 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-08-14/party-man>. ISSN 0015-7120.

MEARSHEIMER, John J. (2014) - Can China Rise Peacefully? The National Interest. 2014.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. (2016) - The Case for Offshore Balancing. Foreign Affairs [Em linha]. (July-August 2019). [Consult. 15 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-06-13/case-offshore-balancing>. ISSN 0015-7120.

MISSILE DEFENSE PROJECT (2018) - Missile Threat: Missiles of China. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (14 Jun. 2018). [Consult. 25 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://missilethreat.csis.org/country/china/>.

NYE, Joseph (2004) - Soft Power: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs.

NYE, Joseph S. (2006) - Think Again: Soft Power. Foreign Policy [Em linha] (23 Feb. 2006). [Consult. 5 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power/>.

OECD (2022) - Gross domestic spending on R&D. OECD Data [Em linha] [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL:http://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>.

OFFICE OF THE LEADING GROUP FOR THE BELT AND ROAD INITIATIVE (2017) - Building the Belt and Road: Concept, Practice and China's Contribution - 1ª ed. Beijing: Foreign Languages Press. ISBN 978-7-119-10810-0.

PEI, Minxin (2020) - China's Coming Upheaval. Foreign Affairs [Em linha]. (3 Abr. 2020). [Consult. 12 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-04-03/chinas-

-coming-upheaval>. ISSN 0015-7120.

POLK, Andrew (2018) - China Is Quietly Setting Global Standards. Bloomberg [Em linha]. (6 Mai. 2018). [Consult. 21 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2018-05-06/china-is-quietly-setting-global-standards>.

RAMZY, Austin; BUCKLEY, Chris (2019) - 'Absolutely No Mercy': Leaked Files Expose How China Organized Mass Detentions of Muslims. The New York Times. [Em linha]. (16 nov. 2019). [Consult. 23 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.nytimes.com/interactive/2019/11/16/world/asia/china-xinjiang-documents.html>.

RANA, Pradumna; JI, Xianbai (2019) - China is paving a Belt and Road 2.0. East Asia Forum [Em linha]. (21 Mai. 2019). [Consult. 5 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.eastasiaforum.org/2019/05/21/china-is-paving-a-belt-and-road-2-0/>.

ROSENBERGER, Laura (2020) - China's Coronavirus Information Offensive. Foreign Affairs [Em linha]. (22 Abr. 2020). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-04-22/chinas-coronavirus-information-offensive>. ISSN 0015-7120.

SALTSKOG, Mollie; CLARKE, Colin P. (2020) - China's Rights Abuses in Xinjiang Could Provoke a Global Terrorist Backlash - Washington Should Help Beijing Fight Extremism Without Resorting to Repression. Foreign Affairs [Em linha]. (16 Jan. 2020). [Consult. 23 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-01-16/chinas-rights-abuses-xinjiang-could-provoke-global-terrorist-backlash>. ISSN 0015-7120.

SCHECTER, Anna (2020) - China launches 90,000 COVID-19 tweets, conspiracy theory in info war. NBC News [Em linha]. (20 Mai. 2020). [Consult. 15 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.nbcnews.com/news/world/china-launches-new-twitter-accounts-90-000-tweets-covid-19-n1207991>.

SHAHBAB, Adrian; FUNK, Allie (2019) -

Freedom on the Net: The crisis of Social Media. [S.l.]: Freedom House.

SHAHBAZ, Adrian *et al.* (2022) - Freedom on the Net 2022: Countering an Authoritarian Overhaul of the Internet. Freedom House.

SHAOHUA, Hu (2006) - Revisiting Chinese Pacifism. Asian Affairs: An American Review. ISSN 00927678. 32:4 (Janeiro de 2006). doi: 10.3200/AAFS.32.4.256-278.

SHIH, Lun; CHOW, Alex (2019) - A review of the Consensus-building of One Country, Two Systems in the 1980s and 1990s. Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations: An International Journal. 5:2 (June-August 2019).

SILVA, DIEGO LOPES DA *et al.* (2020) - Trends in world military expenditure, 2021. [S.l.]: SIPRI. (Abril de 2022).

STATISTA (2022) - Annual inflow of foreign direct investment (FDI) to China from 2011 to 2021. Statista [Em linha]. [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.statista.com/statistics/1016973/china-foreign-direct-investment-inflows/>>.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2022a) - TIV of Arms Exports from China, 2000-2021. SIPRI [Em linha], atual. 2022. [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: https://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php>.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2022b) - TIV of Arms Exports from the top 10 largest exporters, 2021. SIPRI [Em linha], atual. 2022. [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: https://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_toplist.php>.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2022c) - TIV of Arms Exports to China, 2000-2021. SIPRI [Em linha], atual. 2022. [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: https://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php>.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2022d) - TIV of Arms Imports to the top 10 largest importers, 2021. SIPRI [Em linha], atual. 2022. [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: https://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_toplist.php>.

SU, Rui (2019) - A Summary of the Development of the basic issues of Socialism with Chinese Characteristics. Asian Agricultural Research. ISSN 9903201912022. doi: 10.19601.

TAJ, Hadeeka (2019) - China's new Silk Road or debt-trap diplomacy?. Global Risk Insights [Em linha]. (5 Mai. 2019). [Consult. 14 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://globalriskinsights.com/2019/05/china-debt-diplomacy/>>.

TAN, Shining (2020) - China's Novel Health Tracker: Green on Public Health, Red on Data Surveillance. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (4 Mai. 2020). [Consult. 19 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/chinas-novel-health-tracker-green-public-health-red-data-surveillance>>.

TANG, Frank (2020) - China's economic outlook boils down to whether consumers start spending. South China Morning Post [Em linha]. (1 Out. 2020). [Consult. 3 Out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3103733/will-chinese-consumer-spending-catch-support-broad-economic>>.

THE CHINESE UNIVERSITY OF HONG KONG (2017) - Public Opinion & Political Development in Hong Kong. [S.l.]: Centre for Communication and Public Opinion Survey. (7 Jun. 2017).

THE CONSTITUTION OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2020) - The Basic Law of the Hong Kong Special Administrative Region of the People's Republic of China.

THE SECOND BELT AND ROAD FORUM FOR INTERNATIONAL COOPERATION (2019) - Xi Jinping Chairs and Addresses

the Leaders' Roundtable of the Second Belt and Road Forum for International Cooperation. The Second BRF [Em linha]. (28 Abr. 2019). [Consult. 4 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.beltandroadforum.org/english/n100/2019/0429/c22-1392.html>>.

THE WORLD BANK GROUP (2022a) - GDP ranking [Em linha]. Washington, DC: The World Bank. Group. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/gdp-ranking>>.

THE WORLD BANK GROUP (2022b) - GDP ranking, PPP based [Em linha]. Washington, DC: The World Bank. Group. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/gdp-ranking-ppp-based>>.

THE WORLD BANK GROUP (2022c) - World Development Indicators | DataBank - [Em linha]. [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NE.EXP.GNFS.ZS&country=CHN>>.

THE WORLD BANK GROUP (2022) - Households and NPISHs final consumption expenditure (% of GDP) - United States, Germany, Japan | Data. [Em linha]. [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.PRVT.ZS?locations=US-DE-JP>>.

TIAN, Nan *et al.* (2020) - Trends in world military expenditure, 2019. [S.l.]: SIPRI. (Abril de 2020).

TIAN, Yew Lun (2020) - Attack on Taiwan an option to stop independence, top China general says. Reuters [Em linha] (29 Mai. 2020). . [Consult. 1 jun. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.reuters.com/article/us-china-taiwan-security-idUSKB-N2350AD>>.

TISDELL, Clement (2008) - Thirty Years of Economic Reform and Openness in China: Retrospect and Prospect. University of Queensland. ISSN 1444-8890. n. 51. (Outubro de 2008).

UNCTAD (2020) - World Investment Report 2020 – International Production Beyond the Pandemic. New York: United Nations Publication. 2020. ISBN 978-92-1-112985-4.

UNCTAD (2021) - World Investment Report 2021 – Investing in Sustainable Recovery. New York: United Nations Publication. 2021. ISBN 978-92-1-005463-8.

UNIVERSITY OF HONG KONG (2019) - 身份類別認同(按次計算) Categorical Ethnic Identity (per poll). Public Opinion Programme [Em linha] [Consult. 28 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.hkupop.hku.hk/english/popexpress/ethnic/eidentity/poll/eid_poll_chart.html>.

SILVER, Laura; DEVLIN, Kat; HUANG, Christine (2020) - Unfavorable Views of China Reach Historic Highs in Many Countries. Pew Research Center [Em linha]. (6 out. 2020). [Consult. 9 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.pewresearch.org/global/2020/10/06/unfavorable-views-of-china-reach-historic-highs-in-many-countries/>>.

VARRALL, Merriden (2014) - «Rule by law»? The Fourth Plenum of the 18th Party Congress. The Interpreter [Em linha]. (22 Oct. 2014). [Consult. 24 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/rule-law-fourth-plenum-18th-party-congress>>.

VASCONCELOS, Tiago (2009) - A Ascensão da China. Acomodação Pacífica ou Grande Guerra? [S.l.]: Almedina.

WALT, Stephen M. (1998) - International Relations: One World, Many Theories. Foreign Policy.

WALTZ, Kenneth N. (1979) - Theory of International Politics. [S.l.]: Addison-Wesley Publishing Company.

WANG, Austin *et al.* (2018) - What Does the 1992 Consensus Mean to Citizens in Taiwan?. The Diplomat [Em linha] (10 Nov. 2020). [Consult. 29 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://thediplomat.com/2018/11/what-does-the-1992-consensus-mean-to-citizens-in-taiwan/>>.

WERTIME, David (2020) - Chinese propagandists seize on George Floyd protests. Político [Em linha]. (6 Feb. 2020). [Consult. 15 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.politico.com/news/2020/06/02/chinese-propagandists-seize-on-george-floyd-protests-295662>>.

WIPO (2020) - Interactive Charts: IP Facts and Figures. World Intellectual Property Organization [Em linha]. (Março de 2020). [Consult. 1 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.wipo.int/edocs/infodocs/en/ipfactsandfigures2019/>>.

WTO (2019) - World Trade Statistical Review. [S.l.]: 2019. ISBN 978-92-870-4778-6.

XINHUA (2019) - China to lower defense budget growth to 7.5%. Xinhua [Em linha]. (5 Mar. 2019) [Consult. 30 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: http://english.www.gov.cn/news/top_news/2019/03/05/content_281476549650820.htm>.

XINHUA (2020a) - China firm on achieving development goals of 2020, though setting no specific growth target. Xinhua [Em linha]. (22 Mai. 2020). [Consult. 2 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL: http://english.www.gov.cn/premier/news/202005/22/content_WS5ec72cb3c6d0b3f0e9498312.html>.

XINHUA (2020b) - China's outbound investment dips. Xinhua [Em linha], (18 Jun. 2020). [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: http://www.xinhuanet.com/english/2020-06/18/c_139149626.htm>.

XINHUA (2020c) - Draft decision on HK national security legislation submitted to NPC. Xinhua [Em linha]. (22 Mai. 2020). [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <http://en.people.cn/n3/2020/0522/c90000-9693142.html>>.

XINHUA (2022) - China's ODI among world's top 3 in ten consecutive years. Xinhua [Em linha]. (22 Mai. 2020). [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em WWW:<URL: <https://english.news.cn/20221108/b14fee88b22840ccab9f1c62090d0ee8/c.html>>.

YI, Wang (2020) - State Councilor and For-

eign Minister Wang Yi Meets the Press. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China [Em linha]. (24 Mai. 2020). [Consult. 1 jun. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1782262.shtml>.

YONGNIAN, Zheng (2017) - How to Square Xi's «Rule of Law» Campaign with China's Crackdown on Lawyers. HuffPost [Em linha] (16 Feb. 2017). [Consult. 6 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.huffpost.com/entry/rule-of-law-china-crackdown-lawyers_b_9238644>.

ZHANG, Feng (2011) - The rise of Chinese exceptionalism in international relations. European Journal of International Relations. ISSN 1354-0661, 1460-3713. 19:2 305–328. doi: 10.1177/1354066111421038.

Bibliografia

BBC (2014) - Ethics - War: Pacifism. BBC [Em linha]. [Consult. 20 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL: http://www.bbc.co.uk/ethics/war/against/pacifism_1.shtml>.

BO, Xiang (2018) - Backgrounder: Xi Jinping Thought on Socialism with Chinese Characteristics for a New Era. Xinhua [Em linha]. (17 Mar. 2018). [Consult. 21 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/17/c_137046261.htm>.

BECKLEY, Michael (2011) - China's Century? - Why America's Edge Will Endure. International Security. 36:3.

BERNSTEIN, Richard; MUNRO, Ross H. (1997) - The Coming Conflict with America. Foreign Affairs [Em linha] (March-April 1997). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1997-03-01/coming-conflict-america>>. ISSN 0015-7120.

BLANCHETTE, Jude (2019) - Xi's in Charge: What the Fourth Plenum Tells Us about Xi Jinping's Hold on Power. Center for Strategic & International Studies [Em linha] (25 Out. 2019). [Consult. 24 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.csis.org/analy->

sis/xis-charge-what-fourth-plenum-tells-us-about-xi-jinpings-hold-power>.

BLAND, Dan (2018) - Why Djibouti is home to China's first foreign military base. South China Morning Post [Em linha]. (29 Ago. 2018). [Consult. 23 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://multimedia.scmp.com/news/china/article/2161807/china-djibouti-base/index.html>.

BROOKS, Stephen G.; WOHLFORTH, William Curti (2008) - World out of balance: international relations and the challenge of American primacy. Princeton: Princeton University Press. ISBN 978-0-691-13784-1.

CAMPBELL, Kurt M.; DOSHI, Rush (2020) - The Coronavirus Could Reshape Global Order. Foreign Affairs [Em linha] (18 Mar. 2020). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-03-18/coronavirus-could-reshape-global-order>. ISSN 0015-7120.

CAMPBELL, Kurt M.; RATNER, Ely (2018) - The China Reckoning. Foreign Affairs [Em linha] (13 Fev. 2018). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-02-13/china-reckoning>. ISSN 0015-7120.

CHANG, Gordon G. (2019) - China's Debt Debacle. The National Interest [Em linha]. (22 Jul. 2019). [Consult. 25 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://nationalinterest.org/feature/chinas-debt-debacle-68417>.

CHINA, The National People's Congress of the People's Republic of (2004) - Constitution of the People's Republic of China. [Em linha]. (14 Mar. 2004) [Consult. 23 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Constitution/node_2825.htm>.

CONLEY, Heather A. et al. (2020) - Countering Russian & Chinese Influence Activities. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.csis.org/features/countering-russian-chinese-influence-activities>.

CUNHA, Luís (2013) - O império da periferia marítima. Instituto da Defesa Nacional. 5ª ed. n.134. ISSN 0870-757X.

ECONOMY, Elizabeth (2018) - China's New Revolution. Foreign Affairs [Em linha]. (May-June 2018). [Consult. 28 abr. 2020]. ISSN 0015-7120.

ECONOMY, Elizabeth (2020) - The Coronavirus Is a Stress Test for Xi Jinping. Foreign Affairs [Em linha]. (10 Fev. 2020). [Consult. 13 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-02-10/coronavirus-stress-test-xi-jinping>. ISSN 0015-7120.

FIALA, Andrew (2014) - Contingent Pacifism and Contingently Pacifist Conclusions. Journal of Social Philosophy. ISSN 00472786. 45:4. doi: 10.1111/josp.12073.

GEWIRTZ, Julian Baird (2019) - China's Long March to Technological Supremacy. Foreign Affairs [Em linha]. (27 Ago. 2019). [Consult. 16 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-08-27/chinas-long-march-technological-supremacy>. ISSN 0015-7120.

GLASER, Bonnie S.; MASTRO, Oriana Skylar (2019) - How an Alliance System Withers. Foreign Affairs [Em linha] (9 Set. 2019). [Consult. 16 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL: https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-09-09/how-alliance-system-withers>. ISSN 0015-7120.

HAASS, Richard (2020) - The Pandemic Will Accelerate History Rather Than Reshape It. Foreign Affairs [Em linha]. (7 Abr. 2020). [Consult. 22 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-04-07/pandemic-will-accelerate-history-rather-reshape-it>. ISSN 0015-7120.

HERNÁNDEZ, Javier C. (2017) - China's 'Chairman of Everything': Behind Xi Jinping's Many Titles. The New York Times. [Em linha]. ISSN 0362-4331 (25 Out. 2017). [Consult. 21 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.nytimes.com/2017/10/25/world/asia/china-xi-jinping-titles-chairman.html>.

HYUN-BINN, Cho (2011) - The 'China Alternative'? Chinese Counter-Norms and China's Offensive and Defensive Soft Power. Asia Pacific Perspectives. 10:2.

IKENBERRY, G. John (2008) - The Rise of China and the Future of the West. Foreign Affairs [Em linha] (Jan-Feb 2008). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2008-01-01/rise-china-and-future-west>. ISSN 0015-7120.

KISSINGER, Henry (2014) - Ordem Mundial: Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História. [S.l.]: Dom Quixote. ISBN 9789722056236.

KRAMER, Miriam (2020) - China outlines ambitious plan to build space station in orbit. Axios [Em linha]. (2 Jun. 2020). [Consult. 16 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.axios.com/china-space-station-56b71c1e-a6f6-4c69-b74e-2975f3e335d1.html>.

LIPTON, Gabe; WINKLEMAN, Ari (2019) - Graphic Truth: One Belt, One Road, Two Worlds?. Gzero Media [Em linha] (19 Mar. 2019). [Consult. 2 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://www.gzeromedia.com/graphic-truth-one-belt-one-road-two-worlds>.

MACKINDER, H. J. (1904) - The geographical pivot of history. The Geographical Journal. (Abril de 1904). 170:4.

MENDEL, Arthur P. (1966) - The Rise and Fall of «Scientific Socialism». Foreign Affairs [Em linha] (Outubro de 1966). [Consult. 14 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1966-10-01/rise-and-fall-scientific-socialism>. ISSN 0015-7120.

MIZOKAMI, Kyle (2020) - China's South China Sea Military Bases Are More Than They Seem. The National Interest [Em linha]. (11 jan. 2020). [Consult. 8 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://nationalinterest.org/blog/buzz/chinas-south-china-sea-mili-

tary-bases-are-more-they-seem-112706>.

MUNICH SECURITY REPORT (2020) - [S.l.]: Munich Security Conference.

NG, Jeannette (2019) - China's Vast History Can't Be Caught in the CCP's Net. Foreign Policy. (1 Out. 2019). [Consult. 5 nov. 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://foreign-policy.com/2019/10/01/chinas-vast-history-cant-be-caught-in-the-ccps-net/>.

NORDIN, Astrid H. M.; WEISSMANN, Mikael (2018) - Will Trump make China great again? The belt and road initiative and international order. International Affairs. ISSN 0020-5850, 1468-2346. 94:2 231-249. doi: 10.1093/ia/iix242.

RONG, Changsheng (2009) - Analyzing the Theoretical System of Socialism with Chinese Characteristics. Asian Social Science. ISSN 1911-2025. 5:10. doi: 10.5539/ass.v5n10p134.

SNYDER, Jack (2009) - One World, Rival Theories. Foreign Policy [Em linha]. (26 Out. 2006) [Consult. 6 mar. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://foreignpolicy.com/2009/10/26/one-world-rival-theories/>.

SONNAD, Nikhil (2017) - In China you now have to provide your real identity if you want to comment online. Quartz [Em linha]. (26 Ago. 2017). [Consult. 13 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://qz.com/1063073/in-china-you-now-have-to-provide-your-real-identity-if-you-want-to-comment-online/>.

TEIXEIRA, Victor Alexandre G. (2017) - China on Stage. Geos in The South China Sea. Lusíada, Política Internacional e Segurança. 15. WEISS, Jessica Chen (2019) - A World Safe for Autocracy?. Foreign Affairs [Em linha] (11 Jun. 2019). [Consult. 3 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-06-11/world-safe-autocracy>. ISSN 0015-7120.

WESTAD, Odd Arne (2019) - The Sources of Chinese Conduct. Foreign Affairs. [Em linha] 98:5 (September-October 2019). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.foreignaffairs.com/articles/chi-

na/2019-08-12/sources-chinese-conduct>. ISSN 0015-7120.

XIAOMING, Wu (2010) - Reflections on China's Road of Peaceful Development and Its Significance for World History. Social Sciences in China. ISSN 0252-9203. 31:2 (27 Abr. 2010) 60-73. doi: 10.1080/02529201003794817.

XUETONG, Yan (2019) - The Age of Uneasy Peace. Foreign Affairs [Em linha] (Jan-Feb 2019). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-12-11/age-uneasy-peace>. ISSN 0015-7120.

XUETONG, Yan (2001) - The Rise of China in Chinese Eyes. Journal of Contemporary China. 10.

ZAKARIA, Fareed (2020) - The New China Scare. Foreign Affairs [Em linha] (6 Dez. 2020). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-12-06/new-china-scare>. ISSN 0015-7120.

ZAKARIA, Fareed (2019) - The Self-Destruction of American Power. Foreign Affairs [Em linha] (11 Jun. 2019). [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-06-11/self-destruction-american-power>. ISSN 0015-7120.

ZHENG, William; HUANG, Kristin (2020) - Home by home: how China used social controls to tame an epidemic. South China Morning Post [Em linha]. (22 Abr. 2020). [Consult. 22 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.scmp.com/news/china/society/article/3080912/wuhans-elderly-reminded-life-under-mao-during-coronavirus>.